



ARQUEOLOGIA E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS: DA TERRA PARA A LOUSA



Secretaria de
Desenvolvimento
Econômico, Ciência,
Tecnologia e Inovação



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

Instituto de Desenvolvimento
Sustentável Mamirauá



ORGANIZADORES/AS
Maurício André da Silva
Eduardo Kazuo Tamanaha
Márjorie do Nascimento Lima



Filomena Maria Nunes da comunidade Boa Esperança,
RDS Amanã, convida para entrar e espiar.

Foto: Bruno Kelly, Instituto Mamirauá



Secretaria de
**Desenvolvimento
Econômico, Ciência,
Tecnologia e Inovação**



Márcia Perales Mendes Silva
Diretora-Presidente da
Fundação de Amparo à Pesquisa
do Estado do Amazonas

Instituto de Desenvolvimento
Sustentável Mamirauá



**Instituto de Desenvolvimento
Sustentável Mamirauá**

João Valsecchi do Amaral
Diretor Geral

Emiliano Esterici Ramalho
Diretor Técnico-Científico

Alexandre Pucci Hercos
Coordenador de Pesquisa

Eduardo Kazuo Tamanaha
Coordenador do Grupo de Pesquisa em
Arqueologia e Gestão do Patrimônio
Cultural na Amazônia



Universidade de São Paulo

Vahan Agopyan
Reitor

Antonio Carlos Hernandez
Vice-reitor

Museu de Arqueologia e Etnologia da USP

Paulo Antonio DeBlasis
Diretor

Eduardo Góes Neves
Vice Diretor

ARQUEOLOGIA E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS: DA TERRA PARA A LOUSA

Ficha catalográfica

Arqueologia e conhecimentos tradicionais nas comunidades ribeirinhas: da terra para lousa / organizadores, Maurício André da Silva, Eduardo Kazuo Tamanaha e Márjorie do Nascimento Lima. -- São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2021.

120 p. ; il. color.

ISBN: 978-65-993062-2-8

DOI: 10.11606/9786599306228

Obra financiada pelo Governo do Estado do Amazonas com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM

1. Arqueologia amazônica. 2. Comunidades Ribeirinhas. 3. Escavações arqueológicas – estudo e ensino. I. Silva, Maurício André da. II. Tamanaha, Eduardo Kazuo. III. Lima, Márjorie.

Elaborado por Mônica da Silva Amaral - CRB-8/7681

**Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.
Proibido qualquer uso para fins comerciais.**





ARQUEOLOGIA E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS: DA TERRA PARA A LOUSA



Secretaria de
Desenvolvimento
Econômico, Ciência,
Tecnologia e Inovação



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

Instituto de Desenvolvimento
Sustentável Mamirauá








Arqueóloga Luiza Vieira observa o fragmento de cerâmica
coletado, comunidade Ponta da Castanha, Flona Tefé.

Foto: Bernardo Oliveira, Instituto Mamirauá



SUMÁRIO

OLÁ PROFESSOR, PROFESSORA, TUDO BEM?

- | | | |
|-----|--|----|
| 1. | Professor, professora, espia só! <i>Maurício André da Silva, Eduardo Kazuo Tamanaha, Márjorie do Nascimento Lima (Organizadores)</i> | 10 |
| 1.1 | Laboratório de Arqueologia do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá <i>Eduardo Kazuo Tamanaha</i> | 12 |

VOCÊ CONHECE A ARQUEOLOGIA AMAZÔNICA?

- | | | |
|------|---|----|
| 2. | Educação patrimonial nos caminhos do Lago Amanã <i>Maria Tereza Vieira Parente</i> | 16 |
| 2.1 | Arqueologia Amazônica <i>Eduardo Kazuo Tamanaha</i> | 19 |
| 2.2 | Arqueologia do Médio Solimões <i>Eduardo Kazuo Tamanaha</i> | 21 |
| 2.3 | Arqueologia da Confluência dos Rios Solimões-Amazonas e Negro - Contexto de Manaus <i>Carlos Augusto da Silva e Bruno Pastre Máximo</i> | 23 |
| 2.4 | O que a arqueologia tem a ver conosco <i>Maurício André da Silva</i> | 26 |
| 2.5 | As coisas que viram patrimônio. Importância da legislação Patrimonial <i>Carla Carneiro e Maurício André da Silva</i> | 28 |
| 2.6 | Colecionamento de coisas, de material arqueológico <i>Maurício André da Silva</i> | 31 |
| 2.7 | Como as pesquisas Arqueológicas são realizadas? <i>Carla Gibertoni Carneiro</i> | 33 |
| 2.8 | Pequeno roteiro na curta duração. Como se tornar arqueólogo/a na Amazônia <i>Márcio Amaral</i> | 38 |
| 2.9 | Caco de pote, pote de gente <i>Márjorie do Nascimento Lima</i> | 40 |
| 2.10 | O que são as terras pretas? <i>Márjorie do Nascimento Lima</i> | 44 |
| 2.11 | O tempo das coisas e como saber se é antigo ou recente? <i>Maurício André da Silva</i> | 46 |
| 2.12 | Histórias de índios: do passado ao presente, tudo parente <i>Patrícia Carvalho Rosa</i> | 48 |

ARQUEOLOGIA COM AS COMUNIDADES DA RDS AMANÃ E DA FLONA TEFÉ

3.	Lembranças da borracha, do patrão e o momento das comunidades <i>Maurício André da Silva</i>	52
3.1	O território é a floresta, é o rio, é a Reserva <i>Caetano Franco</i>	54
3.2	O papel da arqueologia na área de Reservas <i>Márjorie do Nascimento Lima</i>	56
3.3	Cartografias participativas <i>Caetano Franco</i>	58
3.4	Manejo de fauna em defesa da Sociobiodiversidade: Experiências da pesquisa sobre caça na região do Médio Solimões <i>Lisley Pereira Lemos</i>	60
3.5	Arqueologia e as plantas <i>Mariana Cassino</i>	62
3.6	Domesticação de plantas: a relação entre as pessoas e o piquiá <i>Rubana Palhares Alves</i>	66
3.7	É melhor lembrar ou esquecer? Arqueologia do Lago Tefé <i>Jaqueline Belletti e Kelly Brandão</i>	69
3.8	Arqueologia e as marcas dos muitos seres que habitam os lugares <i>Jaqueline Gomes</i>	72
3.9	Arqueologia da FLONA Tefé <i>Rafael Cardoso de Almeida Lopes</i>	75
3.10	Arqueologia e as práticas funerárias <i>Anne Rapp Py-Daniel</i>	78
3.11	Conservação Arqueológica - o Lago Amanã e a preservação do patrimônio <i>Silvia Cunha Lima</i>	82
3.12	Os estudos iconográficos na arqueologia <i>Erêndira Oliveira</i>	86

ALGUMAS DICAS PARA TRABALHAR A TEMÁTICA EM SALA DE AULA

4.	Orientações gerais para professores/as	96
4.1	Arqueologia, plantas, domesticação e o piquiá <i>Maurício André da Silva</i>	98
4.2	Arqueologia, cultura material e arte <i>Karina Nymara Brito Ribeiro</i>	100
4.3	Arqueologia e as práticas funerárias <i>Maurício André da Silva</i>	102
4.4	Preservação e conservação da cultura material <i>Karina Nymara Brito Ribeiro</i>	104
4.5	Introdução à arqueologia <i>Maurício André da Silva</i>	106

5. AGRADECIMENTOS	110
--------------------------	------------

6. CRÉDITOS	116
--------------------	------------



Maurício André da Silva
Eduardo Kazuo Tamanaha
Márjorie do Nascimento Lima

Organizadores(as)

PROFESSOR, PROFESSORA, ESPIA SÓ!

Professor/a, é com muita alegria que este livro intitulado “Arqueologia e conhecimentos tradicionais nas comunidades ribeirinhas: da terra para a lousa.” chega em suas mãos na versão impressa ou ebook. Ele foi pensado cuidadosamente por profissionais da arqueologia e áreas parceiras que pesquisam e dedicam suas vidas à arqueologia amazônica. O material é direcionado para quem trabalha com educação na rede básica de ensino (Ensino Infantil, Fundamental e Médio) em contextos comunitários no interior do Estado do Amazonas, especialmente nas comunidades ribeirinhas localizadas em Unidades de Conservação de Uso Sustentável. Entretanto, a sua versão digital pode ser utilizada por profissionais e pessoas interessadas no tema de todo país. Uma ótima forma de conhecer as discussões mais recentes e os desafios da prática arqueológica na floresta Amazônica.

O livro nasce a partir da demanda de professores/as de comunidades localizadas na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã e na Floresta Nacional de Tefé na região do Médio Solimões, próximo a Tefé, que recebem pesquisadores/as de várias áreas. O desejo de ter acesso aos dados produzidos em seus quintais é uma forma de melhorar o ensino local e promover o desenvolvimento das novas gerações. O convênio firmado entre o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e o Museu de Arqueologia e Etnologia da USP tem permitido avanços nas pesquisas e na área de socialização do patrimônio arqueológico.

Os textos exploram diferentes temas e são resultados de dados levantados na região. A arqueologia é um campo do conhecimento interdisciplinar, ou seja, necessita da abordagem da história, antropologia, biologia, geografia, física, química, artes, etc. Dessa forma, o livro pode inspirar o trabalho de professores/as de qualquer campo do conhecimento. O texto possui uma linguagem mais adequada para adultos, mas também pode ser compreensível para jovens. Ao fim indicamos algumas sequências didáticas que vocês podem desenvolver com seus/suas estudantes.

Boa leitura!





Atividade educativa da equipe de etnobotânica durante escavação de Boa Esperança, agosto de 2017.

Foto: Caetano Franco, Instituto Mamirauá

LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ



Pesquisadores coletam amostras de um jabuti.

Foto: Amanda Lelis, Instituto Mamirauá

O **Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá** (IDSM) é uma Organização Social criada em 1999 e supervisionada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) desde 2001.

As primeiras pesquisas arqueológicas no IDSM aconteceram em 2001 em parceria com pesquisadores do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP). Em 2006 começamos a construção

do Laboratório e Reserva Técnica da Arqueologia, que auxiliou nas pesquisas e armazenamento dos vestígios arqueológicos encontrados na região. Em 2008 deu início ao projeto “Plano de Manejo Comunitário do Patrimônio Arqueológico Existente na RDSA” e que realizou as primeiras escavações científicas em vários locais do Lago Amanã, como o Boa Esperança, Bom Jesus do Baré, Cacoal do Amanã, Kalafate, Monte Sinai e Seu Miguel do Cacau.



scavação na comunidade
Boa Esperança, RDSA,
agosto de 2017.

Foto: Adriano Gambarini,
Instituto Mamirauá

Em 2011, nós expandimos as atividades de pesquisa para o Lago Tefé e Floresta Nacional (FLONA) de Tefé. Isso nos ajudou a comparar os vários sítios que existiam no médio Solimões, além de ajudar outras comunidades que também desejavam que algo fosse feito com os “cacos de índio”.



Escavação da comunidade
Tauary, 2018.

Foto: Acervo Grupo de Arqueologia

Em 2019 foi criado o Grupo de Pesquisa em Arqueologia e Gestão do Patrimônio Cultural da Amazônia. Atualmente, já temos informações de 8 UCs, identificamos mais de 200 sítios arqueológicos por todo médio Rio Solimões, escavamos 10 e recebemos doações de vários locais diferentes, gerando um grande acervo arqueológico da região.

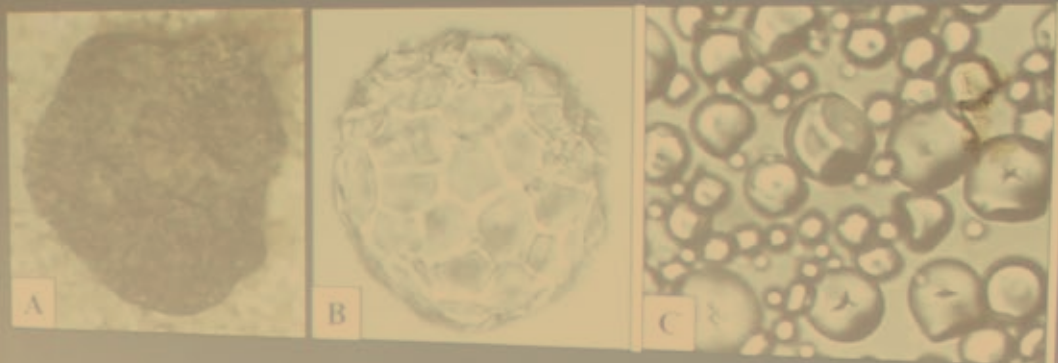
Juntamente com os trabalhos de escavação, também pesquisamos a melhor maneira de preservar os vestígios arqueológicos em seu próprio lugar de origem, sem retirá-los da terra. Da mesma maneira, nós conversamos com as pessoas que moram em cima ou

próximo desses vestígios, para entender qual o melhor jeito de preservarmos e aproveitarmos todo esse material, servindo para que as gerações futuras aprendam e ensinem a história de onde vivem, além de ajudarem na conservação desses bens. Pois tudo tem uma história, tem uma origem e surgiu de algum lugar, seja ele um “chupador” ou barreiro de anta, castanhal, cacoal, barracão ou as vasilhas dos índios.

Esperamos que nos próximos anos, todos nós possamos continuar as pesquisas, ensinando e aprendendo todos os dias um pouco da nossa própria história e do lugar onde vivemos. Boa leitura!



Atividade Educativa com os/as estudantes da Escola Municipal
Prof. Christiano Tramontini na comunidade Boa Esperança. RDS Amanã.
Foto: Maurício André da Silva



Tipos de vestígios arqueobotânicos. A: semente de milho carbonizada. B: fitólito de jerimum. C: amido de mandioca. Adaptado de Bryant, V.M. Invisible Clues to New World Plant Domestication. Science, v. 299. 2003.





| **Maria Tereza Vieira Parente**

Pesquisadora do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NOS CAMINHOS DO LAGO AMANÃ

Antes de escrever este texto pensei em muitos caminhos possíveis, tendo em mente que o objetivo principal do meu relato seria contar um pouco do que vivenciei no campo da educação patrimonial entre os anos de 2009 e 2011, quando tive a oportunidade de trabalhar com as comunidades do Lago Amanã. Mas me deparei com um dilema: seria melhor contar as teorias que embasaram a proposta pedagógica que apresentei ao chegar na região ou seria melhor contar das experiências empíricas, descrevendo as atividades executadas, por exemplo? Ou será que seria mais edificante discutir de que modo as práticas podem sempre ser repensadas em função da relação que estabelecem entre si, implicando diretamente na formação das marcas no território – ou no registro arqueológico – *no presente*?

Decidi que para escolher o caminho da minha narrativa precisaria, necessariamente, remexer gavetas. Gavetas que se apresentam de diferentes formas hoje em dia: podem estar naquele “cômodo de casa”, onde estão fotografias, arquivos e objetos por vezes esquecidos, ou podem estar nos “comodismos da memória”, onde guardamos lembranças profundas e por vezes conflituosas. Mas sempre que “oferecem ganhos” e “ganham nova vida” ao serem remexidas.

Foi então que me coloquei ao encontro de muitas fotos, textos (alguns finalizados, outros não), diários de campo e outros escritos nos quais procurei documentar, com espírito de educanda, tudo o que eu estava vivenciando a partir das relações que me foram abertas

pelos comunitários do Amanã. Encontrei registros de muitas as atividades desenvolvidas junto com os professores e alunos, tanto no contexto da sala de aula quanto no cotidiano das comunidades locais.

E foi exatamente ao valorizar os diferentes espaços de ensino-aprendizagem, bem como as diferentes formas que o patrimônio assume nas relações humanas ao longo do tempo, que foi aberta uma perspectiva que permitiu um mergulho nas potencialidades do trabalho educativo com o que há de mais precioso nas comunidades, que é o conjunto de conhecimentos e práticas construídos ao longo do tempo, que variam e se transformam a partir das relações que as pessoas estabelecem entre si e com o território que compartilham.

O centro da reflexão que procurei compartilhar à época – e que atualizo através do presente texto – foi a importância de que práticas científicas, especificamente no que se refere às pesquisas desenvolvidas nos campos da arqueologia e da museologia na Amazônia, estejam abertas para a incorporação dos saberes locais no exercício de suas práticas. Foi assim que procurei vivenciar ao máximo o cotidiano dos homens e mulheres do Amanã, numa experiência cuja intensidade aparece no aparente “caos” das “gavetas” que remexi.

São muitos os registros, como aqueles relacionados ao boto e ao fogo-fato, que me causaram sensações de pequenos arrepios ao navegar pelo Lago Amanã e pelos igarapés quando começava a anoitecer; ou nar-



Diálogos em campo.

Foto: Acervo autora



O que é patrimônio cultural para você?

Foto: Acervo autora

rativas sobre a importância de estarmos atentos aos sons e cheiros da floresta, pois essa é a forma na qual são anunciadas as coisas boas ou ruins que nos circundam; ou nas receitas que desafiaram meu paladar, misturando ingredientes como farinha, melancia e bacaba. Encontrei também relatos de como se faz “o melhor açaí da Amazônia”, além de registros sobre como fiquei espantada ao ver a naturalidade com a qual alguns sujeitos sobem nas árvores para coletar preciosos ingredientes (como o açaí e a bacaba).

Também aprendi muito sobre os “vestígios arqueológicos” ou “cacos de índio”, em rodas de conversa que me maravilharam pelas ricas reflexões em torno das suas belezas; sobre como certas particularidades técnicas e estilísticas saltam aos olhos e formam belas coleções, carinhosamente organizadas em gavetas, em prateleiras na casa ou em exposições feitas por uma juventude atenta e curiosa. A esse respeito aproveito para lembrar das jovens Rosinha, Daiane e Antônia, que no espaço da *Rádio Voz da Selva*, cuidaram de uma bela exposição dos “cacos”, a qual contou com o zelo do saudoso Pedão e de outros homens, mulheres e crianças que por ali transitavam.

Os atributos observados nos artefatos, que envolvem os diferentes jeitos de pintar, de decorar, de fazer o objeto e de utilizá-los renderiam novas categorias nas planilhas de análise cerâmica, que arqueólogos e arqueólogas utilizam em pesquisas laboratoriais e que são tão úteis para conhecer melhor o significado histórico e cultural dos contextos arqueológicos.

São variadas também as hipóteses formuladas a respeito do modo de vida das populações indígenas da região no passado, feitas a partir da observação dos objetos e, também, das lembranças de histórias “dos antigos”, compostas por eventos atrozizados como “avós indígenas que foram pegos no laço”, mas também de presenças leves como “as receitas que vieram dos índios” – tanto de “coisas de comer” quanto de “coisas pra curar”.

As histórias que ouvi, os caminhos pelos quais passei, tendo a mão segurada gentilmente por diversos comunitários, me levaram a um conjunto de aprendizados que pautam minha prática pedagógica atualmente, mesmo passados mais de dez anos desde a última vez que estive na região. Isso me leva a dizer que a maior parte dos registros das experiências vividas não estão em gavetas, como pensei inicialmente, mas no meu modo de pensar na frutífera relação entre ciência, conhecimentos locais e educação.

Nesse sentido, não se trata de dizer que todos temos que ter o mesmo entendimento acerca da interpretação do território, nem que os caminhos que levam à valorização devem seguir critérios similares. Significa dizer que a experiência educativa ganha muito com contínuas práticas de ação dialógicas associadas a análises críticas e abertas para o aprendizado. Esses confrontos permitem aberturas conceituais preciosas diversificando as vozes que ecoam as interpretações sobre o passado e que estão construindo pontes no presente. Tal postura tem o papel de facilitar uma mútua educação entre os diferentes campos de produção do conhecimento, estabelecendo um meio de trabalho colaborativo em todos os estágios do processo de pesquisa e educação.

Ao considerar este quadro, penso que aprendi muito na experiência no Amanã, e que é incrível ver o trabalho continuar de uma forma tão aberta, através de diferentes exercícios promovidos no âmbito da relação entre a população local e pesquisadores/as. É um caminho que reafirma as potencialidades da construção de programas de pesquisa em que os processos socioculturais de produção da diversidade *no passado e no presente* estejam mutuamente implicados e integrados. Esse relato, portanto, é uma lembrança da potência que vive nas memórias: aquela que orienta práticas e reflexões no presente e que reafirmam a importância dos embates positivos para o exercício de práticas pedagógicas libertadoras.



Comunidade e Sítio Arqueológico Santa Luzia do Baré.
Foto: Márjorie Lima

ARQUEOLOGIA AMAZÔNICA

Identificar sítios arqueológicos na Amazônia é uma tarefa bastante simples. Basta procurarmos onde as pessoas vivem hoje em dia – casas isoladas, pequenas comunidades, vilas ou cidades – que provavelmente encontraremos vestígios de moradores antigos no mesmo local. A história continua e segue em construção pelos atuais moradores, que mantiveram muitos hábitos dos seus antecessores: caçam, pescam, abrem roçados, manejam árvores e cuidam de seus quintais.

Os motivos que levaram os atuais moradores a escolher determinado local para viver, provavelmente são semelhantes aos do passado. Áreas de encontro de rios e áreas de lagos, pela facilidade de se deslocar e pelo potencial de pesca, são e foram locais muito procurados. Ao mesmo tempo, as populações atuais constantemente se aproveitam daquilo que foi deixado pelos antigos. As chamadas “capoeira de índio” ou florestas antrópicas geralmente são áreas com plantas frutíferas que nos fornecem alimento e atraem a caça, ou até mesmo a pesca, no caso das matas inundáveis de Igapó. Áreas com a chamada “Terra Preta de Índio”, resultado de muitas pessoas vivendo por muito tempo em um mesmo lugar, são igualmente atraentes por sua fertilidade. Portanto, é possível entender a história de uma região como uma combinação da persistência de algumas escolhas e a constante modificação da paisagem.

Essas populações que viveram no passado, representadas atualmente por vários povos indígenas que ainda habitam a região, começaram a ocupar a Amazônia há pelo menos 14 mil anos atrás. Instrumentos de pedra lascada e de ossos de animais, fogueiras e gravuras rupestres foram encontrados dentro de cavernas, áreas de campinarana e beira de rios em diferentes partes da Amazônia. Ainda não está claro de que forma essas sociedades se relacionavam com o meio ambiente e outros grupos vizinhos, mas ao longo de 8 mil anos eles se expandiram, ocuparam várias regiões, utilizaram diversos recursos naturais e modificaram gradualmente a paisagem que estava em sua volta.

Ponta de flecha
encontrado no sítio Dona
Stella, em Iranduba/AM.

Foto: Acervo Arqueotrop



Posteriormente, entre os anos 500 a.C. e 100 d.C., essas sociedades começam a passar mais tempo em um mesmo local e a sua população aumenta gradativamente. Eles também modificam a paisagem para torná-la mais propícia à produção de alimentos e iniciam uma possível rede de trocas dos seus produtos. Nesse momento encontramos dois importantes vestígios: a produção de vasilhas cerâmicas repletas de decorações e o início da formação da “Terra Preta de Índio” (TPI). Esse solo de coloração escura e muito fértil não é natural da floresta e foi gerado através de uma intensa e longa ocupação humana, resultado da grande quantidade de matéria orgânica que foi dispensada sob o solo pobre da floresta (restos de comida, de casas, fogueiras, etc.).

As vasilhas cerâmicas – divididas por região, tempo e tecnologia de produção – demonstram que ao longo de todo primeiro milênio d.C. e parte do segundo milênio (0 – 1.500 d.C.) ocorreram diversas transformações sociais, políticas e ecológicas, como a construção de muros de madeira defendendo toda a aldeia, canais de irrigação para a agricultura, construções circulares de grandes pedras (megalitos), domesticação de diversas espécies de plantas, longas estradas ligando as aldeias, áreas específicas para cerimônias ou festas (geoglifos), expansão de sua cultura por uma grande região e a construção de elevações de terra (montículos) para morar ou enterrar seus antepassados são algumas das transformações que as sociedades passaram ao longo de mil anos e que podem ser vistas nos sítios arqueológicos. Essas características não estão presentes por toda a Amazônia, mas demonstram um cenário de grande diversidade cultural, com muitas maneiras de ocupar a floresta sem destruí-la como nos dias de hoje.



Geoglifo em Plácido Castro/AC.

Foto: Edison Caetano/Revista FAPESP

ARQUEOLOGIA DO MÉDIO SOLIMÕES



Fragmentos cerâmicos da fase Amanã.

Foto: Jaqueline Gomes, Instituto Mamirauá

De forma resumida, os vestígios arqueológicos encontrados no médio Rio Solimões podem ser divididos em 4 momentos distintos, denominados Fases Culturais: **Fase Amanã, Fase Pocó, Fase Caiambé e Fase Tefé**. Essas informações, em sua maioria, foram coletadas no Lago Amanã devido ao tempo de pesquisa que temos nessa área. No entanto, elas também valem para outras partes do médio Solimões e, à medida que avançamos nas pesquisas, mais detalhes e Fases diferentes poderão ser encontradas. A Fase Amanã, a mais antiga de todas, só foi encontrada (até agora) no sítio Boa Esperança, na RDS Amanã, e possui datas entre 1.610 a.C. e 930 a.C.



Fragmentos cerâmicos da fase Pocó.

Foto: Jaqueline Gomes, Instituto Mamirauá

Ao final do primeiro milênio a.C. há evidências das primeiras ocupações cerâmicas associadas à TPI, relacionadas à Fase Pocó. Os povos que usavam a cerâmica Pocó foram os primeiros a formar a TPI, algo entre 830 a.C. - 410 a.C. no Lago Amanã. A cerâmica Pocó pode ser encontrada nas bacias dos rios Solimões, Negro, Japurá, Branco, Amazonas, Trombetas e Tapajós. Sua ampla dispersão pelas principais bacias amazônicas associada ao início da formação da TPI, indica um modo de vida mais sedentário (menos móvel) e o possível desenvolvimento da agricultura.



Fragmentos cerâmicos da fase Caiambé.

Foto: Jaqueline Gomes, Instituto Mamirauá

Nos séculos seguintes observa-se um aumento na formação das TPI e no tamanho das aldeias. Essas ocupações estão associadas ao que chamamos de Fase Caiambé. Os sítios com essa cerâmica possuem muita TPI, grandes urnas funerárias e locais específicos para os seus enterramentos. As datações disponíveis indicam um período de ocupação que começa em 600 d.C. e ocorre até 1.000 d.C.



Fragmentos cerâmicos da fase Tefé.

Foto: Jaqueline Gomes, Instituto Mamirauá

O período que antecede a chegada dos europeus na Amazônia é marcado pela Fase Tefé. As cerâmicas da fase Tefé possuem características com outras que são encontradas por toda a Amazônia, como na Ilha de Marajó ou no rio Napo, na Amazônia Peruana. Os vestígios cerâmicos têm uma grande padronização na forma e no estilo decorativo, permitindo sua fácil identificação em qualquer lugar da Amazônia. As datações indicam um período entre 500 d.C. até a chegada dos europeus na Amazônia. Os povos que produziram a cerâmica Tefé foram os últimos indígenas a ocupar o médio Solimões antes da chegada dos colonizadores. As descrições realizadas pelos exploradores e viajantes europeus mostram que todo o médio Solimões era habitado por diferentes povos e com línguas diferentes. Os relatos falam de um intenso comércio e guerra entre os povos, tanto com os seus vizinhos como com populações mais distantes. Essas relações entre os povos foram desestruturadas após o longo período de contato com os europeus. As doenças trazidas pelos estrangeiros e a caça aos escravos, deixaram um imenso vazio ao longo das margens dos lagos e rios, o que destruiu todo um sistema político e social.

| **Carlos Augusto da Silva**

Pesquisador da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

| **Bruno Pastre Máximo**

Pesquisador do Museu Amazônico, Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

ARQUEOLOGIA DA CONFLUÊNCIA DOS RIOS SOLIMÕES-AMAZONAS E NEGRO - CONTEXTO DE MANAUS

A Amazônia é, de modo geral, bastante intrigante pela sua rica natureza, dividida nos tapetes verdes das florestas de várzea e de terra firme. Nas florestas de várzea há diversidade de espécies de árvores bem adaptadas às águas, que sobrevivem bem às mudanças da cheia e seca a cada seis meses. Já nas florestas de terra firme há também diversidade de espécies exuberantes, que prestam verdadeiros serviços ambientais, permitindo a sobrevivência dos animais e dos povos que interagem na região, desde muito muito tempo na Amazônia.

Além das muitas histórias dos índios sobre seus antepassados, os primeiros conquistadores que desceram e subiram o grande rio escreveram sobre os indígenas que eles encontraram. Uma delas foi descrita na crônica do frei Gaspar de Carvajal, na expedição de Francisco Orellana, de 1542, quando fizeram o trajeto oeste-leste, até o encontro com o Oceano Atlântico. Durante a viagem o frei descreve que, nas localidades próximas do Rio Napo, observou que havia muitas pessoas. Estes povos desenvolveram diversas atividades na terra, na floresta e na água de forma muito esperta. Um exemplo foi quando ele viu todo um sistema de portos ou plataforma de terminal de embarque e desembarque, talvez de produtos ou para assegurar a preservação de frotas de canoas. Outra coisa que chamou atenção dele foi a beleza das cerâmicas dos indígenas, comparadas às peças mais bonitas que ele tinha visto na Europa.

Quando a expedição corta as águas do encontro dos Rios Solimões-Amazonas e Negro, no mês de junho de 1542, se impressiona com a interação dos povos que habitavam a Ilha, que é serpenteada pelo Rio Amazonas. Foi em umas das malocas que a expedição conseguiu boa quantidade de alimentos, que estavam estocados em seu interior.

A partir das linhas escritas pelo Padre João Daniel (1772-1776), as pesquisas arqueológicas vêm confirmando que os rios, os igarapés etc. eram densamente

povoados. Seguindo o raciocínio do Padre, se cada um dos possíveis 3 milhões de povos tivesse cultivado três espécies de angelim, de itaúba, de louro, as cifras poderiam chegar a equações exponenciais. Talvez esses feitos desses povos tenham sido identificados e aproveitados pelos colonizadores, resultando nas chamadas expedições em busca das drogas dos sertões.

Essas informações destes primeiros colonizadores europeus são importantes, pois descrevem as habilidades e as competências de como os povos se serviam das águas, das florestas e da terra em períodos anteriores à colonização ocidental.

A cidade de Manaus acaba sendo, assim, um ponto de encontro entre povos muito diferentes, os indígenas que lá habitavam e os colonizadores que aos poucos chegavam trazendo doenças, novas coisas, comércio e uma religião.

No período colonial brasileiro há vários registros de que o Rio Negro era habitado por diversos povos. O Padre João Daniel, em seu livro denominado de *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*, informa que, por meio da prática de resgates, foram subtraídos aproximadamente 3 milhões de povos do Rio Negro para o trabalho escravo. Então essas informações descritas são valiosas, pois, atualmente, em boa parte do território do município, é possível identificar sítios arqueológicos com uma diversidade de espécies que talvez tenham sido frutos de intensos trabalhos coletivos praticados por esses povos por milênios.

No fim dos anos 1950 e início de 1960 do século XX, o arqueólogo de nacionalidade alemã Peter Paul Hilbert realizou os primeiros trabalhos de pesquisa arqueológica, nas confluências dos rios Solimões-Amazonas e Negro, quando identificou o importante sítio arqueológico Manaus, com uma dimensão bastante densa. Esta época estava em construção o edifício denominado de IAPETAC, localizado no início da Avenida Sete de Se-

tembro. Ele realizou escavações com as quais descobriu algumas urnas funerárias e outros utensílios produzidos por esses povos que usavam no seu cotidiano. Foi Hilbert quem criou o termo Paredão para classificar peças cerâmicas que foram encontradas nas grandes paredes de Manaus com os seus Rios. No período da seca do Rio Negro, no trecho entre o complexo do PRO-AMA (Programa Água para Manaus) e a REMAM (Refinaria de Manaus), as grandes paredes de cores avermelhado-acinzentadas são visíveis na encosta do rio.

Nesse sítio arqueológico, pelas peças que nos últimos anos vêm sendo identificadas, acredita-se que os povos tinham amplo conhecimento de como usar a floresta. Em quase toda a área do Centro Histórico de Manaus, ao cavar o solo, encontram-se fragmentos da história desses povos que viviam nesses domínios das encostas dos rios. De todas as evidências, um local se destaca - a Praça Dom Pedro II, que se encontra em cima de um grande sítio arqueológico denominado sítio Manaus.

Em 2003, iniciaram-se trabalhos de restauração da Praça, e durante o trabalho de cavar o solo pelos operários, vários fragmentos arqueológicos foram identificados. Assim, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em parceria com o Museu Amazônico da Universidade Federal do Amazonas e o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo realizaram o Projeto de Intervenção Emergencial Arqueológica na Praça Dom Pedro II. O estudo teve como objetivo saber o máximo sobre a história antiga da praça, fazendo diversos buracos na região. Saíram muitas peças e fragmentos muito interessantes, de modo que logo se percebeu que se tratava de um sítio arqueológico muito antigo, e habitado por muitos povos diferentes com o passar do tempo. Os principais achados foram uma coleção de quatro urnas funerárias.

As escavações e o estudo da urna funerária revelaram que havia todo um ritual para depositar os grandes vasos de cerâmicas. No ato de sepultar era utilizada uma arquitetura no sentido de cortar os vasos. O primeiro com circunferência menor, de raio de 45cm; o segundo de 50cm. Os vasos eram cortados de modo que ficassem encaixados um no outro e formassem uma torre, de modo que o primeiro era depositado com gargalo para baixo; já no segundo, a base funcionava como tampa. Antes de realizar o sepultamento dos vasos, era escavado no solo um molde similar à forma dos vasos que iriam ser colocados, com o objetivo de ficarem bem encaixados.



Acervo arqueológico do Museu Amazônico da UFAM.

Foto: Museu Amazônico

Para selar as frestas era empregada talvez cera de abelha. Esse zelo objetivava que insetos não tivessem contato com os restos mortais do ente querido. Para descer os vasos, eram afixadas duas estacas nas extremidades da beirada do buraco para funcionarem como apoio; e, nestas, duas cordas ou cipós para descer os vasos. Essas estruturas foram descobertas durante as escavações das urnas funerárias. Todo esse cuidado talvez para manter a memória do ente entre os seus parentes e comunidade.

As escavações dos vasos demonstraram que estes ficaram intactos por mais de mil anos, todavia foram perturbados durante a realização das obras de edificações da Praça, que, no governo de Eduardo Ribeiro (final do século XIX), era chamada de *Praça da República*.

Em alguns dos sítios em Manaus, há formação de terra bem escura, com pacotes de um ou dois metros de espessura. Na Praça, durante as obras em 1852, foi retirado aproximadamente um metro e meio de solo orgânico. Na Figura 1, é possível observar que restaram 20cm do solo escuro.

Acredita-se que o limite territorial de Manaus é o Rio Jauaperi. Da margem esquerda do rio até o Rio Preto da Eva, os sítios arqueológicos são divididos pelos rios e igarapés cortando o território sentido norte-sul. Se fosse possível subir de canoa o Igarapé do Quarenta, ao chegar ao bairro Japiim, poderia se encontrar o sítio arqueológico de mesmo nome do bairro, com algumas circunferências de urnas funerárias, similares ao da praça D. Pedro II.

Então os muitos povos do encontro dos rios Solimões-Amazonas e Negro, onde hoje se encontra Manaus, deixaram um grande legado para o presente.

No sentido de reparar essa memória, a Universidade Federal do Amazonas criou em 1997 dentro do Museu Amazônico a Divisão de Arqueologia, com o objetivo de conservar os artefatos de história de vida desses povos. Atualmente a divisão de Arqueologia está dentro do campus da Universidade no Coroado, em um prédio novo e moderno, tendo a melhor infraestrutura para a pesquisa e conservação da história amazônica através dos vestígios arqueológicos.

O laboratório (fig. 2) é aberto para pesquisadores e visitantes que buscam conhecer melhor o legado ancestral amazônico. Possui uma reserva técnica (fig. 3), onde guardamos as diferentes coleções arqueológicas:



Fig. 2 | Laboratório de Arqueologia.

Foto: Bruno Pastre Maximo, 2021



Fig. 3 | Reserva técnica I - Laboratório de Arqueologia.

Foto: Bruno Pastre Maximo, 2021

Também temos uma sala de exposição (fig. 4 e 5) que apresenta um pouco do nosso acervo ao grande público, recebendo turistas e principalmente estudantes e professores para aprender mais.



Fig. 4 | Sala de Exposição - Laboratório de Arqueologia.

Foto: Bruno Pastre Maximo, 2021



Fig. 5 | Urnas Funerárias - Laboratório de Arqueologia.

Foto: Bruno Pastre Maximo, 2021

O QUE A ARQUEOLOGIA TEM A VER CONOSCO?

A arqueologia é uma área do conhecimento que busca compreender a história de longa duração dos grupos, ou seja, uma história muito antiga que extrapola nossos calendários usados no dia a dia. Atualmente a arqueologia estuda muitas coisas como vestígios cerâmicos (cacos, pedaço de alguidar), vestígios líticos (pedras), plantas, solos, paisagens, sepultamentos, entre outras evidências. O que une todos esses materiais é sempre a presença das mãos de pessoas, gente como a gente, que fizeram uma fogueira, por exemplo, comeram uma caça e depois descartaram os ossos, ou algumas árvores que plantaram perto de suas casas e modificaram a paisagem.

As pesquisas que são desenvolvidas na Amazônia têm contribuído para entender uma longa história indígena. Temos datas que remontam 12 mil anos de ocupação da floresta, ou seja, desde pelo menos 10 mil anos antes de Cristo, já se tinha a presença de gente. É difícil até imaginar, mas diferentes grupos estavam imprimindo suas marcas no meio ambiente e inventando diferentes estratégias para viver. Esses estudos nos ajudam a entender como as populações foram se desenvolvendo e criando outras formas de viver, que muitas vezes estão conectadas com o nosso modo de vida atual.

Quando uma pesquisa arqueológica é iniciada, muitas vezes as pessoas ficam admiradas com a maneira cuidadosa com que as escavações são realizadas, geralmente elas ocorrem no meio das comunidades. Também gostam de ver o movimento de coleta de todo tipo de material, como os cacos, pequenos pedaços de carvão, amostras de terra, entre muitos outros materiais. E porque fazemos isso? Para entender as pessoas e o seu modo de vida, esses materiais são como janelas que nos ajudam a interpretar e imaginar o que elas estavam fazendo, como estavam morando, se eram em grande ou em pequenas aldeias, o que estavam comendo, como estavam sepultando seus entes queridos, entre muitas outras questões. Para que fazer tudo

isso? Para tentar responder as perguntas que sempre nos acompanham, quem somos nós, de onde viemos e para onde vamos.

Fazer arqueologia é como entrar em uma casa que está fechada faz muito, muito tempo, e ao entrar vamos lendo cuidadosamente como as pessoas que ali moraram deixaram organizados seus objetos, como era o uso do espaço, onde dormiam, onde cozinhavam, etc. Dessa forma, podemos até imaginar quantas pessoas moravam ali, como era o uso dos cômodos da casa, como se alimentavam e quais as relações dessa casa, com as vizinhas e com a nossa vida hoje.



Crianças da comunidade Tauary conversam com a arqueóloga Anne Rapp Py-Daniel sobre a retirada das urnas para estudo, 2018.

Foto: Acervo Grupo de Arqueologia

O mais bonito da arqueologia é que ela possibilita levantar dados muitas vezes de grupos que não foram devidamente ouvidos e contemplados na história oficial, como o caso das populações indígenas, quilombolas, rurais, ribeirinhas, operárias, entre muitas outras. Sabe quando abrimos um livro didático de História e achamos que muitas daquelas informações não falam sobre nós? Grupos que de alguma forma foram silenciados por uma História que estava voltada para o registro dos feitos de uma elite dominante, branca, europeia e masculina. Durante muito tempo, não aprendemos nos livros didáticos que foram os portugueses que descobriram a América? Não lemos as histórias dos feitos dos grandes viajantes que passaram pela floresta Amazônica como o Francisco de Orellana? Mas se já existiam pessoas aqui, porque essas histórias são as que geralmente se contam?

Essa terra já estava descoberta, no caso ela foi invadida e suas populações, escravizadas, assassinadas e subjugadas a um modelo de vida europeu. Ao escavarmos um sítio arqueológico, vamos encontrando evidências dessas outras pessoas e desses outros modos de vida, que nos ajudam a refletir sobre o tempo presente, assim como almejar um futuro desejado.

Uma questão recorrente é qual o sentido da arqueologia para as pessoas do presente? Você que nos recebe em sua comunidade para pesquisarmos durante um mês pode se perguntar, qual o benefício que esse trabalho vai trazer para minha vida? Qual o papel dessa área do conhecimento para o dia a dia de centenas de comunidades que moram sobre áreas com vestígios arqueológicos? A pergunta não é fácil de responder, mas acreditamos que se nossa prática não estiver engajada com demandas locais, ela não faz sentido no mundo contemporâneo. A arqueologia pode ajudar a entender como populações do passado lidavam com o meio e por sua vez, contribuir para as práticas do presente. Quais dilemas, questões e perguntas a arqueologia poderia ajudar responder? Quais temas vocês gostariam que nossas pesquisas abordassem?

Nas Unidades de Conservação (UCs), como na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã e na Floresta Nacional Tefé, uma grande discussão é a presença de populações humanas nesses locais. O bicho ser humano é o que mais destrói o seu entorno, dessa forma podemos morar em um local sem destruir? Os dados arqueológicos mostram que pessoas sempre estiveram vivendo ali, logo nossa espécie em si não é uma ameaça ao meio, mas sim o nosso modo de vida atual moderno capitalista. Se os humanos estão na floresta Amazônica há pelo menos 12 mil anos,



Arqueólogo Maurício André da Silva conversa com as crianças da comunidade Taury na Escola Criança Esperança.

Foto: Acervo Grupo de Arqueologia

porque somente nas últimas décadas do século XX se intensificou um processo de desmatamento e destruição do meio? Quais são os interesses que movem essa destruição? Quem lucra com esse processo?

E o que a arqueologia tem a ver conosco? Tudo, pois nos ajuda a entender que nossa forma de lidar com a vida é diversa. Mesmo sendo iguais como membros de uma mesma espécie e com as mesmas capacidades cognitivas, nós em cada canto do mundo, fomos inventando diferentes formas de viver. Isso mostra que o nosso modo de vida atual não é definitivo, estamos em constante mudança. A nossa única certeza é que somos mutáveis e criativos e podemos ser mais abertos para aprender com esses outros modos de vida e ser mais tolerantes com a diferença.

Da mesma forma pode ajudar as pessoas do presente a trilharem os passos e o legado dos antigos. Esses dados nos permitem contar outras histórias. O mais importante da arqueologia é isso, nos permite contar histórias, e elas podem mudar o mundo.

| Carla Gibertoni Carneiro

Pesquisadora e Educadora do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP.

| Maurício André da Silva

Pesquisador e Educador do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP.

AS COISAS QUE VIRAM PATRIMÔNIO. IMPORTÂNCIA DA LEGISLAÇÃO PATRIMONIAL

As pessoas ao longo dos últimos séculos foram percebendo que deveriam proteger para posteridade, para o futuro e assegurar coisas, objetos, prédios, obras de arte, e qualquer outro tipo de evidência material e imaterial com relevância para a sociedade e determinados grupos. Essas evidências ajudam a entender a história, a cultura de gerações passadas, assim como lembrar e significar o presente. Sabe quando estamos em casa e, por acaso, encontramos um objeto antigo, de nossa avó, avós que já faleceram e começamos a lembrar de uma série de histórias e momentos que vivemos com eles/as? Talvez se não tivéssemos guardado esse objeto não nos lembraríamos. O patrimônio pode operar dessa mesma maneira e de muitas outras formas, por isso muitos países desenvolveram políticas patrimoniais para ajudar a preservar essas evidências e lembrar de grupos e momentos de sua história.

No Brasil ao longo do século XX ocorreu uma série de movimentos para a proteção do patrimônio histórico, artístico, arqueológico, entre muitos outros. No começo deste século, uma série de artistas e intelectuais fez um movimento para implantar medidas preservacionistas, e em 1937 se tem a criação do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN), que mais tarde viraria o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN) que atua até hoje em muitas frentes. Atualmente se discute quem define o que é patrimônio? Antigamente esse movimento de escolha e eleição estava restrito àqueles intelectuais, artistas, entre outros, mas hoje se busca cada vez mais uma ampla participação da sociedade. Os cacos de índio, potes, terra preta entre outros materiais encontrados em várias localidades da amazônia fazem parte do patrimônio arqueológico e possuem uma série de leis que buscam assegurar a sua preservação e é o IPHAN que fiscaliza todo o trabalho arqueológico no país.

Como e quando os cacos e potes de índios passaram a serem considerados patrimônio e preservados pelo Estado? Durante muito tempo, os sítios arqueológicos, que são os locais onde encontramos esses materiais,

foram destruídos e usados para diferentes fins. Com o crescimento do país, durante a primeira metade do século XX perdemos muitos sítios arqueológicos. Quando uma área com diferentes vestígios ou coisas do passado é destruída se tem uma perda inestimável para a história daquela localidade e para a história de muitas pessoas e grupos. Não conseguimos mensurar do ponto de vista cultural e histórico essa perda. A primeira lei voltada para proteger o patrimônio arqueológico no Brasil foi criada somente em 1961, por conta de um pesquisador e ativista, o arqueólogo Paulo Duarte. Essa lei n. 3.924 passou a proibir a destruição dos sítios, assim como a comercialização dos objetos arqueológicos e a regular o trabalho de escavação arqueológica. Sim, nenhum/a arqueólogo/a pode escavar um sítio sem que seja autorizado pelo IPHAN. Toda vez que pesquisadores/as chegam em suas comunidades com o interesse de realizar pesquisa arqueológica, seus projetos já foram autorizados por esse órgão.



Fragmentos arqueológicos da Rádio a Voz da Selva na comunidade Boa Esperança - RDS Amanã, coletados pelas crianças.

Foto: Maurício André da Silva



Urnas Tauary salvaguardadas na Reserva Técnica do Laboratório de Arqueologia do IDSM.

Foto: Adriano Gambarini, Instituto Mamirauá

De lá para cá, muita coisa mudou, a legislação patrimonial foi sendo complementada e melhorada por novas leis, resoluções, portarias e instruções normativas (ver uma síntese das mais significativas ao final). Devemos salientar que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, ampliou e fortaleceu os instrumentos legais de proteção do patrimônio arqueológico, o reforçam como bem da União, garantem sua proteção e acesso.

Então quer dizer que as comunidades, fazendas, casas, entre outras que estão localizadas, sobre sítios arqueológicos na Amazônia, pertencem ao Estado? Não, no Brasil, toda propriedade que possua sítio arqueológico continua sendo de seus proprietários, mas as áreas que encontram os cacos, urnas, terra preta de índio devem ser preservadas, pois possuem um valor cultural. Esse é um dos grandes desafios da arqueologia realizada no país e sobretudo, na Amazônia brasileira, pois como conciliar a vida das pessoas e o seu cotidiano com a preservação arqueológica?

Um sítio arqueológico pode ser definido como o local onde se encontram vestígios de ocupações humanas de outras épocas, como cemitérios, sepulturas, locais de pouso ou aldeias, abrigos, entre muitos outros se-

gundo o IPHAN. Esses cacos, potes, terra preta indicam a presença de outras pessoas que passaram por essas localidades e dessa forma são transformados em sítios arqueológicos, mas antes de serem sítios são os quintais, terreiros das casas, são as áreas de roçado, o campo de futebol, a base das casas, etc. Assim como os aç aizais, buritizais... podem indicar essa presença humana antiga.

O chamado patrimônio arqueológico pode contribuir com a população local de muitas formas, pode ser usado como a base de trabalho de ações de professores/as nas escolas; como mais um elemento local para atrair visitantes de fora; politicamente como elemento do direito à terra; como fonte de inspiração para o artesanato local, entre outras frentes de atuação.

Dessa forma, é fundamental a sensibilização e o diálogo com diferentes parcelas da população a respeito do patrimônio. Primeiro o que é o patrimônio, para que ele serve e como nos conectamos ou não afetivamente com ele. Acreditamos que assim, podemos ampliar o debate e pensar no papel atual do patrimônio arqueológico no século XXI.

ALGUNS MARCOS DA LEGISLAÇÃO ARQUEOLÓGICA



Lei n. 3.924 de 1961, proíbe a destruição para qualquer fim dos sítios arqueológicos, assim como a sua comercialização. Esses atos são considerados crime contra o patrimônio nacional.



A **Política Nacional do Meio Ambiente** em 1980 passou a exigir o licenciamento ambiental junto a empreendimentos que causam impactos ao meio ambiente, como a construção de pontes, hidrelétricas, portos, etc.



Resolução CONAMA 01/1986 – No artigo 6, inciso I, alínea c destaca os sítios e monumentos arqueológicos como elementos a serem considerados nas diferentes fases de planejamento e implantação de um empreendimento.



Constituição Federal de 1988 - Reconheceu o patrimônio arqueológico como patrimônio cultural brasileiro em seu artigo 216, que devem ser protegidos e usufruídos pela população.



Política de Patrimônio Cultural Material de 2018 do IPHAN.

Indica a maneira como devem ocorrer os processos de identificação, reconhecimento, proteção, normatização, autorização, licenciamento, fiscalização, monitoramento, conservação, interpretação, promoção, difusão e educação patrimonial relacionados à dimensão material do Patrimônio Cultural Brasileiro. A consulta pública - aberta pelo Iphan - permitiu que toda a sociedade participasse com contribuições que resultaram no texto final do documento.

COLECIONAMENTO DE COISAS, DE MATERIAL ARQUEOLÓGICO

As pessoas nos mais diferentes lugares do mundo, de diferentes culturas, como em distintas épocas realizaram e realizam o ato de reunir coisas, objetos com características em comum, ou mesmo distintas entre si, formando um conjunto que podemos chamar de coleção. Uma coleção pode ser entendida como a reunião “ordenada” de objetos com algum tipo de relação, que pode ser estética, cultural, científica entre outras. As pessoas colecionam de tudo um pouco, como fotos, revistas, livros, reportagens de jornal, bolinhas de gude, brinquedos, chaveiros, tampinhas, folhas, insetos, entre muitas outras coisas. Você já teve alguma coleção? Às vezes uma coleção é iniciada de forma não proposital, você pode ganhar algum objeto e depois disso passar a ter o gosto de querer adquirir outros semelhantes.

No contexto amazônico, em diferentes comunidades ribeirinhas identificamos um movimento realizado pelos/as moradores/as, a guarda e coleta de cacos de cerâmica, de pote, de coisas de índio, dos antigos que encontram no dia a dia saindo da terra. Essas mesmas coisas são chamadas por nós de objetos arqueológicos. Essas coleções mostram um olhar atento da pessoa que a formou, para a escolha de determinados itens, como aqueles mais bonitinhos, pintadinhos, diferentes, com carinhas, etc. e passam a guardá-los em casa, em sacolinhas, caixas de sapato, em um determinado canto e passam a fazer parte da história daquela pessoa e muitas vezes da família. O interessante é que essas coleções falam muito sobre quem as formou, da sua própria história de vida. Em alguns casos essa coleta é realizada com pretensões momentâneas, como para ser utilizado em uma determinada brincadeira pelas crianças, por exemplo.

Coleção de caretinhas arqueológicas formada pela profa. Antônio Rosilene Biático Mendes (Rosinha) na comunidade Boa Esperança - RDS Amanã.

Foto: Maurício André da Silva, 2019



Jovem da comunidade de Boa Esperança nos mostra caretinha encontrada pela comunidade, 2019.

Foto: Maurício André da Silva



Quando olhamos para a história dos museus, que são esses espaços que reúnem, preservam e mostram para a sociedade diferentes tipos de objetos como histórico, artístico, natural e científico, percebemos que a formação inicial de seus acervos ocorreu a partir de coleções já existentes de pessoas, que tiveram esse ato de juntar, reunir objetos. Geralmente, quando somos crianças, gostamos de juntar pedrinhas, folhas, brinquedinhos e formamos diferentes coleções em nosso mundo fantástico. Um pensador chamado Walter Benjamin comenta que para as crianças, qualquer pedra, flor ou borboleta encontrada já é para elas o começo de uma coleção, em seu mundo. Muitas vezes nos perguntamos, o que leva uma pessoa começar a reunir coisas, objetos? Quais são os motivos? Em sua comunidade alguma criança, jovem ou adulto possui uma coleção? Você já conversou com eles/elas, porque começaram a fazer isso?

Na comunidade de Boa Esperança, localizada no Lago Amanã, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, Amazonas, três crianças no início do ano 2000, a Antonia Rosilene Biático Mendes, Antônia Rosely Maciel da Silva e Daiane Sousa Reis costumavam sair correndo pela comunidade depois das chuvas para encontrar as caretinhas e brinquedinhos que iam aflorando. Juntavam esses diferentes caquinhos e criavam seus brinquedinhos, que eram guardados em sacolas e pendurados na parede. Mais tarde, quando cresceram e com a chegada de arqueólogos/as na comunidade, resolveram colocar suas coleções na Rádio Comunitária a Voz da Selva, para que outras pessoas pudessem ver e ter acesso. Hoje esses objetos estão nesse espaço e qualquer pessoa que chega na comunidade pode vê-los.

Para o Instituto do Patrimônio Artístico Histórico e Nacional (IPHAN) que regula o chamado patrimônio arqueológico brasileiro, que são esses cacos, essas coisas que afloram pela comunidade, entre outros vestígios e marcas nas paisagens, pertence à União, ao Estado, ou seja, ninguém é dono deles, pois é de toda a sociedade brasileira. Entretanto, nos últimos anos temos nos perguntado como lidar de forma colaborativa com esse ato realizado em diferentes comunidades de guardar objetos arqueológicos. Cada vez mais é claro para nós que as comunidades, lideranças, jovens, crianças, adultos, todos são parceiros/as fundamentais para o trabalho que desenvolvemos. Nossas pesquisas só fazem sentido se estiverem conectadas com a vida das pessoas. A população local é parceira fundamental na gestão dos bens arqueológicos.

Dessa forma, cada vez mais temos buscado entender a formação dessas coleções e dialogar nossas pesquisas com a vida das comunidades, pois essas coisas e pessoas que as guardam podem contribuir de muitas formas com a vida dos/as moradores/as da região, assim como para as pesquisas arqueológicas. Da mesma forma, nos ajuda a refletir sobre o papel do chamado patrimônio arqueológico no século XXI. Ao nos depararmos com essas coleções em diferentes comunidades, aprendemos mais sobre a vida local, suas histórias, histórias essas importantes para refletirmos sobre a diversidade cultural do país. Em linhas gerais, é isso que importa para arqueologia, essa prática científica tem o objetivo de falar e conhecer mais as pessoas do presente e do passado.

COMO AS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS SÃO REALIZADAS?

A arqueologia é considerada uma área fascinante especialmente pelo imaginário construído em torno das escavações para a descoberta dos vestígios sobre o passado deixados pela humanidade desde o início de sua existência. Para além das escavações, a pesquisa arqueológica é mais complexa devido seus objetivos e suas etapas de execução. O grande objetivo da arqueologia é mostrar como a humanidade construiu seus conhecimentos para ocupar territórios e transformar paisagens que atendessem suas necessidades de subsistência e revelassem suas configurações sociais.

Ao longo de milênios, muitos modelos foram testados, refletindo condições ambientais, cosmologias, escolhas culturais e contextos históricos específicos. O amplo conhecimento desse mosaico social possibilita um olhar maduro sobre as relações humanas quanto às suas formas de ocupação.

Desde há algumas décadas é divulgado o grande desequilíbrio ambiental que reflete escolhas inconsequentes e imediatistas das formas como a maioria das regiões do planeta vem sendo exploradas e o alerta é bem claro: a necessidade de uma mudança radical ou a humanidade sofrerá consequências cada vez mais drásticas para a continuidade de sua existência.

Muitos cientistas entendem que a produção de conhecimentos com uma sólida base interdisciplinar pode subsidiar a implantação de modelos sustentáveis que dependem de investimentos acadêmicos, tecnológicos e políticos, numa escala global.

Os estudos arqueológicos têm grande potencial para a composição desse terreno sólido que pode alicerçar mudanças que diminuam os efeitos dessa ação humana desequilibrada.

Os vestígios arqueológicos, encontrados em inúmeros formatos – objetos, amostras de solo, ruínas de construções, remanescente humanos, vestígios de alimen-

tação (restos de fauna, sementes carbonizadas), manejo da vegetação – possibilitam interpretações sobre os diversos modelos de ocupação.

A arqueologia contemporânea alia uma sólida base teórica voltada à construção de modelos interpretativos que contemplam um panorama completo e complexo da grande diferença existente entre as sociedades, à utilização de metodologias que possibilitam um caminho seguro para a coleta dos registros e análises interdisciplinares que esmiuçam as informações que potencialmente cada vestígio pode comunicar.

O ciclo dos estudos arqueológicos é muito amplo e envolve diferentes etapas.

É necessário um levantamento para conhecimento prévio da área a ser estudada, como estudos arqueológicos anteriores e conhecimentos produzidos por outras áreas que contribuam para uma compreensão mais completa sobre a região (história, geografia, geologia, biologia, entre outros) que indique a pertinência e as melhores estratégias para a realização da pesquisa.

A partir do conhecimento mais aprofundado do contexto e a clareza sobre os objetivos iniciais da pesquisa caminha-se para o desenvolvimento de um projeto de pesquisa que apresente a justificativa, objetivos, metodologias, resultados pretendidos e estratégias de divulgação previstas.

Os vestígios arqueológicos geralmente são encontrados e recuperados por meio das etapas de campo que envolvem as escavações. Nesta fase é muito importante uma organização criteriosa da composição da equipe (geralmente com perfil multidisciplinar), cronograma das atividades, estratégia para a coleta dos vestígios até sua destinação final que deverá ser uma instituição de pesquisa que garanta à preservação e acesso para a continuidade dos estudos.



Material arqueológico em processamento no laboratório de arqueologia do Instituto Mamirauá.

Fotos: Everson Tavares, Instituto Mamirauá

O que a maioria das pessoas não imagina é que o maior tempo da pesquisa acontece nos laboratórios dessas instituições. É nesse momento que o material arqueológico é limpo (sem o risco de perder uma informação importante), separado, identificado, analisado, gerando dados sistematizados para gerarem as interpretações sobre o modo de vida das pessoas que ocuparam esse espaço em um determinado período.

Nesta etapa revela-se a importância da perspectiva interdisciplinar que define a ciência arqueológica. Devido a enorme variedade dos vestígios que indicam informações sobre a ocupação humana tornar-se fundamental o conhecimento de processos físicos e químicos para a definição de datações, composições de solos e matérias-primas e tecnologias de confecção de artefatos e modificações de paisagens.

Da mesma maneira, o conhecimento da biologia propicia a identificação dos vestígios faunísticos (animais que eram consumidos na alimentação) e das plantas domesticadas e que se tornaram base da alimentação de muitos povos; já a geologia contribui para a compreensão da formação do solo, sua estratigrafia, alterações climáticas e distinção entre processos naturais e efeitos antrópicos (ocasionados pela presença humana).

Apesar de sua vocação interdisciplinar, a arqueologia é uma ciência humana e dialoga com o mesmo grau de importância com a história (compreensão dos contextos de longa duração) e a antropologia (diálogo com comunidades tradicionais que podem contribuir com uma ampliação das possibilidades interpretativas por meio de suas diferentes referências de leitura de mundo).

A gama de possibilidades da multidisciplinaridade não se encerra por aqui. Dependendo da natureza dos vestígios e das perguntas que pretendem ser respondidas por meio deles, busca-se a parceria com profissionais qualificados para a realização de estudos aprofundados e que gerem resultados consistentes e confiáveis.

Uma grande conquista da Arqueologia nas últimas décadas foi a inserção das estratégias de comunicação como etapa da pesquisa. Assim a aproximação com as pessoas que convivem com os vestígios arqueológicos passou a merecer maior atenção, não somente como receptores das informações sistematizadas pelos profissionais da arqueologia, mas especialmente pela potencialidade dos diálogos sobre diferentes pontos de vista acerca do material arqueológico. Essa aproximação vem permitindo uma ampliação das possibilidades interpretativas e um caminho de acolhimento e valorização dos saberes produzidos por diferentes culturas.

As instituições responsáveis pela preservação do patrimônio arqueológico também se dedicam, por meio de diversas estratégias como produção de trabalhos acadêmicos, publicação de artigos científicos e livros, exposições, desenvolvimentos de recursos pedagógicos - para comunicar ao público a produção dos conhecimentos que realiza.

Procuramos esboçar um breve resumo das motivações e metodologias à disposição da arqueologia atualmente. Como toda área do conhecimento esta ciência está em constante transformação. Quanto mais avançamos nos estudos, mais novas e específicas perguntas vão surgindo; as técnicas de análise também vão se aperfeiçoando, possibilitando uma leitura precisa dos vestígios.

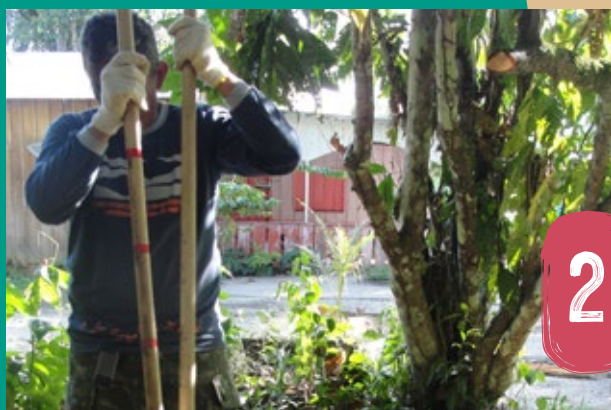
Por isso a preservação torna-se tão importante. São pedaços da história dos nossos antepassados que conseguiram chegar até a nossa geração, para entender esses fragmentos e construir uma interpretação sobre esses diferentes modos de vida é fundamental a presença de uma equipe de profissionais especializados. Quando interferimos nesses locais onde encontra-se o material arqueológico de forma não planejada e sem os conhecimentos prévios necessários destruímos informações que nunca mais poderão ser acessadas e compreendidas. Essa história é de todos nós!

ALGUMAS ETAPAS DA PESQUISA ARQUEOLÓGICA:



Autorização da realização da pesquisa arqueológica pela comunidade. Comunidade Tauary.

Foto: Grupo de Arqueologia Instituto Mamirauá



Realização de tradagens para delimitação do sítio arqueológico. Comunidade Boa Esperança, RDS Amanã.

Foto: Grupo de Arqueologia Instituto Mamirauá



Escavação arqueológica em uma área determinada do sítio. Comunidade Ponta da Castanha, FLONA Tefé.

Foto: Bernardo Oliveira, Instituto Mamirauá



Escavação arqueológica na comunidade Bom Jesus do Baré, RDS Amanã.

Foto: Marilene Ribeiro



Registro cuidadoso de toda escavação arqueológica. Realização de um croqui. Comunidade Bom Jesus do Baré, RDS Amanã.

Foto: Marilene Ribeiro



Tratamento em campo do material coletado. Peneira molhada para a coleta de pedaços de carvão. Comunidade Ponta da Castanha, FLONA Tefé.

Foto: Bernardo Oliveira, Instituto Mamirauá



Realização de conversas e ações educativas com as comunidades durante o desenvolvimento da pesquisa. Comunidade Tauary.

Foto: Grupo de Arqueologia Instituto Mamirauá



Coleta do material arqueológico para ser tratado em laboratório. Comunidade Bom Jesus do Baré, RDS Amanã.

Foto: Marilene Ribeiro



12



13



14



15

16



Salvaguarda do material arqueológico nas instituições de guarda.

Foto: Grupo de Arqueologia Instituto Mamirauá

Pesquisa, interpretação e ações de conservação do material nos laboratórios.

Foto: Grupo de Arqueologia Instituto Mamirauá

PEQUENO ROTEIRO NA CURTA DURAÇÃO. COMO SE TORNAR ARQUEÓLOGO/A NA AMAZÔNIA

Morando em Santarém no Pará já com a idade de 30 anos, pai de família e trabalhando no ramo de horti-frutigranjeiros, o meu sonho desde criança era um dia ser arqueólogo, sonho que ficava cada dia mais distante e no campo da subjetividade. Meu “trabalho” arqueológico nas horas de folga e finais de semana era limitado a leituras, visitas extensivas ao sítio arqueológico urbano de Santarém, um dos maiores sítios arqueológicos da Amazônia, uma forma de avivamento e exercício diário à introspecção e questões formuladas a mim mesmo.

A inexistência de um curso de arqueologia em minha região, naquele momento, não me tolheu a vontade de sonhar, pensar, projetar, nomear, indexar à minha maneira o material encontrado em superfície durante minhas visitas a sítios arqueológicos, principalmente após os grandes aguaceiros do inverno Amazônico.

Não poucas vezes meus três filhos: Juma, João Vitor e Márcio Jr., ainda pequenos, me acompanharam nas visitas a campo, todos juntos em uma bicicleta, imaginando eu com essas incursões despertar em um deles o germe arqueológico e seguir adiante, pois em minha consciência, estava um pouco conformado com questões pertinentes ao meu futuro arqueológico. Todavia, em uma tarde de sábado, em um longínquo outubro do ano 2000, uma reviravolta aconteceu em minha vida, quando, acidentalmente e de forma inusitada, dei de chofre com nada menos que Anna Roosevelt, que nos anos de 1990 instaurou um novo paradigma para a pesquisa arqueológica das terras baixas sul-americanas, projetando novamente Santarém no cenário mundial da pesquisa arqueológica.



Conversa em campo.

Foto: Leonardo Lopes, Instituto Mamirauá



Análise de perfil arqueológico na cidade de Santarém.

Foto: Arquivo pessoal do autor

Encantaram-me vislumbrar pela primeira vez em campo; gazebos, escavações sistemáticas, perfis estratigráficos, objetos in situ, ferramentas, fichas de campo, banco de dados, processamento do sedimento, curadoria em campo e acondicionamento das coleções, um dia memorável, um dia de felicidade, um meio sonho realizado.

No ano seguinte, a convite, estava eu integrado à equipe do Lower Amazon Project, permanecendo por um período de 8 anos. Sem sombra de dúvidas, devo à Anna Roosevelt minha entrada formal pela porta da frente no mundo da pesquisa arqueológica nas terras baixas amazônicas.

Uma segunda fase muito produtiva em minha caminhada no mundo da arqueologia tomou início em 2008, quando me associei à Denise Schaan, para trabalhar em seus projetos de pesquisa e salvamento ao longo das rodovias BR's 163/230 e sítio Porto de Santarém, fato que me abriu uma segunda porta, passando a integrar a equipe do projeto Cultivated Wilderness - dirigido por Per Stenborg da Universidade de Gotemburgo, e novas possibilidades de pesquisa e testes de ideias em campo de maneira efetiva, permanecendo associado a estes dois importantes pesquisadores até o ano de 2012, todavia me faltando passo maior na arqueologia.

Uma terceira fase em minha caminhada arqueológica toma início com a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará e a implementação do Programa de Arqueologia e Antropologia no ano de 2009 (PAA), e o meu efetivo ingresso no universo acadêmico em 2012, favorecendo contemplar novas perspectivas de pes-

quisa de base teórica, para mim uma complementação ao conhecimento empírico adquirido na vivência de campo. Ao longo da minha formação acadêmica, surgiram novas oportunidades de pôr em prática ideias que me acompanhavam desde muito tempo, que por motivos diversos ou alheios às minhas vontades não puderam ser efetivadas até então.

Uma dessas ideias foi compartilhada e acolhida pelo professor arqueólogo Claide Moraes, meu futuro orientador, resultando em primeira instância na divulgação dos resultados iniciais, nomeadamente às cadeias operatórias de produção dos enigmáticos muiraquitãs e em segunda instância meu trabalho de monografia intitulado Contextualização Espacial, Histórica e Tecnológica os Muiraquitãs Amazônicos.

Atualmente, dei início aos meus estudos de mestrado no Museu Paraense Emílio Goeldi, me encontro na região do médio curso do Rio Solimões, desenvolvendo pesquisas no Laboratório de Arqueologia do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, local onde tive a oportunidade de avançar no desenvolvimento e ampliação dos trabalhos relacionados às cadeias operatórias de produções líticas, e à condução e desenvolvimento de novos projetos de pesquisa que visam contribuir de maneira efetiva, no desenvolvimento do conhecimento arqueológico. Em contrapartida o conhecimento arqueológico só é válido se fomentado de dentro para fora, de forma participativa em seus locais de origem, gerando novas leva de bons arqueólogos e arqueólogas, que carregam os genes adormecidos de uma herança social cultural milenar, como resultado, uma nova arqueologia há de surgir no cenário das vastas extensões das terras baixas amazônicas.

NO CONTEXTO AMAZÔNICO VOCÊ PODE REALIZAR UMA GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA NAS UNIVERSIDADES ABAIXO:



CIDADE	ESTADO	UNIVERSIDADE
Manaus	Amazonas	Universidade Estadual do Amazona
Irlanduba	Amazonas	Universidade Estadual do Amazonas
Manacapuru	Amazonas	Universidade Estadual do Amazonas
Santarém	Pará	Universidade Federal do Oeste do Pará
Porto Velho	Rondônia	Universidade Federal de Rondônia

CACO DE POTE, POTE DE GENTE

Você já viu cacos de potes antigos pelas ruas, quintais e terreiros da sua comunidade? A partir deles é possível contar muito sobre a história de ocupação daquele lugar, sobre a forma como as pessoas se relacionavam, sobre o que elas comiam, sobre as coisas que sabiam fazer. Mas ainda há muitas perguntas a responder.

Primeiro, objetos feitos com barro (argila) podem ser desde panelas, fogareiros, garrafas, bilhas para água e até brinquedos. Podem ser o que a artesã e o artesão quiserem. Isso se deve ao que chamamos de maleabilidade da argila, à facilidade em moldar o barro do jeito que preferirmos. Atualmente, com a facilidade de acesso ao plástico e panelas de alumínio, objetos de barro são menos produzidos, mas ainda são uma marca de comunidades tradicionais, incluindo comunidades ribeirinhas e indígenas, que também os comercializam para venda. Hoje a produção é feita por mulheres. Homens podem colaborar em diferentes momentos da fabricação das vasilhas, mas esse é um conhecimento aprendido, memorizado e repassado por mulheres. São geralmente as mães, tias, vizinhas, amigas que ensinam crianças sobre como modelar o barro. E, aparentemente, essa é uma prática dominada pelas mulheres há muito tempo.

O nascimento de um pote de barro começa com a busca de uma argila boa para fazê-lo. Geralmente, os melhores barreiros estão perto dos igarapés e dentro das matas, então quem anda bastante por esses lugares sabe onde ficam as melhores fontes de argila e, não é incomum, que o conhecimento desses lugares passe de pai e mãe para filhos e filhas, além de outros parentes a quem querem bem. Trata-se, então, de um conhecimento tradicional, um saber também construído diariamente, conhecendo e observando os locais pelos quais circulam.

Um bom barro para fazer potes é aquele que molda bem, macio, com poucas impurezas que podem dificultar sua moldagem. Geralmente, para diminuir a plasticidade desse barro ou melhorar alguma capacidade



Potes de barro.

Acima: Fogareiros à venda na feira Municipal de Tefé.

Foto: Márjorie Lima, julho de 2021

Abaixo: Vaso de cerâmica, bilha, usada para manter a água fresca em cozinha de moradora no município de Codajás.

Foto: Márjorie Lima, março de 2007

que ele já tem, na hora de modelar os potes as oleiras acrescentam alguns temperos e eles também podem variar bastante. Nos potes do passado, mais estudados pelos/as arqueólogos/as da região do médio Solimões, vemos o uso de rochas muito maceradas, restos de outros potes que já não eram mais usados, cauíxi, uma esponja comum em águas doces e o cariapé que muitas pessoas também conhecem como caraipé ou caripé. Mas apenas esses dois últimos são mais conhecidos atualmente. Há diferentes tipos de caraipé, uma árvore do gênero *Licania* spp., e da mesma forma que a argila, é necessário um amplo conhecimento do lugar para encontrar um bom caraipé. Em 2009, duas pesquisadoras do Instituto Mamirauá, Marília de Jesus e Juliana Menegassi, levantaram que mulheres da comunidade Repartimento, dentro da Reserva Amanã, ainda usavam o caraipé para temperar os fogareiros e faziam distinção entre caraipés da casca grossa e caraipé da casca fina. Algumas delas aprenderam a reconhecer árvores de caraipé nos igapós, mordendo a casca. E você, saberia reconhecer uma árvore dessas?

Após essa modelagem e secagem da argila, ocorre a queima do pote. Mas a queima pode acontecer antes da inserção de novos elementos, como também depois. É uma das etapas de maior cuidado da oleira, pois é necessário controlar a intensidade e exposição dos potes ao fogo e, dependendo da intensidade do fogo, o pote pode queimar por dias. O importante é controlar o fogo para que ele não apague, mas também não se exceda. No passado, há evidências de os potes serem queimados tanto a céu aberto, como em espécies de fornos. A queima também é usada para fixar pinturas feitas na superfície dos potes. Entre a secagem das peças de barro e a primeira queima podem ocorrer aplicações de resinas vegetais, banhos com barro fininho, pinturas e outras marcações, desenhos na superfície que se quer mostrar das vasilhas, feitas com a argila ainda macia. Como você pode ver, as escolhas para fazer um pote variam bastante conforme quem os produz, quando produz, a roda de relações nas quais ele é produzido, a função que esses potes terão e a forma como são produzidos.

O que a Arqueologia “descobre” estudando os potes de barro?

Antes de começarmos, peço que você faça um exercício. Responda que objetos você e sua família usam para pescar? Uma rede de pesca, uma zagaia, um potinho que usam para processar venenos? Agora, pense um pouco que objetos você e sua família usam para

caçar? Uma lanterna de cabeça, roupas para proteger dos mosquitos noturnos? O que mais? Descreva tudo que vem à mente. Agora, o que você e sua família usam para cozinhar os peixes que trouxeram ou os animais que caçaram? Você provavelmente respondeu panelas, claro! Mas qualquer panela? Que panelas vão ao fogo, que panelas são melhores para o peixe cozido, que vasilhas servem peixe assado, que panelas vão ao fogão, que panelas vão ao fogo que queima no terreiro?



Cozinha da moradora Patrícia, da comunidade-sítio Boa Esperança, na Reserva Amanã.

Foto: Sílvia Cunha Lima Auvaart, abril de 2017

Provavelmente se fôssemos fazer uma arqueologia da pesca e da caça feita por você e sua família, todos esses objetos que você lembrou seriam investigados por nós. Nossas perguntas iam variar bastante, mas íamos começar tentando descobrir para que esses objetos eram utilizados, como e quando. Depois de responder essas perguntas iniciais iríamos ver que há muita diferença entre as coisas que você e sua família usavam. Elas não parecem servir todas para o mesmo fim, ao contrário, cada uma tem um fim específico. Também parece haver diferenças no que você e sua família usam e as coisas usadas pela família da sua vizinha ou vizinho, as pessoas das outras comunidades. As variações parecem ser infinitas. Essas são algumas das questões mais amplas olhadas pela arqueologia quando se estuda os potes, as ferramentas, as casas do passado.

As arqueólogas Luiza Vieira e Márjorie Lima analisando fragmentos de cerâmica do sítio Boa Esperança, no laboratório de Arqueologia do Instituto Mamirauá.

Foto: Nara Nascimento, março de 2021



Durante muito tempo se pensou que apenas os povos agricultores produziam potes de cerâmica. No entanto, vem de sítios arqueológicos da Amazônia a constatação que povos não agricultores e que se mudavam bastante já produziam cerâmicas. Esse é o caso das cerâmicas encontradas no sítio Taperinha, um concheiro artificial localizado na região de Santarém e que têm cerâmicas com aproximadamente 7.000 mil anos de idade. Outro exemplo amazônico é a cerâmica conhecida como Mina, com idade aproximada de 5.000 anos, identificada em diferentes sítios concheiros e não-concheiros entre o Pará e o Maranhão. Fora da Amazônia, mas ainda em seu entorno, as cerâmicas de uma região do Equador, conhecida como Valdívia, também são vestígios de sociedades não agricultoras, essas cerâmicas têm em torno de 5.500 anos. Outras cerâmicas fascinam pela beleza dos potes. Isso ocorre desde os primeiros europeus na Amazônia. Carvajal, em 1541 - 1542 ao acompanhar a descida de Francisco Orellana pelo rio Amazonas, provavelmente ao referir-se ao que classificamos arqueologicamente como Tradição Polícroma da Amazônia, dizia que ela era comparável às finas cerâmicas chinesas. Em diferentes casos na Amazônia, são esses os vestígios a se tornarem itens de coleções de crianças, adolescentes, mulheres e homens, tomados pelo encanto desses restos ancestrais.

Ainda há muito por descobrir olhando as cerâmicas ou cacos antigos, mas você já experimentou perguntar para alguém mais idoso de sua família se ela ou ele sabia fazer potes? Aposto que a resposta vai surpreender e demonstrar na prática que esse conhecimento é muito mais antigo do que você imagina. Talvez boa parte da história dos seus antepassados ou de pessoas que viveram no mesmo lugar que você não foi escrita, mas sim moldada e pode estar abaixo dos seus pés!



Diferentes objetos arqueológicos feitos de cerâmica.

A: Exposição da Cultura arqueológica Chorrera, Equador. Museo Nacional de la Cultura, outubro, 2013.

Foto: Márjorie Lima

B: Estatueta-chocalho encontrada no interior de urna funerária da comunidade-sítio São Miguel, na Reserva Amanã.

Foto: Jaqueline Gomes



Vaso da cultura Pocó, com
cerca de 2000 anos. Acervo do
laboratório de arqueologia do
Instituto Mamirauá.

Foto: Nara Nascimento

O QUE SÃO AS TERRAS PRETAS?

Olhe pela janela. Descreva em três opções o que há de abundante lá fora. Minha lista seria árvores, terra e água. Vamos focar em uma delas nesse capítulo, a terra! Arqueólogas e arqueólogos adoram terra, porque nela ficam resíduos de diferentes ações humanas: queima, plantio, restos de coisas que foram comidas ou descartadas. É possível também identificar quando muita terra foi remexida para a construção de alguma estrutura ou quando tamparam algum poço. Entre algumas outras opções.

Na Amazônia é muito comum que essa terra não seja qualquer terra, mas sim um solo escuro, muitas vezes fácil de movimentar, já que é menos “pegado” que os solos amarelos ou vermelhos comuns e naturais da região, com a presença de vários pedaços de cacos de índio. Por sua coloração a chamamos de terra preta, também conhecida como *terra preta de índio*, um solo antrópico, herança dos indígenas do passado, que transformou os solos ácidos amazônicos em solos muito férteis. Geralmente essa terra preta tem ao seu redor um solo escuro, amarronzado, igualmente mais fértil que solos não escuros que estão ao seu redor.

Imagine, você tem sua casa e deposita todos os dias numa área isolada do quintal, restos de tudo que comeu e outros resíduos orgânicos, após algum tempo juntando aqueles restos, coloca fogo de forma controlada, para evitar a chegada de insetos e outros bichos indesejados. As cinzas e carvões desta queima ao longo do tempo formam as áreas de terras antrópicas. As terras pretas e marrons que conhecemos hoje são o resultado de atividades como essas de indígenas do passado, em locais de moradia e seu entorno e talvez plantio.

As terras pretas chamam a atenção de diferentes estudiosos na Amazônia desde pelo menos o século XIX. São estudadas por arqueólogas e arqueólogos, por serem evidências antrópicas, cientistas do solo, geógrafas (os) e ecólogas (os). Mas quem mora sobre essas terras hoje, sabe que são solos bons para plantar, altamente férteis, mas também são locais de maior incidência de espécies daninhas nas plantações, então é difícil ter uma roça na terra preta. Geralmente elas estão nos pomares perto das casas, nas hortas suspensas com temperos para cozinhar e plantas usadas como remédio.



Senhor Juscelino mostrando terra preta na comunidade Ponta da Castanha.

Foto: Márjorie Lima



Área de terra preta logo após a queima. Município de Manacapuru.

Foto: Eduardo Tamanaha. Junho de 2007



Temperos plantados na terra preta em horta suspensa próxima à moradia. Lago Tefé.

Foto: Márjorie Lima, julho, 2021

A alta fertilidade das terras pretas se deve à presença de diferentes compostos como o cálcio, fósforo, magnésio, potássio, nitrogênio, magnésio, etc., com alto pH. Essa combinação é tão poderosa, equilibrada e persistente que diferentes cientistas tentam reproduzir as terras pretas em laboratório, é a chamada terra preta nova, com a intenção de usá-la na agricultura sustentável, mas ainda não se chegou a um resultado que seja satisfatório para sua produção em larga escala.

Em 2002, o trabalho de um dos maiores estudiosos de terra preta chamado Wim Sombroek, junto a um colaborador, estimou que as terras pretas ocupavam entre 0,1 a 0,3% da Amazônia, ou algo equivalente a 18.000 km². Para que você tenha uma ideia, a Rússia - que é considerado o maior país do mundo - tem uma área um pouco maior que 17.000 km²! Se considerarmos que a estimativa dos autores pode ainda estar abaixo do real, poderemos imaginar o quão grande pode ser a presença das terras pretas na Amazônia. Apesar de estar presente por toda a Amazônia, as terras pretas não ocorrem de forma contínua, alcançando diferentes tamanhos conforme os lugares onde são identificadas. Como são o resultado da ação humana ao longo dos anos, quanto mais um lugar foi ocupado no passado, maior a extensão das terras pretas. Sua profundidade também pode variar, mas em geral alcançam até 2m da superfície.

Contudo, não se sabe ainda se as terras pretas são o resultado intencional da ação humana ou foram formadas ao acaso, podendo também ser reaproveitadas em diferentes momentos para os mais diversos tipos de cultivo. É importante dizer que uma opção não elimina a outra porque as terras pretas não são todas iguais entre si e foram formadas por diferentes gerações de pessoas ao longo de toda a Amazônia, é esperado então, que diferentes fatores estejam ligados à sua formação.

De toda forma, pense um pouco sobre como você usa ou vê seus vizinhos usando as áreas em que moram atualmente. Há um espaço onde estão as casas, um espaço de pomar ou quintal e uma roça, que podemos imaginar que nesse caso está a uns 300 m da casa. Todos esses espaços são usados diariamente, transitamos por eles, limpamos, plantamos, queimamos lixo ou até mesmo depositamos lixo. O que muda de um espaço para outro é a intensidade e duração com a qual interferimos neles. Isso quer dizer que dentro de um sítio arqueológico a terra preta também irá variar bastante de um espaço para outro.

Ainda não sabemos ao certo quando as terras pretas foram formadas, mas sabemos que suas idades va-



Arqueólogos trabalhando em sítio arqueológico de terra preta. Município de Iranduba/AM.

Foto: Val Moraes, julho de 2008. Acervo Arqueotrop

riam muito entre as regiões amazônicas. As mais antigas, ainda pouco compreendidas, estão na região do alto Madeira e têm aproximadamente 5.500 anos de idade, neste momento não estão associadas a restos cerâmicos, mas sim a vestígios líticos (rochas trabalhadas pelas pessoas). Outras terras pretas fora da Amazônia brasileira, na antiga Guiana Inglesa (atual República Cooperativa da Guiana) são igualmente antigas. Apesar dessas datas mais antigas, a maioria das terras pretas se formou há aproximadamente 2.000 anos. Lembra-se que falamos sobre a cultura Pocó-Açutuba no Amanã? Foi durante esse período que as primeiras terras pretas começaram a ser mais numerosas. E aproximadamente há 1.500 anos, durante a cultura Borda Incisa elas estavam amplamente dispersas pela Amazônia. Em um período posterior, aparentemente, as terras pretas estavam sendo reutilizadas como áreas preferenciais à moradia e talvez cultivo. Algo muito semelhante ao que acontece hoje.

Todas as pessoas que moram nas beiras de rios, lagos, paranãs ou que trabalham com a terra, conhecem alguma área com terra preta e é através desse conhecimento tradicional que muitas arqueólogas e arqueólogos chegam nesses locais. Um melhor conhecimento das terras pretas, sua formação, composição, localização são importantes para nos ajudar a compreender os modos de morar das pessoas do passado, se estes solos são evidências de permanência por um longo período em uma mesma área, por que será que eles foram abandonados? Por que algumas áreas são mais permanentes que outras? Será que esses solos são também evidências de modos não contínuos, mas constantes, de usar um espaço? Como essas pessoas do passado mudaram tanto a terra ao ponto de alterar suas propriedades físico-químicas que são perceptíveis até pela cor sem, contudo, destruir vastos espaços ao redor? Que sistemas de transformação e manutenção dessas paisagens estavam sendo utilizados e, que lições podemos aprender com essas evidências que estão tão próximas de nós hoje?

O TEMPO DAS COISAS E COMO SABER SE É ANTIGO OU RECENTE?

Os objetos que nos acompanham no dia a dia, como uma panela, um fogão, um remo, uma rabeta, um terço, uma camiseta, uma bola de futebol, entre uma infinidade de outros possuem uma história de vida. São produzidos para uma finalidade, utilizados em diferentes atividades e depois descartados, geralmente quando deixam de realizar bem suas funções ou quebram, podem ser reaproveitados, ou desempenhar outras atividades. As paisagens, os lugares também têm histórias e podemos pesquisar quando e como foram criados e utilizados pelos grupos.



Objetos de trabalho da comunidade, barco, remo, espingarda.

Foto: Edu Coelho, Instituto Mamirauá

Nas pesquisas arqueológicas umas das perguntas que buscamos responder é quando esse objeto foi produzido? No momento que encontramos um caco de cerâmica, um pote, ou uma área de terra preta, estamos tentando encontrar essas respostas. Ou mesmo, quando essa região começou a ser ocupada, ou quando esse açaizal, castanhal começaram ser cuidados. Existem muitas formas de descobrir a idade das coisas, dos objetos, geralmente olhando para o seu formato, para seu estilo, para o material que foi utilizado em sua confecção podemos encontrar pistas. Vocês já passaram por alguma situação, ao olhar um objeto e dizer se ele é antigo ou novo?

Com os objetos arqueológicos também fazemos isso, com algumas características do material, como seus detalhes, decoração, formas de confecção podemos indicar que pertencem a determinada época. Outro aspecto muito importante que nos ajuda nessa investigação é o lugar que esse objeto é encontrado, chamamos isso de **contexto**. Quando começamos a escavar uma área, geralmente os objetos que estão mais próximos da superfície são mais novos, e os que estão mais profundos no solo são mais antigos. Esse entendimento da disposição dos objetos no sítio é chamado de estratigrafia, como se fosse um bolo com muitas camadas, e em cada uma delas vamos retirando informações dos vestígios ali presentes.

Outras ações podem alterar a localização desses vestígios no solo, como a raiz de uma árvore, um animal ao fazer sua toca, ou mesmo alguma atividade como fazer as estruturas de uma casa, preparar uma roça para plantar mandioca ou alguma árvore frutífera. Por isso, arqueólogos/as têm que estar muito atentos/as para tentar entender todos esses processos, nesse sentido os/as moradores/as do local nos ajudam muito, pois conhecem profundamente a história da região, e das diferentes áreas da comunidade.



Amostras de carvão
coletadas em campo.

Foto: Adriano Gambarini,
Instituto Mamirauá

Para ajudar nessa busca do tempo das coisas, as pesquisas arqueológicas ao se depararem com um contexto de escavação e ao entender a sua estratigrafia, que são essas camadas de solo, coletam algum material orgânico para datação de Radiocarborno. Já ouviram falar?

Para fazer esse tipo de datação, precisamos de algum material orgânico, ou seja, algum vestígio de algo que já foi vivo, como um carvão (madeira queimada) ou mesmo um osso bem preservado. Esse material é encaminhado para algum laboratório especializado que irá fornecer a datação absoluta, por meio de um processo da área da Física, Química.

Como isso acontece? Todos os seres vivos possuem em sua composição a mesma quantidade do isótopo do átomo de Carbono 14, presente na atmosfera, pois os seres o absorvem a partir da respiração. Logo, todos os seres que estão vivos, como uma planta, um porco e nós humanos estamos com um equilíbrio da quantidade desse elemento químico. Quando morrem e param de respirar, vão perdendo de forma gradativa esse elemento. Assim podemos medir quanto de Carbono 14 foi perdido e consequentemente a idade daquele material orgânico.

Por exemplo, uma árvore que estava viva e foi cortada no passado para ser usada como lenha para assar um peixe, pode ser datada, pois a partir desse evento do corte começa a perder o isótopo do Carbono 14. Quando uma área é escavada e o vestígio dessa antiga fogueira é encontrado, como pequenos pedaços de carvão, podemos datar e pressupor a idade das coisas que estão próximas ou nessa camada arqueológica.

Bom, então podemos saber a data aproximada desse elemento, mas como saber a idade dos cacos, dos vestígios cerâmicos? Lembram do contexto arqueológico e da estratigrafia que ajudam as pesquisas a ter o con-

trole da escavação? Ao se datar um pedaço de carvão, vamos pressupor que todo aquele nível, e todos os vestígios próximos possuem a mesma idade. Por isso a escavação arqueológica é feita de forma tão cuidadosa e demorada. Vocês já viram a quantidade de carvão que é coletado durante uma escavação? Separados e coletados em pacotes de alumínio e guardados?

Existem outras formas de datação, mas geralmente a mais utilizada é a datação por Radiocarborno. Também podemos fazer datações com cerâmicas, saber quando elas foram queimadas. Para a região do Lago Amanã, as datas mais antigas chegam a 3500 anos antes do presente, ou seja, mais ou menos 1500 anos antes de Cristo. Para o Lago Tefé as datas chegam a 400 depois de Cristo.

O calendário que nós utilizamos no ocidente é o cristão e tem como marco o nascimento de Jesus, esse é o ano zero, ou seja, estamos a 2021 anos depois do nascimento de Jesus, mas esse é um dos calendários existentes, uma convenção que partilhamos. No mundo existem muitos outros calendários, assim como outras formas de medir o tempo. Vocês sabiam que no calendário chinês estamos no ano de 4.717, e no calendário judeu estamos no ano de 5.778? Existem muitas formas de organizar o tempo, e cada cultura criou uma forma de registrá-lo. Os grupos indígenas também possuem diferentes formas de entender a passagem do tempo, sendo muitas vezes não lenar como as nossas.

Como as pessoas do Amanhã e do Lago Tefé mediam o tempo antigamente? Será que é a mesma de hoje? Vocês já pensaram que alguns materiais antigos sobrevivem mais à ação do tempo, como o material cerâmico, e outros como cestaria, objetos de madeira são decompostos mais rapidamente? Esse é o grande desafio da arqueologia, entender por meio dos vestígios as histórias de diferentes populações.

HISTÓRIAS DE ÍNDIOS: DO PASSADO AO PRESENTE, TUDO PARENTE

Os cacos de índios encontrados pelos/as moradores e arqueólogos/as no Lago Amanã junto com os livros de história escolar expressam as diferentes histórias das relações que diferentes grupos sociais, indígenas, ribeirinhos e migrantes, tiveram com essas paisagens, hoje conhecida como a várzea e terra firme do Solimões e seus afluentes. E para contar as diversas histórias sobre a formação dessa região, vocês, moradores/as atuais das comunidades do Lago Amanã, recorrem às histórias dos parentes antigos para conhecerem sobre as populações que habitavam o local antes de vocês. Enquanto isso, os/as arqueólogos/as usam os artefatos de cerâmica e a terra preta como fonte de narrativas para contarem também sobre os ciclos de ocupação e como viviam as populações do Médio Solimões no passado. Essas informações e narrativas se complementam com a linguagem dos livros e registros históricos, que usam as palavras, os acontecimentos e pessoas para caracterizarem o que se passou num certo período, em algum lugar.

Mas, o que significam esses registros, afinal? Eles nos falam do passado, mas também sobre a continuidade dessa longa história e, especialmente, sobre as transformações ocorridas nos lugares, nas formas de vida e modos de habitar das populações locais. Essas transformações tiveram consequências nas formas como as expressões de identidades indígenas e ribeirinhas existentes no Lago Amanã são reconhecidas por seus moradores. Mesmo que atualmente predominem não indígenas na região, suas histórias e saberes seguem marcadas no chão das comunidades, nos causos que contam os mais velhos e nas expressões culturais deixadas nos modos de vida, na língua, nos cultivos e culinária que conhecem os/as moradores/as atuais e incorporam para narrarem a sua própria história no presente.

Mas quem eram os indígenas do passado?

Sem sabermos ao certo quem foram os indígenas que produziram, guardaram ou transportaram os cacos de índios achados no Lago Amanã, podemos dizer que eles nos remetem a aproximadamente 3 mil e quinhentos anos atrás. O que conhecemos sobre a longa história de ocupação da região, entretanto, não é tão antigo assim. Historiadores afirmam que as populações indígenas na várzea amazônica tiveram seu contato permanente com os colonizadores europeus por volta de 1690.

Antes disso, essas populações eram diversas e numerosas. Elas mantinham intensa vida ritual, como indicam as urnas escavadas em Amanã. Essas populações indígenas circulavam entre o Rio Solimões e seus principais interflúvios, mobilizando um vivo circuito de trocas e circulação de pessoas, de artefatos, de técnicas de moradia, saberes sobre manejo dos recursos da floresta. Sendo diferentes povos indígenas que habitavam a região, também eram múltiplas as línguas e cosmologias que percorriam os fluxos das águas, misturavam-se ou guerreavam entre si.

Até o século XVII a várzea do médio Amazonas era habitada pelos Omagua, povo de guerreiros e reconhecidos pescadores, cujo território se estendia desde o atual município de Fonte Boa, adentrando à montante do rio até o território peruano, numa extensão de terra de 700 Km. Atualmente, esse povo indígena é conhecido como Cambeba, que no passado, eram descritos como exímios tecelões, produziam suas próprias roupas e as pintavam, imprimindo sobre as peças de algodão grafismos próprios de sua cultura. A origem do nome Cambeba deriva da antiga prática corporal, que moldava as cabeças dos jovens meninos, tornando os Omagua conhecidos como “cambebas”, que na língua tupi significa “cabeças chatas”.



Índio Kambeba:

In. FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem filosófica pelas capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá 1783-1792. (iconografia, vol. I: Geografia e Antropologia). Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971.

Em maior expressão populacional no passado, os Omagua e outros grupos indígenas que habitavam a região eram falantes de língua tupi, conhecida popularmente como língua geral, ou Nheengatu. Esta língua é hoje falada por muitos indígenas na região de Tefé e Maraã. Outra herança linguística que mostra a continuidade entre passado e presente está expressa no significado do nome do Lago Amanã, que na língua dos antigos moradores indígenas significa “água que vem do céu”, ou o “caminho da chuva.”

Do passado ao presente, tudo parente: desfazendo preconceitos

Como resultado da contínua ação de ocupação da Amazônia pelos colonizadores portugueses para definir as fronteiras no século XVII e XVIII, e, tempos depois, para fazer a distribuição de terras entre os patrões, essas populações indígenas deslocaram-se de modo involuntário pelas margens e interflúvios do Japurá, Solimões e Juruá. Esses antigos habitantes fugiam das chamadas “correrias” – ações que consistiam em capturas forçadas de indígenas pelos capatazes dos patrões para o trabalho escravo, em muitos casos a destruição de suas aldeias. Assim, a população indígena serviu como principal fonte de mão de obra nesse período para a exploração dos recursos naturais (pescado, seringa, sorva, castanha e animais selvagens). Desterrados e sem muitas opções de fuga dessas situações, indígenas encontram nas missões religiosas um refúgio temporário ao domínio do patrão. Porém, os/as indígenas não tardaram a descobrir que os valores morais, político, econômico e religiosos dos colonizadores e missionários eram outros, e, por isso, os proibiram de manter sua cultura. Ao invés da prática de suas línguas maternas no cotidiano, aos indígenas foi ensinado o português e os modos de vestir, comer e rezar dos outros. Eles/as eram castigados/as, caso se recusassem a virarem “civilizados/as” como diziam ser os brancos/as.

Com o decorrer do tempo e com a insistência desses preconceitos que consideravam os povos originários “preguiçosos” e “selvagens”, parcela da população in-

dígena precisou mudar seus estilos de vida para serem aceitos. E, pouco a pouco, eles tornaram-se integrados ao universo ribeirinho. Eles passaram a conviver e a habitar junto com ribeirinhos as margens e afluentes dos rios. Indígenas e ribeirinhos viraram “os caboclos”, a gente da floresta, agregando a esse grupo social também os *arigós*, descendentes dos grupos de nordestinos, especialmente de origem cearense, que passaram a povoar a região, no tempo da borracha.

Nesses movimentos migratórios e de deslocamentos pelos beiradões, os Omagua de antigamente, tornaram-se muitos outros. Em 2021, são aproximadamente 25 mil indígenas distribuídos em 14 municípios da região, onde habitam os Kambeba, os Ticuna, os Apurinã, os Miranhã, os Deni, os Kanamari, os Kokama, os Kaixana, os Madja Kulina, Maku Nadëb, entre outros. Muitos deles deixaram de se identificar como indígena em razão da violência e discriminação de não-indígenas. A partir da Constituição de 1988, os povos indígenas têm reconhecidos a sua cidadania, e não mais tutelados pela FUNAI, todo/a indígena tem garantias iguais de acesso aos direitos sociais e territoriais. Finalmente em 2004, o Brasil assinou o Decreto Internacional 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no qual se reconhece o direito dos povos indígenas à não-discriminação e a viverem e se desenvolverem de maneira diferenciada, segundo seus costumes, tendo o direito de se auto reconhecerem como tal.

Desse modo, não só das memórias dos cacos é que os indígenas do presente vivem. Transformados juntos com as paisagens, as histórias e os territórios, seus modos de vida na atualidade refletem não a perda da cultura, ou de uma identidade ou essência; o que aconteceu com eles é o resultado do mesmo processo colonizador que fez mudar, ao longo do tempo, os modos de ser ribeirinho e comunitário também. Não é porque desconhecem a língua dos antigos parentes ou porque deixaram de fazer os rituais e praticar curas tradicionais para adotar os jeitos “caboclos”, que esses sujeitos de hoje são menos indígenas que os parentes do passado, fazedores das cerâmicas depositadas no Lago Amanã.



Atividade na Escola Criança Esperança
na comunidade Tauary.

Foto: Grupo de Arqueologia do Instituto Mamirauá



7º ANO





| **Maurício André da Silva**

Pesquisador e Educador do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP.

LEMBRANÇAS DA BORRACHA, DO PATRÃO E O MOMENTO DAS COMUNIDADES

Existem muitas formas de contar uma história. Podemos usar documentos, realizar pesquisas em arquivos, escavar um sítio arqueológico e interpretar seus materiais, narrar histórias, etc. Também podemos conversar com as pessoas mais velhas e ouvir suas histórias e as memórias do grupo que fazem parte.

Algumas lideranças das comunidades da RDS Amanã e da Flona Tefé sempre nos contam sobre o tempo dos antigos e da chegada das famílias para trabalharem nos seringais na região do rio Juruá. Seus pais e mães vieram do sertão nordestino em busca de melhores condições de vida na floresta, para trabalharem na extração da seringa. Uma terra desconhecida, mas repleta de histórias para essas pessoas corajosas que atravessavam o país. Essas memórias no caso específico do Lago Amanã e Lago Tefé estão relacionadas especialmente com a época dos Soldados da Borracha, durante a Segunda Guerra Mundial, 1939 - 1945. A origem cearense é um marcador local regional de partes das famílias, aparece recorrentemente nas conversas e as novas gerações se ligam a essas histórias de muitas formas, ao reafirmar “sou arigó”. Essas memórias fortalecem a noção de comunidade e de grupo e também geram diferenças com outras comunidades, muitas vezes de famílias mais antigas na região e de origem indígena ou beradeira como se fala. Essas famílias, que

não estão relacionadas ao êxodo da seca no nordeste, tinham uma mobilidade na região quebrando castanha e coletando outros produtos na mata.

A época dos seringais foi muito difícil, os mais velhos lembram que o trabalho começava na infância, desde quando se entendiam por gente, com oito, nove anos para ajudar no sustento da família. Aprendiam extrair seringa, sorva, quebrar castanha, pescar, coletar produtos da floresta como o cipó ambé ou cipó-titica para fazer paneiro e outros objetos úteis para o dia a dia. Os produtos extraídos da floresta como a borracha eram entregues para o patrão, que revendia para as famílias itens como açúcar, sal, querosene, carne seca, etc. para passar o mês. A educação dada pelas famílias era bem severa e qualquer coisa errada era motivo para repreensão. As meninas além de se envolverem com todas atividades, também ajudavam em casa com as tarefas domésticas, cuidando dos irmãos menores, quando a mãe ia para roça, ou quando o pai ia cortar madeira e borracha para venda.

O patrão controlava a dinâmica dos seringais e a vida das famílias que podiam revender seus produtos coletados somente para ele. Caso vendessem para outra pessoa, eram expulsos da localidade. O momento de entrega das mercadorias e a compra dos mantimen-

tos básicos era uma forma das famílias que ficavam distantes nas colocações se encontrarem, trocarem e reafirmarem seus laços. Cada família tinha uma conta com o patrão, que ao final do ano nunca era possível sanar a dívida. O sonho de uma vida melhor era desejado por todos/as, pois viviam em um sistema semelhante ao da escravidão.

Essa história começou a mudar com a atuação da Prelazia de Tefé especialmente a partir da década de 1980, por meio da criação das comunidades eclesiais de base e do Movimento de Educação de Base - MEB. A Igreja Católica incentivava as famílias a morarem próximas, ajudarem-se mutuamente e a trabalharem com a agricultura. Dessa forma também era uma forma de disseminar a palavra católica. Por sua vez, o MEB possibilitou a alfabetização da população e consequentemente a sua autonomia e empoderamento. Alguns foram enviados para Tefé para estudarem no seminário e depois voltaram para as comunidades e por meio do sistema radiofônico puderam promover as aulas e o ensino local.

Um professor contou que ele ainda jovem com dezenove anos foi estudar em Tefé. A cada dois meses passava um período de quinze dias estudando, para ser alfabetizado e aprender as quatro operações. Eles usavam uma cartilha chamada Tucunaré, que trazia elementos locais, como a flora, fauna e produtos do dia a dia. Com o tempo passou a ensinar outros adultos na comunidade, mas tinha que ser de noite com luz de lamparina a querosene, pois todo mundo tinha que trabalhar na roça. Todos cansados de uma longa jornada, ainda tinham que se esforçar para não dormir enquanto as saúvas ficavam picando as pernas. As escolas nas comunidades são vistas hoje como uma conquista e um diferenciador da vida nos seringais. A educação transforma vidas e acarreta em mudanças significativas no cotidiano.

Com o fortalecimento das comunidades e a sua independência do patrão veio outro problema, os pescueiros que retiravam todos os peixes dos lagos e deixavam as famílias com fome. Nesse momento também chegaram pesquisadores/as de todo país e do mundo, com interesse em estudar os animais, as plantas e especialmente a vida em comunidade na Amazônia. A colaboração e solidariedade entre pesquisadores/as e comunidades resultou na criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá em 1996, criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã em 1998. A Floresta Nacional de Tefé foi criada em 1989. As reservas trouxeram mais tranquilidade para as famílias e também o desafio de lidar com o desenvolvimento local e a preservação do meio ambiente.



Seringueira no Lago Amanã.

Foto: Marcelo Ismar Santana, Instituto Mamirauá

A partir de 2001 os/as primeiros/as arqueólogos/as visitaram o Lago Amanã, pois as comunidades passaram a relatar o aparecimento de muitos pedaços e bocas de potes que afloravam da terra. Nesse momento também foi pensada a possibilidade do uso turístico desses materiais, junto com outros atrativos, como a flora e fauna. Atualmente as pesquisas arqueológicas cresceram e têm ajudado levantar outros dados sobre a história local, dos povos indígenas e das comunidades ribeirinhas. Nosso desafio é criar pontes de diálogos entre essas histórias indígenas de 3 mil, 2 mil anos antes do presente, produzida por nós, arqueólogos/as, com as memórias e histórias que ouvimos acima. Quais são os caminhos dessas conexões? Como podemos relacionar a arqueologia com o modo de vida local das comunidades?

O TERRITÓRIO É A FLORESTA, É O RIO, É A RESERVA

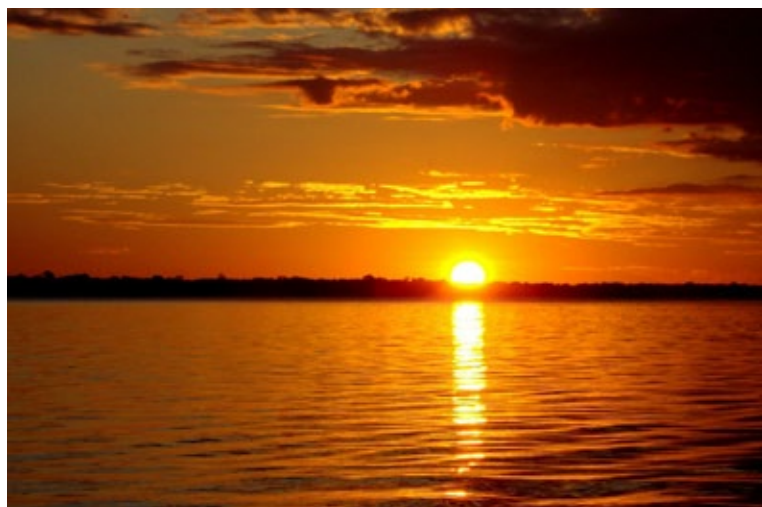
A palavra território está sempre presente nos assuntos relacionados às Unidades de Conservação (UC), como é o caso da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Amanã. E você sabe por quê? Pois é entendido que um território se forma a partir das relações entre os grupos humanos e seus ambientes de vida; como também, se entende que territórios são as extremas definidas por vocês moradores em acordos com outras comunidades ou órgão gestor; os seus locais e formas de pescarem, caçarem, ou que realizam quaisquer atividades na floresta. A formação de um território está relacionada com necessidade de abrigo, fonte de recursos naturais ou meios de produção; laços e afetos na relação com determinados locais; ou na delimitação de determinadas áreas.

O território é a floresta, é o rio, é a Reserva. Um determinado espaço pode ser muitos territórios. E justamente pela possibilidade de um território poder ser muitos outros, com dinâmicas e formas próprias, que é importante pensar de maneira conjunta para que os processos de ordenamento e gestão entre o Estado e as comunidades locais tenham sucesso. Em uma UC, que é permitido o uso pensado dos recursos naturais, como é em uma RDS, as áreas que os moradores usam e ocupam tradicionalmente precisam estar em consonância com os objetivos de suas categorias conforme a legislação responsável por ele, que no caso é Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC).

As RDSs, as Reservas Extrativistas, as Florestas Nacionais e outras, permitem o uso direto dos recursos naturais pelos moradores locais, pois historicamente são grupos humanos que têm modos singulares com o manejo da natureza. Que possuem o conhecimento sobre inúmeras espécies florestais e faunísticas, suas formas de manejo, e em muitos dos casos, sobre os seus usos múltiplos. Essas populações locais possuem relações muito próximas com seus territórios. E as suas identidades coletivas, enquanto populações tradicionais, estão diretamente associadas à uma questão territorial. Ou seja, existem relações específicas

em que grupos humanos criam com as terras que tradicionalmente eles ocupam e fazem usos de seus recursos naturais, fazendo com que esses locais de vida não sejam apenas terras ou locais com valor econômico. Esses locais, neste processo de significação e laços, constituem os territórios tradicionais.

É amplamente sabida e reconhecida a importância das populações tradicionais para a conservação da natureza. A reprodução dos saberes realizada entre as gerações proporciona um conhecimento íntimo com o território e seus recursos naturais, com formas únicas de usá-los e mantê-los de maneira saudável. Assim, a contribuição das populações humanas na gestão de seus territórios de vida não favorece apenas a eles próprios, mas a todo o nosso planeta. Portanto, é muito importante que as populações residentes em UCs participem de forma frequente nos espaços de discussões e decisões em parceria com o órgão gestor. Pois somente assim será possível planejamento e gestão eficazes desses múltiplos territórios.



Pôr do Sol no Lago Amanã.

Foto: Edu Coelho, Instituto Mamirauá

INSTRUMENTOS JURÍDICOS QUE DIZEM RESPEITOS ÀS POPULAÇÕES TRADICIONAIS E/OU MORADORES DE ÁREAS PROTEGIDAS E SEUS TERRITÓRIOS

ANO	INSTRUMENTO	O QUE DIZ?
1988	Constituição Federal do Brasil	Determina que o Poder Público deve proteger e promover o patrimônio cultural brasileiro e, consequentemente, os diferentes grupos humanos formadores da sociedade brasileira. Entre esses grupos estão os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os extrativistas, indígenas, quilombolas, e muitos outros.
1998	Convenção da Diversidade Biológica (CDB) – Decreto n.º 2.519	A CDB tem como objetivo a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável dos recursos naturais e repartição justa e equitativa dos benefícios provindos da utilização dos recursos genéticos. Além disto, a CDB tem grande importância para o contexto das populações tradicionais, pois trata da proteção das mesmas uma vez que possuem relações muito próximas com os recursos naturais. Reconhece, desta forma, que grupos humanos e natureza podem conviver de forma sustentável.
2000	Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) – Lei n.º 9.985	Estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Define unidade de conservação como: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.
2004	Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho	Esta convenção estabelece que povos e comunidades tradicionais podem ter acesso a diversos direitos específicos, além daqueles garantidos para toda a sociedade brasileira. Determina que os governos protejam essas populações que possuem modos de vidas diferenciados, implicando na proteção de seus territórios e organizações. Salienta para a necessidade de haver participação das populações em questão nos processos de decisões, considerando seus interesses.
2006	Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) – Decreto n.º 5.758	O PNAP é uma iniciativa que esboça um sistema composto de unidades de conservação, reservas legais, territórios indígenas e quilombolas e outros. Faz consideração sobre a importância da governança destas áreas e propõe encaminhamentos para isso. Reconhece a gestão participativa e estabelece como objetivo geral do eixo temático 'Governança, participação, equidade e repartição de custos e benefícios', "promover e garantir a repartição equitativa dos custos e benefícios resultantes da criação e gestão de unidades de conservação".
2007	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNCT) – Decreto n.º 6.040	A PNCT tem como objetivo a promoção do desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais. Visa o reconhecimento, fortalecimento e garantia de direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, sempre de forma a respeitar e valorizar as identidades coletivas, formas de organização e instituições.
2007	Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas (SEUC) – Lei Complementar nº 53	Estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação do Amazonas.
2012	Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (PNGATI) – Decreto n.º 7.747	Esta política foi construída com a participação dos povos indígenas para apoiar a gestão ambiental e territorial realizada por essas populações em seus territórios. A PNGATI cria espaços e oportunidades para que o Estado e os povos indígenas se relacionem de maneira coesa para o cumprimento de um objetivo comum. Busca estabelecer força entre as partes para os desafios e dificuldades encontradas pelos povos indígenas no cenário político brasileiro.
2019/ 2020	Plano de Gestão da RDS Amanã	É um instrumento jurídico, de caráter técnico, que se fundamenta nos objetivos de determinada unidade de conservação, para planejar e ordenar o território, a partir da integração das principais informações da área. Tem como objetivo a criação de uma base de informações necessárias para planejar as ações de gestão da unidade de conservação a partir do ordenamento de diferentes categorias de uso e ocupação, também conhecido como zoneamento.

O PAPEL DA ARQUEOLOGIA EM ÁREA DE RESERVAS

Que a Amazônia é vastamente formada por florestas nós já sabemos. Mas perguntas como, *qual a formação dessas florestas, como elas se formaram e quanto tempo resistirão ao desmatamento incontrolado*, ainda não foram respondidas.

O tema mais central nessas questões é a perda de florestas que ainda não conhecemos, sem a possibilidade de serem reconstruídas. No Brasil, essa discussão começou durante a década de 1960. Especialmente na Amazônia, durante o final da Ditadura Militar. Aproximadamente 30 anos depois, na década de 1980, uma série de áreas de proteção ambiental começou a ser definida pelo Governo brasileiro, eram as Unidades de Conservação.

Atualmente, cerca de 30% do território Amazônico é de terras protegidas (como as terras indígenas) e UCs. Se transformarmos esses aproximadamente 30% em números absolutos veremos que há 346 UCs demarca-

das no bioma Amazônico, sendo ele o terceiro bioma brasileiro com maior número de UCs reconhecidas. Outro aspecto importante é que a maior parte dessas UCs estão nos estados do Amazonas (93) e Pará (87).

Apesar de sabermos que a criação das áreas protegidas conteve o desmatamento e, em alguns casos, permitiu que as vidas das pessoas continuassem nesses lugares, desde 2008 o Governo brasileiro reduziu a criação de UCs. Além disso, estados como Pará e Rondônia sofreram mais visivelmente a redução de áreas protegidas, com a execução de grandes obras de infraestrutura (como hidrelétricas e rodovias) e aumento de pastagens ou grandes plantações, como a soja. Esse é um movimento que está acontecendo agora, através do enfraquecimento da legislação e afeta diretamente as florestas e as pessoas que vivem delas e próximo a elas. Mas nós, como cidadãos, cidadãos, ocupantes dessas áreas e cientistas ainda podemos contê-lo. Vamos ver como podemos fazer isso com a



Encontro das águas barrentas do Rio Solimões e negras dos lagos do médio Solimões.

Foto: Alicia Choo, Instituto Mamirauá

arqueologia?

O que a arqueologia tem a ver com isso?

Através das coisas que as pessoas deixaram, a arqueologia da Amazônia tem demonstrado que a forma de viver por aqui foi muito diversificada ao longo do tempo. Quanto mais olhamos para o passado, mais vemos que a Amazônia tinha muita gente morando e que essas pessoas interagiam muito com o meio no qual moravam, visitavam ou simplesmente transitavam. As pessoas do passado gostavam de morar perto dos rios, dos paranãs, dos igarapés, mas também na terra firme, tinham formas diferentes de construir suas casas, enterrar os mortos. Muitas das plantas que comiam eram cultivadas, outras não, mas “davam na floresta” e algumas delas fazem parte de nossas mesas até hoje, como o piquiá, a pupunha, o açaí, entre outras.

Através de estudos do solo, das plantas, dos potes a arqueologia demonstra que a Amazônia que conhecemos hoje foi amplamente habitada e transformada por pessoas durante milênios, sem que tenham sido derrubadas grandes áreas de florestas ou sem que povoados comparados a grandes cidades tenham precisado de recursos de áreas vizinhas para se manterem de pé. Outro fator importante é que apesar das longas distâncias as formas de fazer os potes, as plantas que eram cultivadas e as que não eram, a forma de enterrar os mortos ou de preparar a caça foram compartilhadas com parentes, vizinhas e vizinhos, amigas e amigos através de grandes redes de troca. Por isso, dizemos que a Amazônia foi antropicamente construída. Apesar de ainda haver áreas na Amazônia que não foram pesquisadas arqueologicamente. Para que se tenha uma ideia, das 93 UCs demarcadas no estado do Amazonas, apenas sete tiveram estudos arqueológicos e apenas na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, esse estudo acontece desde 2006.

Chegamos ao primeiro ponto de discussão: Como esse lugar tão amplamente transformado pelas pessoas, que o tornou tão variado em matas e, consequente em animais que vêm atraídos pelas matas, pôde muitas vezes ser considerado como intocado, resultando, por exemplo, nas Unidades de Conservação de Proteção Integral, que não permite a presença de pessoas morando? Se pensarmos na extensão das terras pretas, das florestas antrópicas, dos cacos de potes não podemos falar de uma floresta intocada, mas de uma floresta que apesar da presença clara de pessoas, foi cuidada e zelada, por vezes, também manejada.

Uma das principais respostas para isso está na escala com que as pessoas do passado e nós do presente modificamos a Amazônia. Mesmo que a arqueologia tenha identificado grandes áreas transformadas, o nível de exploração do entorno era bastante diferente, também o consequente impacto na floresta. Imaginem que grandes cidades atuais, como Santarém e Manaus também foram no passado grandes povoados, locais onde viveram pessoas de forma contínua por aproximadamente dois milênios sem que isso tenha impactado diretamente os recursos do ambiente. Ao contrário, prováveis práticas de manejo antigas foram tecnologias desenvolvidas por aquelas pessoas do passado e ao que tudo indica, essas práticas estavam espalhadas por toda a Amazônia, através das redes de troca. Algo semelhante é visto na atual cidade de Rondônia. Isso quer dizer que muitas das práticas de manejo e transformação controlada das florestas são culturais, foram heranças na forma de fazer, cuidar e gerir um ambiente, muitas vezes passadas de mãe e pai para filhas e filhos através de conversas e ensino, da oralidade, e por isso também podem ser conhecidos como “patrimônios culturais”, como também podem ser as coisas e os lugares onde as pessoas viviam.

Se, juntarmos a ideia de que um lugar especial é um patrimônio natural que se torna uma Unidade de Conservação, com o fato de ele também ser um patrimônio cultural, porque é o resultado da ação de transformação e manutenção de diferentes pessoas ao longo dos anos, teremos mais facilidade em criar práticas que sejam capazes de criar e manter as áreas de preservação.

O reconhecimento de como a floresta foi modificada, dos hábitos culturais das pessoas do passado e das formas de manejo e coleta de forma sustentável também parece ser a resposta para a questão sobre a criação de novas áreas de UCs. Parte dessa resposta a arqueologia também pode dar, através da investigação de diferentes sítios arqueológicos e florestas antrópicas, como são comumente chamados os locais de maior transformação das matas de um lugar feito por pessoas. Mas nós, arqueólogas e arqueólogos, só chegamos a essas áreas porque quem as habita ou conhece hoje nos fala que elas existem e nos mostra onde estão, cuidam delas também até podermos estudá-las. Zelar por esses lugares para mantê-los com suas matas, cacos do passado, animais é talvez a chave para sua resistência ao desaparecimento.

CARTOGRAFIAS PARTICIPATIVAS

Os mapeamentos participativos são técnicas cartográficas que consideram as populações locais e seus conhecimentos no ato de mapear. É a maneira de transformar o conhecimento local em formas cartográficas convencionais. Historicamente, os mapas eram realizados sempre pelos Estados e/ou órgãos competentes. Inexistiam iniciativas que consideravam o conhecimento de populações locais sobre determinados territórios. Essa técnica de mapear com a participação social se tornou mais democrática e plural apenas na década de 1970, no Alasca e no Canadá, ambos na América do Norte. Surgiu em um contexto de conflito e ameaça aos territórios de populações locais frente aos avanços de grandes projetos econômicos.

No Brasil, na década de 1980, houve um aumento na mobilização de demandas por direitos socioterritoriais das populações tradicionais. Neste processo, os mapeamentos participativos tiveram grande importância. Segundo a literatura, as duas primeiras iniciativas de cartografia social surgiram em um contexto político, de conflitos territoriais e para a organização de grupos sociais, na compreensão de territorialidades identitárias. Essas iniciativas foram a criação das primeiras Reservas Extrativistas (Acre, Rondônia e Roraima) e, no Projeto Grande Carajás (Pará). E a terceira iniciativa, que também surge de um contexto político, no entanto com foco na preservação da biodiversidade e organização de grupos sociais, e também para o subsídio a planos de gestão, foi o Projeto Mamirauá (Amazonas), nas Reservas Mamirauá e Amanã. Essa terceira iniciativa que ocorreu em nossa região combinou objetivos de pesquisa científica, conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável no uso dos mapeamentos participativos.

A representação cartográfica do espaço, em particular sobre aspectos socioterritoriais e políticos, tem servido como objeto de reflexão de moradores, pesquisadores e técnicos em áreas protegidas. Pois os mapeamentos participativos são eficazes no diagnóstico de uso, dinâmica e conflitos territoriais. Eles pro-

porcionam uma visão da realidade local e auxiliam na obtenção de informações mais detalhadas sobre determinados locais. Além disso, os mapeamentos participativos contribuem positivamente para o estabelecimento de normas, projetos de manejo de recursos naturais, como os pesqueiros e madeireiros, estratégias para a proteção ambiental, entre outros.

Há pelo menos três técnicas de mapeamentos participativos. A primeira delas é conhecida como mapa mental. É aquela que não necessita de rigor cartográfico em sua utilização. Ou seja, é uma técnica mais livre, em que os participantes escolhem os materiais para a representação espacial. É usual nesta técnica folhas de papel e lápis, canetas e outros. Não necessita de recursos tecnológicos para a sua execução e possui um custo de realização relativamente baixo. A segunda técnica utiliza-se uma base cartográfica georreferenciada. É aquela em que o mapeamento participativo irá acontecer sobre uma base com alguns pontos localizados, como a comunidade, os rios, e até mesmo o limite de uma unidade de conservação, por exemplo. Essa técnica permite uma melhor noção de tamanhos de área e distância. Por fim, a terceira técnica é realizada sobre carta-imagens (imagens de satélites), que são aquelas imagens que retratam o planeta a partir do espaço. Nessas imagens é possível identificar a cobertura vegetal, os rios, as construções e outros tipos de elementos. É como uma foto tirada de cima. Nesse caso, o mapeamento participativo é realizado em cima dessas imagens ou em uma folha de papel vegetal sobreposta a ela. É uma técnica interessante, pois proporciona uma visão diferenciada dos territórios, incomum no dia a dia das populações locais. As duas últimas técnicas requerem recursos tecnológicos para a preparação das bases nas quais os mapeamentos serão realizados.

Na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, a cartografia social está sendo usada desde o seu decreto. Naquele momento, foram mapeados pelos moradores seus territórios de uso de recursos naturais e

aqueles que seriam destinados à preservação permanente. Neste processo, se estabeleceram os Setores Políticos, por exemplo. Mais recentemente, novamente os mapeamentos participativos estão sendo usados no âmbito da elaboração do Plano de Gestão da Reserva, para o reconhecimento de suas áreas de uso em consonância com o zoneamento proposto para a unidade de conservação. Além disso, muitas pesquisas que foram e estão sendo realizadas utilizam essa técnica em suas metodologias. É o caso da pesquisa sobre a caça para o autoconsumo dos moradores locais, que busca a partir do conhecimento ecológico local propor estratégias de manejo para determinados locais e espécies (Figuras 1 e 2). Tem também a pesquisa que busca mapear as florestas úteis deixadas pelas populações do passado, ou seja, que busca

identificar os locais onde há concentração espacial de determinadas espécies, as plantas que 'dão de rebolada' (castanhais, buritizais, outros). Outras ações na RDS Amanã também utilizam técnicas cartográficas participativas para as suas dinâmicas, como é o caso dos projetos de manejo de recursos pesqueiros, para a definição do zoneamento do sistema e, a atuação dos Agentes Ambientais Voluntários, que utilizavam o GPS para marcar locais de atos ilícitos.

Portanto, podemos ver que os mapeamentos participativos são técnicas e processos cartográficos importantes para os moradores de unidades de conservação e instituições responsáveis e parceiras. Pois é uma maneira eficaz de mostrar ao Estado e outras instituições como são seus territórios e como fazem uso deles.



Mapeamento participativo com moradores da comunidade de Tauary.

Foto: Acervo Grupo de Arqueologia



MANEJO DE FAUNA EM DEFESA DA SOCIOBIODIVERSIDADE: EXPERIÊNCIAS DA PESQUISA SOBRE CAÇA NA REGIÃO DO MÉDIO SOLIMÕES

Em pesquisas com animais, o Conhecimento Tradicional vem sendo aplicado há pelo menos 200 anos na região do médio Solimões onde hoje existem territórios especiais protegidos, como as **Reservas de Desenvolvimento Sustentável Amanã**, Mamirauá, as Reservas Extrativistas Auati-Paraná, Catuá-Ipixuna, Rio Unini, a **Floresta Nacional de Tefé**, o Parque Nacional do Jaú, e as Estações Ecológicas Juami-Japurá, Jutai-Solimões, dentre outros.

Os papéis dos animais para os/as moradores/as locais são variados, mas, geralmente, estão relacionados ao que costuma ser chamado de **uso da fauna**, ou seja, quando um animal, ou partes dele, servem para fazer remédio caseiro ou artesanato, quando são utilizados como animais de estimação e principalmente, quando servem de alimento para aquelas famílias do interior – que geralmente estão distantes de mercadinhos e precisam obter da floresta o seu rancho diário. Só que para uma pessoa usar os produtos provenientes da fauna silvestre, como aquela carne gostosa ou aquele pedaço de osso que serve para curar doenças, ele/a precisa caçar.

Assim, o Pato, o Jacamim, a Anta, a Queixada, o Traçajá, o Mutum, o Jupará, o Peixe-boi, o Coandu, a Paca e o Bico e outras 95 espécies de animais caçadas no médio Solimões, são importantes para a **Segurança Alimentar** dos ribeirinhos, indígenas e extrativistas desta região. Além disso, a carne proveniente de animais silvestres é mais rica em nutrientes do que qualquer outra carne consumida nas cidades. Estima-se que aquelas populações que consomem carne de bicho do mato possuam de 20 a 60% mais nutrientes e vitaminas do que aquelas que consomem calabresa, conserva, e frango industrializado.

Porém, os animais da floresta não possuem um ambiente livre de doenças. Especialmente aquelas espé-

cies terrestres, isto é, os bichos que vivem no solo da mata, são mais propensas a adquirir doenças como verminoses, parasitas e viroses. É por isso que os caçadores e caçadoras devem ter muito cuidado ao escolher o bicho que será morto, evitando aqueles que aparentam estar doentes, e, por exemplo, não garantem fugir como o restante do grupo. O preparo da carne também exige alguns cuidados importantes. As vísceras e buchadas devem ser evitadas, a carne deve ser bem lavada, de preferência com algumas gotinhas de cloro, e, claro, sempre muito bem escaldada e cozida. Tomando essas precauções, é possível aos caçadores garantir comida de qualidade para todos da família.

Nestes 18 anos de trabalho, nós já descobrimos que as aves, mamíferos arborícolas, como macacos e preguiças, e bichos de casco são os animais mais importantes na dieta dos ribeirinhos da várzea. Enquanto que, para os moradores das terras firmes, os animais preferidos são aqueles ausentes na várzea, como a queixada, a anta, a paca e o veado. Além disso, verificamos que a caça na várzea pode acontecer em uma variedade de ambientes, mas é predominante nas ressacas, poções, lagos e restingas. Por outro lado, na terra firme, a caça é mais frequentemente realizada nas beiras dos igarapés na seca, através do método de focagem, e nas ilhas e pontas de terra na cheia. Também descobrimos que algumas espécies como a tartaruga, o peixe-boi, a capivara, o jabuti, a paca, a queixada e a guariba têm se tornado mais raros próximos às comunidades. Ou seja, mesmo que o caçador ou caçadora saia para pegar um destes animais, tem sido mais difícil encontrá-los sem empregar um grande esforço.

É por causa do sumiço ou da dificuldade de encontrar alguns bichos que pesquisadores/as estão trabalhando com as informações fornecidas pelos caçadores para encontrar a melhor forma de manejar estes animais para a alimentação. Diferente do manejo do pi-

rarucu, que pode ser comercializado, a legislação do nosso país não permite o manejo comercial da caça. E, antes que se pense em vendê-los, é preciso encontrar formas de fazer suas populações aumentarem, para que o povo do interior tenha caça no prato sempre que quiser. Para o sucesso do manejo, é necessário que se saiba quantos bichos há na mata, ou seja, o estoque da floresta.

Com a ajuda dos caçadores, por meio dos materiais por eles doados para pesquisas, também descobrimos que a gestação da paca acontece, principalmente, entre março e julho, e que este período está associado ao momento em que há mais frutas para ela comer na mata. No entanto, este é um dado preocupante, pois também é o período em que mais se caça pacas na terra firme, tirando da floresta muitas fêmeas que podem estar prenhas. As cutias, outro roedor bastante importante para a dieta das famílias da terra firme, aparentam estar numa situação bem parecida com a da paca, ficando prenhas nos períodos de cheia, quando são mais caçadas nas ilhas. Pode ser que através destas informações, coletadas com a colaboração dos próprios caçadores, seja escolhido pelas comunidades um **período de defeso** para a caça destes animais, demonstrando como essa cooperação pode ser benéfica para todos.

Também estamos elaborando com a ajuda dos moradores destas reservas mapas de suas áreas de caça, uma etapa muito importante para a execução do que chamamos de **Manejo Espacial** da caça. Este tipo de manejo, ao contrário das cotas e períodos de defeso, já é utilizado tradicionalmente por muitos povos da Amazônia. Nele, enquanto algumas áreas ricas de bichos devem ser guardadas, outras áreas devem funcionar como áreas de manutenção da atividade de caça. A lógica por trás deste manejo é a de que vai ter tanto bicho nas áreas guardadas que eles começarão a se movimentar, no decorrer dos anos, para as áreas de caça mais próximas às comunidades. Assim, o caçador ou caçadora terá menos dificuldade para obter aquela carne gostosa.

O motivo dos locais históricos ainda serem fartos de bichos é porque o **Manejo Espacial Tradicional** funciona! Ou seja, além de tirar os produtos da floresta, os indígenas antigos ou os extrativistas atuais, deixaram ela rica para as próximas gerações, garantindo a fartura ao longo do tempo. Existem algumas populações que, literalmente, plantaram, intencionalmente ou não, grandes extensões de fruteiras que são ótimas para atrair bichos, como é o caso dos jauarizais, buiritais e uixizais que encontramos mata adentro ou

na beira de muitos igarapés centrais onde os antigos trabalhavam. E é por este motivo que todos os locais de trabalho das populações do passado e atuais são entendidos como a **Paisagem Cultural** destes povos, lugares e regiões inteiras onde, mais do que somente extrair recursos naturais, eles deixaram marcas de sua presença por meio de suas formas de utilizar a fauna e a flora.

Hoje, falar de caça com o restante do Brasil tem gerado duros debates. Especialmente porque a caça ainda é mal vista sob os olhos de muitos. A nossa luta tem sido demonstrar, através da reunião de saberes científicos e tradicionais, a importância das práticas realizadas na Paisagem Cultural dos povos do interior da Amazônia. Acreditamos que assim poderemos ajudar na criação de instrumentos legais que levem em consideração as práticas locais de manejo e garantam, de forma eficaz, os **direitos dos povos que habitam as florestas**. Um território próprio, meios de se reproduzir social e culturalmente e condições dignas de vida para seus membros são alguns destes direitos essenciais para a sobrevivência destes grupos sociais que são profundos conhecedores e grandes protetores da natureza amazônica. Assim, defender a Sociobiodiversidade, o Manejo e o Conhecimento Tradicional são também formas de lutar pelo futuro do mundo! Afinal, cuidar do ambiente, dos animais e dos povos que os conservam é cuidar da humanidade.



Momento da pós-pesca.

Foto: Marilene Ribeiro

ARQUEOLOGIA E AS PLANTAS

Ao longo das terras que margeiam os Lagos Amanã, Tefé e tantos outros lagos e rios da região do médio Solimões, não é difícil encontrar pedaços de cacos, pedras, coisas, vestígios que foram deixados pelos povos do passado: os indígenas que habitavam e cuidavam desses lugares. Quando olhamos os cacos que foram deixados por esses povos, podemos imaginar como eram os vasos que eles produziam. Alguns enormes, outros bem pequenos, pintados, decorados, alguns com forma de bichos, outros com impressões de folhas. Mas para que as pessoas usavam esses potes? Muitos deles eram usados para... Cozinhar! Panelas para fazer caldeirada, assadeiras para fazer beiju, potes para fazer bebidas fermentadas e outros potes para guardar os alimentos. Às vezes dá até pra ver a marca de fuligem nos potes que foram ao fogo. Quais eram essas comidas? O que os produtores desses potes gostavam de comer? Plantavam seus alimentos? Cultivavam roças? Coletavam frutos na floresta?

Arqueobotânica

Existe um ramo da Arqueologia, denominado Arqueobotânica, que nos ajuda a responder essas questões. A Arqueobotânica estuda diferentes vestígios vegetais que ocorrem nos sítios arqueológicos. Pois não são apenas cacos, potes e ferramentas de pedra que constituem os vestígios arqueológicos. Restos de plantas usadas pelas populações do passado, que muitas vezes passam despercebidos pelos nossos olhos em meio às cerâmicas, podem também contar muitas boas histórias. Os estudos arqueobotânicos permitem, além de decifrar quais eram as plantas usadas pelas pessoas do passado, identificar como elas eram preparadas, manejadas (se eram cultivadas, coletadas da natureza) e quais eram as árvores e plantas que existiam na paisagem quando as populações indígenas moravam nesses lugares no passado.

Existem vários tipos de vestígios arqueobotânicos, ou seja, várias formas como os restos de plantas usadas no passado podem ser encontrados nos sítios arqueológicos. Alguns são visíveis a olho nu, como os carvões (**figura 1A**). No meio da terra preta, entre os cacos e pedras, é muito comum encontrar fragmentos de plantas carbonizadas. São madeiras, sementes, frutos, raízes, que, de uma forma ou de outra, passaram pelas mãos das pessoas no passado e permaneceram na terra até hoje. Podem ter sido queimados como lixo (como ainda hoje se faz nas comunidades), podem ter sido usados para fazer fogueiras ou até mesmo ter sido queimados quando foram abertas áreas de roça. Como esses vegetais foram queimados, eles dificilmente se decompõem, e portanto se preservam por centenas ou até milhares de anos. Quando arqueólogas e arqueólogos fazem uma escavação, coletam também o solo, para depois recuperar cuidadosamente esses carvões em um procedimento denominado flotação (**figura 2A**). Por meio desta técnica, o solo é lavado e centenas de carvões são recuperados. Estes pequenos fragmentos de plantas queimadas são posteriormente analisados na lupa pelos cientistas (**figura 2B**) para que se descubra que plantas são essas.

Entretanto, as plantas não se preservam apenas na forma de carvões nas áreas das antigas aldeias, elas também podem deixar traços invisíveis a olho nu, como os fitólitos e amidos (**figuras 1B e 1C, respectivamente**). Amidos são estruturas que se formam no interior do corpo das plantas. São a sua reserva de energia. Como a forma dos grãos de amido é diferente em muitas espécies vegetais, é possível identificar quais plantas produziram esses grãos milhares de anos atrás. O amido é capaz de se preservar por milhares de anos em cacos de barro e ferramentas de pedra, por exemplo. Assim, quando encontramos, por exemplo, dentes de raladores de pedra nos sítios arqueológicos, os grãos de amido que encontramos grudados neles podem nos contar quais alimentos foram ralados nessas ferramentas no passado.

Os fitólitos também são partículas microscópicas produzidas pelos vegetais que permanecem por muito tempo na terra. Quando uma planta morre, os fitólitos que ela produziu ficam na terra onde ela viveu. Assim, quando encontramos uma antiga área de roça, os fitólitos podem nos contar quais eram as plantas cultivadas pelos indígenas nessa área no passado. Fitólitos também se preservam nos cacos e ferramentas de pedra. Nos grandes potes de barro, por exemplo, é comum encontrarmos fitólitos que indicam quais eram as plantas utilizadas para a fabricação de bebidas fermentadas – como o famoso caxiri, produzido por populações amazônicas com mandioca, milho, pupunha, abacaxi e muitas outras plantas.

As histórias das plantas usadas e manejadas no passado continuam vivas, presentes nos pedaços de carvões ou nos vestígios microscópicos. Por meio do estudo destes vestígios, podemos entender melhor como as pessoas se relacionavam com as plantas e a floresta no passado.

As plantas e as paisagens – relações entre passado e presente

O estudo dos vestígios arqueológicos de plantas nos mostra que as pessoas que viviam na Amazônia no passado já consumiam muitos dos frutos, sementes e raízes que continuamos consumindo hoje. Parece que os povos indígenas do passado sempre tiveram um gosto pela diversidade de alimentos! A mandioca, por exemplo, é cultivada e consumida há milhares de anos. Fitólitos de mandioca foram encontrados em sítios arqueológicos da Amazônia boliviana em ocupações humanas de 10.000 anos atrás. Restos de urucum, que utilizamos hoje para fazer o colorau, foram encontrados em antigos campos que eram cultivados há pelo menos 2.000 anos na Amazônia Ocidental. Vestígios arqueológicos de pimentas encontradas em várias partes das Américas Central e do Sul indicam que esse condimento já era usado há pelo menos 6.000 anos e cultivado há pelo menos 2.000 anos. Além disso, os frutos de palmeiras estão entre os mais comuns encontrados nos sítios arqueológicos da Amazônia. Isso indica que os indígenas do passado consumiam uma grande quantidade de palmeiras, como tucumã, açaí, pataúá, buriti, murumuru, pupunha e tantas outras. Assim como as palmeiras, sementes carbonizadas de castanhas são comuns em áreas de terra-preta e até mesmo sementes de piquiá já foram encontradas nos assentamentos antigos! Ao serem escolhidas como alimentos no passado, todas essas espécies eram ma-

nejadas pelas pessoas, que foram tornando suas paisagens cada vez mais diversas e ricas em alimentos! Não é por acaso que encontramos hoje na Amazônia tantos açaizais, patauzaizais, castanhaiis, piquiaizais, etc. **(figura 3)**. A distribuição dessas espécies, muito presentes nas paisagens do médio Solimões hoje, é, entre outros fatores, resultado do seu amplo e duradouro manejo pelas populações indígenas do passado. Dos nossos antepassados, herdamos as plantas domesticadas, as florestas ricas em alimentos e os saberes de como manejar essas paisagens. E como essa história é dinâmica, continuamos desenvolvendo saberes que também transmitiremos às gerações futuras. Somos parte de uma longa história que conta como as pessoas e as plantas se transformam mutuamente ao longo dos séculos na Amazônia. Essa relação construiu e segue construindo as paisagens que conhecemos hoje e que são fundamentais para os nossos modos de vida e para a saúde da floresta.

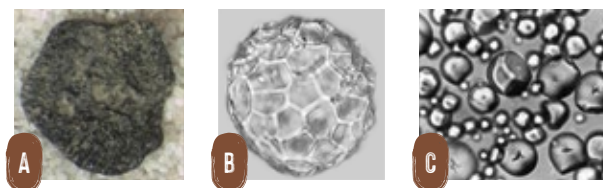


Figura 1: Tipos de vestígios arqueobotânicos.
A: semente de milho carbonizada.
B: fitólito de jerimum. **C:** amido de mandioca.

Adaptado de Bryant, V.M. Invisible Clues to New World Plant Domestication. Science, v. 299. 2003.

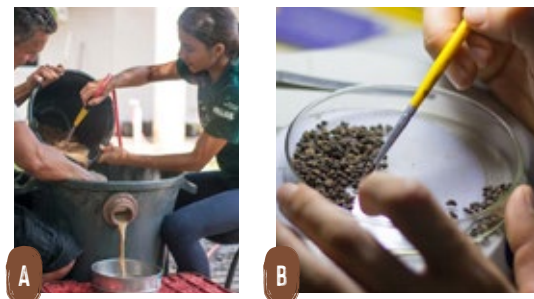
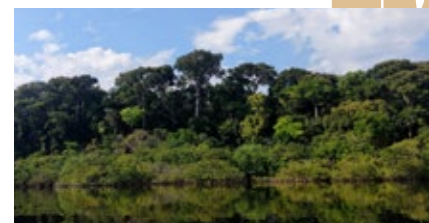


Figura 2: Preparação e análise dos vestígios botânicos carbonizados. **A:** Flotação. **B:** Análise de carvões na lupa.
Fotos: Amanda Lelis, Instituto Mamirauá, 2016

Figura 3: Castanhal localizado na comunidade Bom Jesus da Ponta da Castanha, FLONA Tefé/Amazonas.

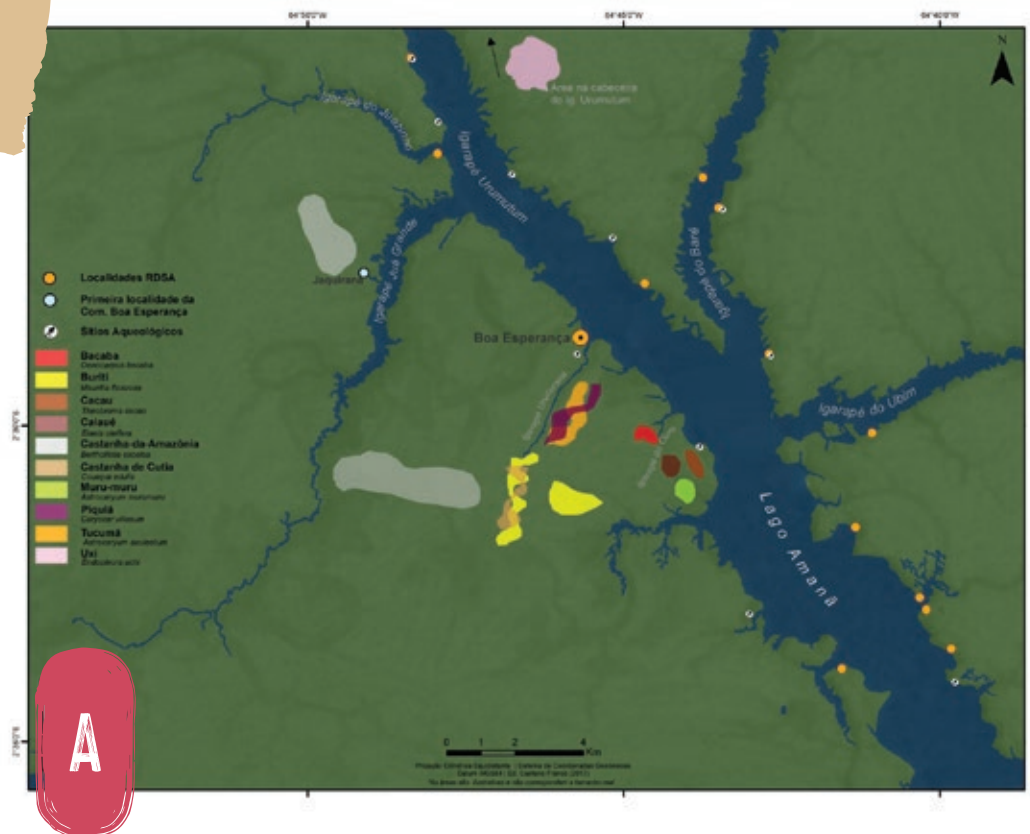
Foto: André Antunes, 2019



Ao longo dos milhares de anos de ocupação da floresta por populações humanas, o manejo das plantas utilizadas pelas pessoas foi transformando as paisagens do entorno de suas casas e dos caminhos por onde elas passavam. O legado dessas práticas é visível hoje nas paisagens ricas em plantas alimentícias que abundam próximo a sítios arqueológicos e comunidades tradicionais e indígenas. Os moradores destas comunidades são grandes conhecedores dessas paisagens. Eles sabem onde elas se encontram, sabem como manejar e cuidar delas. Conhecem também os animais que gostam de visitá-las, sabem quando as árvores dão flores e frutos.

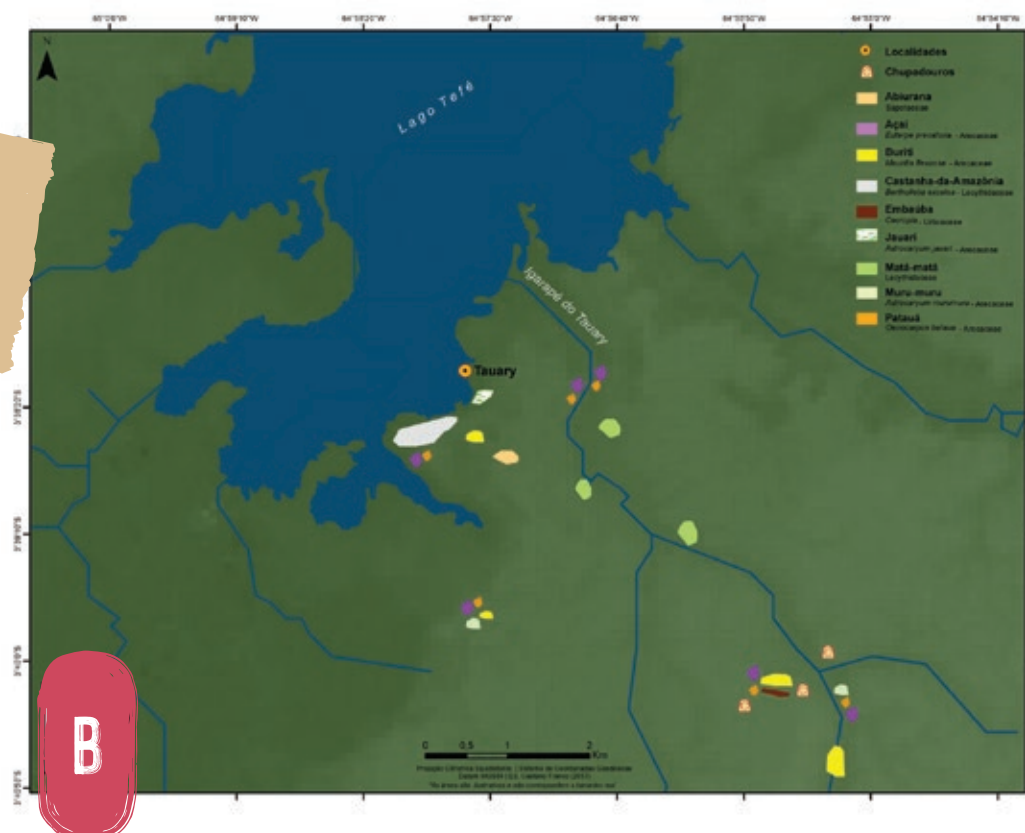
Esses mapas foram construídos pelos moradores das comunidades Boa Esperança, na RDS Amanã, e das comunidades Tauary e Bom Jesus, na FLONA Tefé. As cores representam as diferentes espécies de plantas que formam “zais” (concentrações) no entorno de suas comunidades. Podemos ver concentrações de açaí, tucumã, buriti, bacaba, paxiúba, castanha, piquiá, uxi, entre outras plantas. Os moradores locais são os guardiões dessas paisagens ricas em alimentos que garantem o sustento das pessoas, dos animais e a saúde da floresta!

Mapeamento realizado na comunidade Boa Esperança

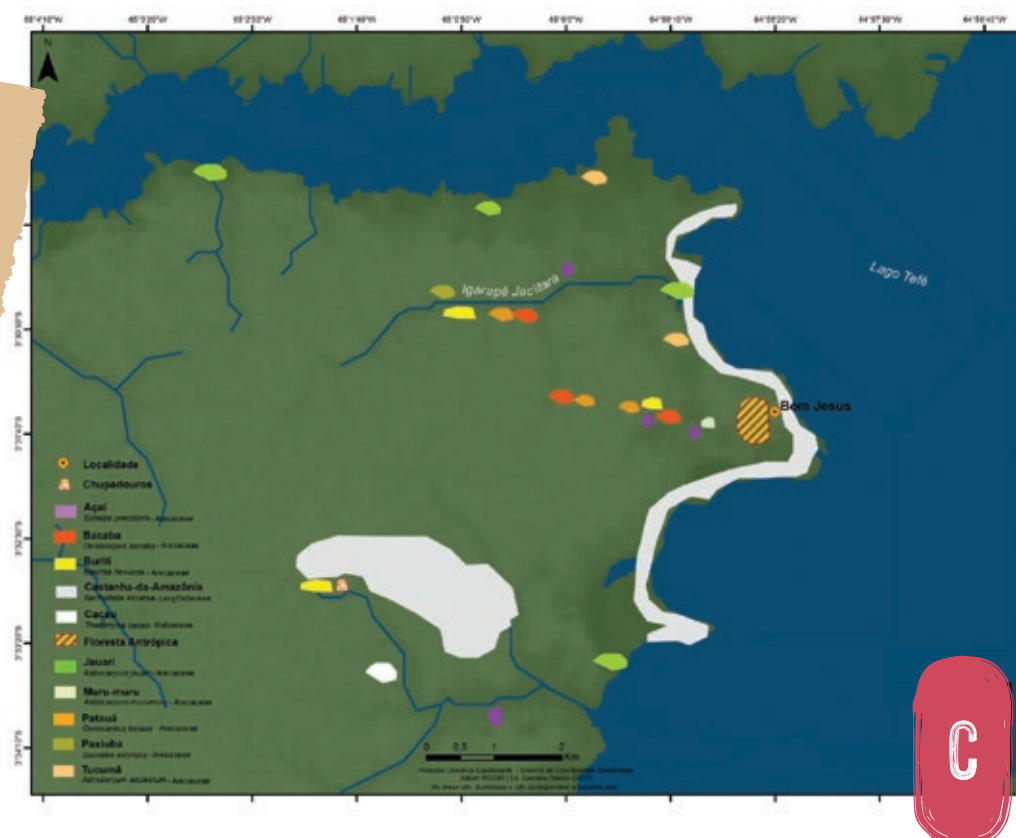


Construção dos mapas: Mariana Cassino, Rubana Palhares e Caetano Franco.

Mapeamento realizado na comunidade Tauary



Mapeamento realizado na comunidade Bom Jesus



DOMESTICAÇÃO DE PLANTAS: A RELAÇÃO ENTRE AS PESSOAS E O PIQUIÁ



Palmeira no médio Solimões.

Foto: Edu Coelho, Instituto Mamirauá

Vocês já notaram que quando usamos ou gostamos de uma planta normalmente a trazemos para perto de casa? Observem as plantas que estão nos quintais de vocês. Vocês conhecem as suas histórias? Provavelmente muitas foram cultivadas, outras nasceram após o descarte das sementes e algumas jamais saberemos como foram parar ali. Mas uma coisa é certa, quando cuidamos dos quintais, roças e até mesmo das florestas em regeneração (capoeiras) e florestas maduras (mata virgem), escolhemos o que vamos plantar, retirar para uso ou para dar espaço para cultivar outra planta. Além de escolher a espécie, por exemplo, se será cultivado um açaí ou uma pupunha, também escolhemos as características da espécie. Separamos para plantar, por exemplo, sementes de pupunheiras que produzem frutos maiores, mais doces, mais gordurosos ou mais fibrosos, dependendo da preferência. O processo de escolha (seleção), propagação (cultivo ou dispersão) e acúmulo das plantas de uma dada espécie é conhecido como domesticação.

A domesticação envolve trazer para perto de casa as plantas (e animais) que têm características do nosso interesse. A raiz da palavra domesticação é “dom-mus” que significa casa e os locais perto de casa, podem ser os quintais, as roças, as florestas... Como geralmente escolhemos características extremas das plantas, a variação das características tende a aumentar com o passar do tempo. Para entendermos esse processo, podemos, por exemplo, pedir para as e os estudantes listarem juntamente com suas famílias os nomes, as características e as origens das variedades de mandioca que cultivam ou conhecem. As características das variedades revelam as escolhas: plantas com desenvolvimento rápido para serem cultivadas na várzea, raiz amarelada para produzir uma farinha mais amarelinha, dentre outras. Já as suas origens, de onde vieram, revelam uma prática comum na domesticação: as trocas. Quem nunca pediu manivas para os vizinhos?

Com o passar do tempo, a domesticação aumenta a variação das características morfológicas (relacionadas ao tamanho e forma) e organolépticas (relacionadas ao cheiro, sabor e cor) das plantas. Mas o grupo das plantas selecionadas tende a ter uma menor variabilidade genética em comparação com o seu grupo de origem. Toda seleção implica em escolha. Quando escolhemos plantas de uma espécie com uma determinada característica, a nossa tendência é escolher frutos de uma mesma árvore ou aparentados para cultivar. Assim, os escolhidos têm uma menor diversidade genética do que o grupo ou população de origem, de onde foram selecionados. Por outro lado, se na região tiver a população de origem e o grupo dos selecionados, a diversidade genética pode ser mantida ou até mesmo aumentada. Se as trocas envolverem manivas, mudas ou sementes originárias de outras populações de plantas, uma “novidade genética” poderá ser introduzida no grupo dos selecionados, aumentando a diversidade genética da região como um todo (**Figura 1**).



Figura 1

Representação das mudanças das características morfológicas e genéticas com o processo da domesticação de plantas, considerando o tempo. As bolinhas vermelhas nas árvores representam os frutos com diferentes tamanhos. As cores das bolinhas nos círculos ovais representam a diversidade genética. **A)** Uma população silvestre de uma dada espécie produz frutos com tamanhos variados e apresenta grande diversidade genética. **B)** As pessoas escolhem sementes de frutos grandes de **A** e plantam em seus quintais **B**. O grupo dos selecionados plantados (**B**) apresenta apenas frutos grandes, mas menor diversidade genética em comparação com o seu grupo de origem (**A**). Com o passar do tempo (**C** e **D**), a variação morfológica e a diversidade genética são mantidas ou sofrem poucas mudanças na população silvestre (**C**). Já nos quintais (**D**), o maior cruzamento entre árvores aparentadas, gera aumento do tamanho dos frutos e redução da variabilidade genética. **E)** No entanto, podem ocorrer trocas de mudas e sementes com pessoas de outras comunidades, sendo introduzidas “novidades” morfológicas e genéticas. Considerando as populações silvestres e domesticadas juntas, observa-se um aumento na diversidade genética regional.

A domesticação é um processo que apresenta diferentes graus que estão relacionados à dependência do manejo humano. Vamos olhar novamente para os nossos quintais e roças. Quais plantas não sobreviveriam se deixássemos de zelar delas? Dizemos que as plantas dependentes do manejo para sobreviver são totalmente domesticadas e na gradação, no outro extremo, temos as plantas com domesticação incipiente, mais parecidas com as plantas silvestres, não-domesticadas.

As plantas com menores graus de domesticação podem ser encontradas em quintais, roças e, também nas florestas. Um indicador de que elas podem ter tido influência do zelo humano é a ocorrência em agregação ou “al” ou “zal”: castanhal, seringal, andirobal, patauazal, açazal, buritizal... No entanto, também existem agregações naturais. Por exemplo, espécies como o buriti e o açaí requerem muita água para viver. É comum encontrarmos buritizais e açazais em várzeas, igapós e chupadores (barreiros). Essas agregações podem ser devido às condições favoráveis do ambiente ou porque as pessoas ao saberem da preferência destas palmeiras por água, as cultivam nesses ambientes. Como podemos saber se um “al” ou “zal” é natural ou é resultante do manejo humano? Para respondermos a essa pergunta, podemos resgatar o histórico de usos e manejos da espécie; verificar se a agregação está próxima de sítios arqueológicos, o que pode indicar um manejo antigo; buscar vestígios da espécie no próprio sítio; e fazer estudos genéticos para descobrir o parentesco entre as árvores. E é exatamente isso que estamos fazendo para investigar a domesticação do piquiá (*Caryocar villosum*).

Na Amazônia existem evidências de que a domesticação de plantas ocorre há pelo menos 13 mil anos. Um estudo recente estimou que existam pelo menos 141 espécies de plantas domesticadas, dentre elas o piquiá. O piquiazeiro é uma linda árvore com copa grande (**Figura 2**). Ele pode chegar a medir 40-50 metros de altura e ter até 5 metros de roda. Seus frutos têm diferentes tamanhos e tanto a sua polpa quanto a semente são comestíveis. Suas polpas variam em relação à cor (esbranquiçadas, amareladas ou alaranjadas) e sabor (amargas, sem amargor e até mesmo doces). O óleo de sua polpa tem propriedades anti-inflamatórias, sendo usado no tratamento de baques, quedas e para massagens. A casca do fruto e do tronco da árvore são usados para tingir malhadeiras. A sua madeira é bem resistente com fibras entrelaçadas, usada na construção de casas, barcos e batelões. Os caçadores gostam de fazer espera perto dos piquiazeiros quando suas flores e frutos estão caindo, porque os animais os consomem. Os piquiazeiros são encontrados em florestas de terra firme em várias regiões da Amazônia. As árvores podem ocorrer mais espalhadas na paisagem ou próximas entre si, em agregações, conhecidas como piquiazais.



Figura 2

A: A frondosa árvore de piquiá e suas galhadas.

B: Folhas secas com seus três folíolos, característica usada na identificação botânica da espécie.

C: Flor com sua típica coloração amarelada.

D: Frutos maduros.

Fotos: Rubana Palhares Alves, 2016



No médio Solimões, relatamos que o piquiá é usado atualmente para a alimentação, construção, atrativo de caça e tingir malhadeira. Algumas pessoas zelam pelos piquiazeiros, evitando fazer roça perto das árvores e deixando os rebrotos e mudas que aparecem crescerem. Encontramos árvores espalhadas na paisagem tanto perto das comunidades quanto na floresta madura e várias agregações em roças. O fogo favorece a germinação da espécie: encontramos muitas mudas nas roças e em todas as amostras de solos encontramos carvão, até mesmo nos solos das florestas maduras. A presença do carvão indica que ocorreu fogo e ele pode ter sido natural ou provocado pelos povos antigos. Será que eles faziam roças como fazemos atualmente?

Além disso, encontramos nas áreas de antigas moradias nos sítios arqueológicos, espinhos do fruto de piquiá que viraram carvão (**Figura 3**). E isso pode indicar que os povos antigos já estavam usando a espécie. No médio Solimões encontramos uma maior diversidade genética de piquiá em comparação com outras regiões da Amazônia. É provável que os povos trocassem sementes de piquiá no passado e na região tenhamos populações com domesticação incipiente convivendo com populações silvestres. É incrível o quanto podemos aprender sobre a história e os costumes dos povos olhando para as suas plantas!

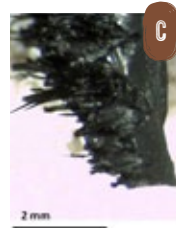


Figura 3

A: Fruto de piquiá sem a casca em corte transversal: no meio está a semente esbranquiçada, protegida por uma camada com espinhos (tegumento), seguida da polpa amarelada do fruto.

B: Carvão do tegumento que protege a semente encontrado no sítio arqueológico São João, no médio Solimões.

C: Carvão de um fruto recente queimando para servir como material de referência para identificação dos carvões antigos (arqueológicos). Notem que os espinhos se preservam nos carvões.

Fotos: Rubana Palhares Alves, 2016; Mariana Cassino, 2017

É MELHOR LEMBRAR OU ESQUECER? ARQUEOLOGIA DO LAGO TEFÉ

É melhor lembrar ou esquecer? Existem lembranças boas que guardamos com carinho, contudo, há situações difíceis que gostaríamos de apagar da memória. Muitas vezes, mesmo as situações ruins trazem importantes lições, isso acontece também com países e sociedades.

Por exemplo, as pessoas que vivem hoje na Alemanha tiveram que escolher entre esconder tudo que foi feito durante o holocausto – como o assassinato de milhões de judeus, ciganos e outras populações – ou manter viva essa memória, para que esses erros não voltassem a serem cometidos. Já a África do Sul passou 56 anos sob o regime social do Apartheid, onde pessoas brancas eram consideradas melhores e tinham mais direitos que as pessoas negras. A população sul-africana teve que decidir como falar sobre esse período de injustiças. Ambos os países escolheram enfrentar o passado, assim, lugares e monumentos foram criados para contar as histórias daqueles acontecimentos tão difíceis.

Muitos outros exemplos poderiam ser citados, pois, praticamente na história de todos os lugares situações violentas e equivocadas aconteceram. Você consegue pensar em algum exemplo?

No caso da história do Brasil, um grande erro cometido foi o massacre das populações indígenas, causado pelos conflitos, pela escravização e pelas doenças surgidas com a invasão europeia.

Para justificar a invasão das terras indígenas e o massacre que ocorreu a partir dela, era comum que os governantes europeus da época espalhassem informações de que não havia muitos indígenas naqueles locais que estavam sendo tomados ou que esses eram atrasados e precisavam dos europeus para “evoluir”.

A arqueologia pré-colonial brasileira, que é a área de pesquisa que estuda as populações indígenas antes da invasão europeia, está cheia de exemplos de que essas duas informações não eram verdadeiras. Se olharmos apenas para as pesquisas realizadas no entorno dos Lagos Tefé e Amanã, por exemplo, veremos que as duas localidades estão cheias de sítios arqueológicos, mostrando, assim, que muita gente morou na região antes da invasão dos europeus. Só no Lago Tefé são 22 sítios arqueológicos que, se somados aos que são conhecidos para o Rio Tefé, totalizam 41.

Nesses sítios é possível ver milhares de “cacos de potes” de muitos tipos. Alguns deles são bastante diferentes uns dos outros, enquanto outros parecem misturar elementos de diferentes tipos. Para os/as arqueólogos/as essas distinções nos modos de fazer cerâmica indicam que povos diversos viveram ao redor do Lago Tefé, e essas misturas de elementos mostram que diferentes formas de interação foram experimentadas. Mas, isso não é exatamente novidade para as pessoas que hoje moram nas comunidades à beira do lago. Caminhando todo o dia sobre milhares de cacos de potes, e muitas vezes levando os/as arqueólogos/as para conhecer e registrar tais locais, eles/elas comentam que tantos cacos devem ter sido feitos por muita gente e indicam aqueles que são mais e menos comuns na área. Alguns/mas, inclusive, contam histórias do tempo dos antigos, que falavam como os potes eram feitos, porque estão tão quebrados, ou ideias de porque alguns parecem misturados. Nós ouvimos com atenção essas preciosas informações, anotamos e somamos aos dados produzidos com os nossos métodos, pois, ninguém conhece melhor um lugar do que quem vive nele.



Crianças da comunidade Vila Bastos acompanhando os trabalhos de escavação.

Foto: Instituto Mamirauá



Conversa com Dona Graça, Moradora da Vila Bastos.

Foto: Jaqueline Gomes

Através das pesquisas que nós realizamos entre 2011 e 2015, no Lago Tefé, principalmente nas comunidades mais próximas à boca do Lago (Vila Valente, Vila Vale, Vila Bastos e Fazenda do Francês) no sítio arqueológico Conjunto Vilas e, pontualmente, na comunidade Tauary no rio Tefé, onde também há um sítio, aprendemos muito com os/as moradores/as delas e buscamos chegar a algumas respostas para as perguntas que nos faziam.

Uma das maiores curiosidades das pessoas das comunidades onde há sítios arqueológicos é “de quando são os cacos?”. No sítio Conjunto Vilas as datações realizadas por carbono 14 mostram que já haviam pessoas morando no Lago Tefé desde 400 anos depois de Cristo, isto quer dizer que a 1600 anos atrás os indígenas já estavam morando e deixando os sinais de sua presença por ali, como os pedaços de pote e a Terra Preta. Os vestígios analisados apontam que até 1200 anos depois de Cristo, ou até 800 anos atrás, essas/esses indígenas antigas/os continuaram estando ali. E é muito provável que só tenham começado a sair de lá quando os europeus se tornaram presença frequente na região.

Outra pergunta muito comum entre as/os comunitárias/os é “quem fez os cacos de potes?”. Nos anos

de 1950 um arqueólogo chamado Petter Paul Hilbert passou por Tefé, e escavou também nessas mesmas comunidades da boca do Lago Tefé. Segundo ele, as pessoas que moravam no Conjunto Vilas teriam inicialmente começado a produzir as cerâmicas de um tipo que ele chamou de Fase Caiambé, mas, aos poucos teriam ido mudando as características dos potes e passaram a fazer um tipo novo, que ele chamou de Fase Tefé. Nos estudos que fizemos mais de 50 anos depois Hilbert, e tendo a possibilidade de escavar e estudar mais cacos, concluímos que por um lado ele estava certo, realmente havia naquele sítio os dois tipos de cerâmica diferentes, como ele havia encontrado. Contudo, nós percebemos que cada uma dessas fases representava povos que tinham modos distintos de produzir seus objetos, pois, tinham modos de viver em alguma medida diferentes. A existência de objetos dos dois tipos no mesmo lugar indicou que de alguma maneira por mais distintos que fossem os povos que produziam as cerâmicas das fases Caiambé e Tefé elas/eles se relacionaram. Como foram exatamente essas interações nós não podemos afirmar com certeza ainda, mas com base no que se conhece das populações indígenas atuais nós temos algumas hipóteses. Você imagina quais poderiam ser essas formas de interação que levaram à mistura dos cacos de pote de povos diferentes?



Dona Lídia, moradora da Vila Bastos segurando artefato encontrado na comunidade.

Foto: Jaqueline Gomes

Independentemente das questões que a arqueologia ainda precisa entender melhor, ela já conseguiu demonstrar: muita gente viveu, e por bastante tempo, ao redor do Lago Tefé.

Há uma história contada entre os antigos indígenas da região de que no alto Rio Tefé havia um lago que refletia o brilho das estrelas como um espelho, e ficou conhecido como o “Lago dos Espelhos”. Sabendo hoje que as margens do Lago Tefé desde muito tempo atrás são ocupadas por muitas pessoas, não apenas em quantidade, mas em diversidade, poderíamos chamá-lo de “Lago das Gentes”: gentes do passado e do presente que não podem ser esquecidas. A arqueologia, nesse sentido, estudando objetos e paisagens produzidos pelas pessoas pode ser uma ferramenta importante para contar muitas histórias, não só dos europeus, dos patrões, dos políticos, mas também de indígenas, ribeirinhos, beiradeiros, operários e tantas outras pessoas – tantas vezes esquecidas.

Por fim, convidamos todos que leram esse pequeno texto a pensar e conversar na sua sala de aula, com seus professores/as, aluno/as, colegas ou até mesmo com seus familiares e amigos/as sobre a seguinte ideia: a arqueologia mostra que os povos indígenas ocupavam densamente toda a Amazônia, e também



Visita dos moradores da comunidade Tauary ao laboratório de Arqueologia do IDSM vendo a curadoria do material trazido da comunidade.

Foto: Jaqueline Belletti

outras regiões do território que hoje chamamos Brasil; que produziam inúmeros objetos (que até hoje encantam o olhar das pessoas, não só pela sua beleza, como pela dificuldade de fazê-los); que foram capazes de modificar os solos e as paisagens de formas que nem os cientistas de hoje conseguem repetir; Logo, a arqueologia demonstra que aquelas justificativas dadas ao longo da história para a invasão das terras indígenas e extermínio desses povos não eram verdades. Então, não seria importante para o Brasil enfrentar o seu passado e assumir que os indígenas foram muito machucados e prejudicados pela invasão europeia?

Nós não podemos mudar o passado, assim como os alemães não podem apagar o Holocausto nem os Sul Africanos podem apagar o Apartheid de suas histórias, nós não podemos apagar o genocídio indígena da nossa. Mas, quem sabe “acertando as contas” com o passado não seria mais fácil impedir que novas injustiças ocorram no presente? Talvez, desta maneira, as pessoas possam entender que ainda hoje os diversos povos que vivem na Amazônia, sejam indígenas ou ribeirinhos, são extremamente prejudicados pelos interesses de pessoas de outros lugares em suas riquezas. O que você acha?

ARQUEOLOGIA E AS MARCAS DOS MUITOS SERES QUE HABITAM OS LUGARES

Um dos princípios das pesquisas realizadas na região do médio Solimões é unir conhecimento científico e conhecimento tradicional para o manejo racional e sustentável da floresta. O encontro desses conhecimentos mostra que podem existir explicações diferentes para uma mesma coisa, sobre um mesmo elemento e fenômeno. Tornar acessíveis à sociedade os diferentes modos de conhecer, assumindo como os sistemas de conhecimento são completos, é uma tarefa que arqueólogas e arqueólogos podem fazer, contribuindo para que várias explicações continuem existindo no futuro.

É muito comum que os pesquisadores e as pesquisadoras da Arqueologia procurem entender o que moradores e moradoras das comunidades assentadas sobre os sítios arqueológicos pensam sobre os cacos de barro, as plantas úteis e os solos de terra preta que formam os vestígios de antigas áreas de moradia e uso de pessoas em tempos muito antigos.

Conjunto de cacos de barro na comunidade Boa Esperança, Lago Amanã, 2019.

Foto: Acervo da autora



Quase sempre nosso trabalho conta com a ajuda das pessoas da região, que indicam lugares que conhecem com as marcas que podem ser resultados do trabalho humano. Contudo, os lugares carregam muito mais marcas que aquelas deixadas pelas crianças, mulheres e homens que ali moraram e trabalharam. As águas, os ventos, os animais, as plantas e os encantados também são elementos e seres que deixam suas marcas. Os sistemas de conhecimento dos moradores e moradoras da região do médio Solimões possuem critérios e reconhecem essas marcas que amparam o processo de dar sentidos e significados aos lugares.

Nos contextos de pesquisa com povos indígenas é frequente que os conhecimentos tradicionais e ancestrais sejam descritos e estejam presentes nos textos arqueológicos. Muitas vezes os cacos de potes de barro e concentrações de plantas podem fazer parte da história dos índios nos seus territórios tradicionais. Os rios, lagos, cachoeiras e as formações rochosas são também nomeados e fonte de histórias. Essas interpretações indígenas são baseadas nos mitos, na tradição oral e na memória.

Mas entre as pessoas que moram no Lago Amanã os vestígios arqueológicos raramente são entendidos como parte das histórias de suas famílias, e ainda mais rara é a ideia de memórias coletivas. Vários fatores contribuem para essa característica, entre eles a grande importância dos laços de parentesco e compadrio para as pessoas. São contadas histórias sobre as famílias, como abriram um lugar, como chegaram à região. Sendo comum a mobilidade das pessoas, as histórias podem se concentrar na memória de morar em diferentes lugares.

Nessas reconstruções de percursos entre lugares e histórias de vida, vemos que as paisagens estão em constante mudança marcada pelos ciclos de cheia e vazante dos rios, pelas alterações das bocas dos lagos, pela terra caída ou formação de uma nova praia. Também percebemos que algumas plantas são elementos

fundamentais nessas histórias, como a relação com as capoeiras das famílias, as seringueiras e castanheiras (é muito comum que uma pessoa idosa saiba exatamente quantos anos tem um exemplar e lembre-se quando o plantou, pois, o desenvolvimento da árvore durante o tempo é como de um filho).

Se na Arqueologia pensamos sobre um passado antigo e imemorial, as pessoas da região nos mostram que o passado está nas memórias familiares, é um passado mais íntimo e próximo. Os sistemas de conhecimentos arqueológico e ribeirinho partem de pontos diferentes para falar do passado, mas os dois possuem olhares sobre a história inscrita em diferentes suportes materiais.

A partir dos conhecimentos ribeirinhos, os lugares são povoados por muito mais seres que arqueólogos e arqueólogas são capazes de ver. A natureza é repleta de mistérios, existem seres visíveis e invisíveis, que se comunicam, que se transformam e podem parecer de diferentes formas nas visões das pessoas, mas que habitam um mesmo mundo. Eles podem ser chamados de encantados.

É comum que a presença desses seres encantados seja registrada pela oralidade, nas narrativas que pessoas mais idosas contam sobre botos que se transformam,

de quando os antigos andavam nos centros da floresta e encontravam bichos diferentes e seres curupiras, até mesmo histórias de caçadores e pescadores sobre encontros com animais que conseguem conversar, além do conhecimento de lugares que são casas e moradia que possuem donos e mães.

Por isso, neste sentido, uma concentração de tauari pode ser atribuída aos lugares de curupira e a cobra-grande pode ser a mãe dos matupás. Nesse tipo de relação, as formações vegetais e elementos do território podem ser atrelados à moradia e domínio de donos. Outras vezes, concentrações vegetais que cientistas consideram como aparentemente naturais, os moradores consideram que são também fruto do trabalho de outros seres. A cutia ao quebrar os ouriços e consumir as castanhas pode fazer nascer novas castanheiras; o guariba faz dispersar os ingazeiros, enquanto tambaquis assim fazem com as seringueiras e mungubas às margens dos igapós ou com as palmeiras de jauari. Ainda que árvores possam ser consideradas plantações de seres e animais determinados, em alguns contextos elas podem ser atribuídas também ao trabalho humano. A palmeira de jauari ao mesmo tempo que é planta de tambaquis, também pode demarcar locais de antigos povoados, pois nasce após as pessoas descartarem as sementes que estavam na barriga do peixe.

Palmeiras Jauari
no Igarapé
do Baré, Lago
Amanã, 2019.

Foto: Acervo da
autora.



Diferentes lugares também podem ser associados à cobra-grande, que pode deixar marcas com seu movimento nas águas, seus sinais podem ser vistos no rebojo do rio, no crescimento das águas e observados durante as vazantes e seca, com a formação de praias nas quais são deixadas marcas como um poço. Uma outra marca importante da cobra-grande pode ser vista com as mudanças das bocas dos lagos com o passar do tempo. Ela também pode criar lugares específicos, os matupás. Há uma associação entre os temporais e os movimentos da cobra-grande, quando eles são muito fortes podem indicar a mudança da morada desses seres.

As narrativas sobre encontros com botos, com curupiras e as marcas da cobra-grande também poderiam ser pensadas como históricas? Muitos relatam que no tempo dos antigos era mais comum uma pessoa ser levada ao fundo, ser encantada ou sofrer com assombro de bicho. Mesmo que atualmente seja diferente, é fundamental que possamos registrar e valorizar essas narrativas não como lendas ou histórias fantasiosas, mas antes, como experiências e histórias vividas, como parte dos conhecimentos que as pessoas possuem e elaboram sobre o mundo.

Alguns textos deste livro mostram como arqueólogas e arqueólogos procuram construir as narrativas sobre um passado muito antigo. Os lugares possuem histórias de longa duração, começando lá no tempo dos índios, materializadas nos sítios arqueológicos que hoje são comunidades. As pesquisas também buscam evidenciar a transformação cultural da floresta com as concentrações de plantas úteis (rebolados de castanhas, estradas de seringa, concentrações de palmeiras – como bacaba, açaí, piquiá, buriti) e mostram como é importante registrar as plantas usadas antigamente e hoje, as formas como as pessoas cultivam suas roças e manejam a floresta.

Do mesmo modo podemos mostrar que os conhecimentos para abertura de um lugar para morar, fazer roça ou sítio, aqueles usados para a coleta e caça, envolvem a avaliação da disponibilidade de recursos naturais, noções específicas para usar esses recursos a partir dos saberes dos antigos, mas também é muito importante conhecer uma rede de relações entre pessoas humanas, animais, plantas, encantados, mães/pais/donos dos bichos e da natureza.

E você, já ouviu histórias de encantados? Já pensou como elas mudaram com o tempo? Acha que é possível refletir sobre elas como um registro histórico da relação das pessoas com os seus lugares?



ARQUEOLOGIA DA FLONA TEFÉ

A FLONA Tefé possui poucas pesquisas arqueológicas, mas já apresentou casos únicos e muito interessantes para a arqueologia amazônica. Como em muitas áreas da Amazônia, a presença humana no passado pode ser percebida em cacos de cerâmica encontrados ao redor das comunidades e principalmente nas praias que se formam nos períodos secos do ano. Esses fragmentos, muitas vezes belamente decorados, faziam parte de vasilhas usadas para as mais diferentes atividades no passado. Mas não é só aí que estão os vestígios arqueológicos da FLONA, a floresta e o solo também apresentam sinais de terem forte influência humana.

Mas quem eram esses povos do passado? O que aconteceu com eles? E por que encontramos seus vestígios ao longo da FLONA Tefé?

A FLONA-Tefé e as pesquisas arqueológicas no Lago Tefé

Para começar a responder essas perguntas precisamos entender um pouco mais sobre a FLONA e sobre as pesquisas arqueológicas em seu território. A Floresta Nacional de Tefé é uma Unidade de Conservação com um território de 866 mil hectares divididos entre os municípios de Tefé, Alvarães, Juruá, Urini e Carauari. Na FLONA vivem mais de 700 famílias, ao todo cerca de 3500 pessoas, em 90 comunidades, entre área interna e entorno. A FLONA é cortada por 2 rios importantes, o rio Tefé e o rio Bauana, que ajudam na formação do grande Lago Tefé.

As primeiras pesquisas na área da FLONA Tefé foram realizadas por Bernardo Costa e Claide Moraes em 2006. Essa primeira etapa se resumiu a um breve levantamento de sítios arqueológicos, uma etapa de pesquisa baseada em entrevistas nas quais arqueólogos perguntam para pessoas das comunidades se já viram os vestígios que estudamos, como cerâmica

ou terra preta - solo escurecido produzido a partir da atividade indígena do passado. Essa etapa teve como resultado a identificação de 19 sítios em comunidades, percebidos a partir de cacos de cerâmica e de terra preta. Um dos sítios identificados foi o sítio Tauary, na zona próxima a FLONA, chamada de zona de amortecimento. Na época foi identificado apenas um grande número de fragmentos cerâmicos, mas como veremos mais à frente possuía muito mais do que isso.

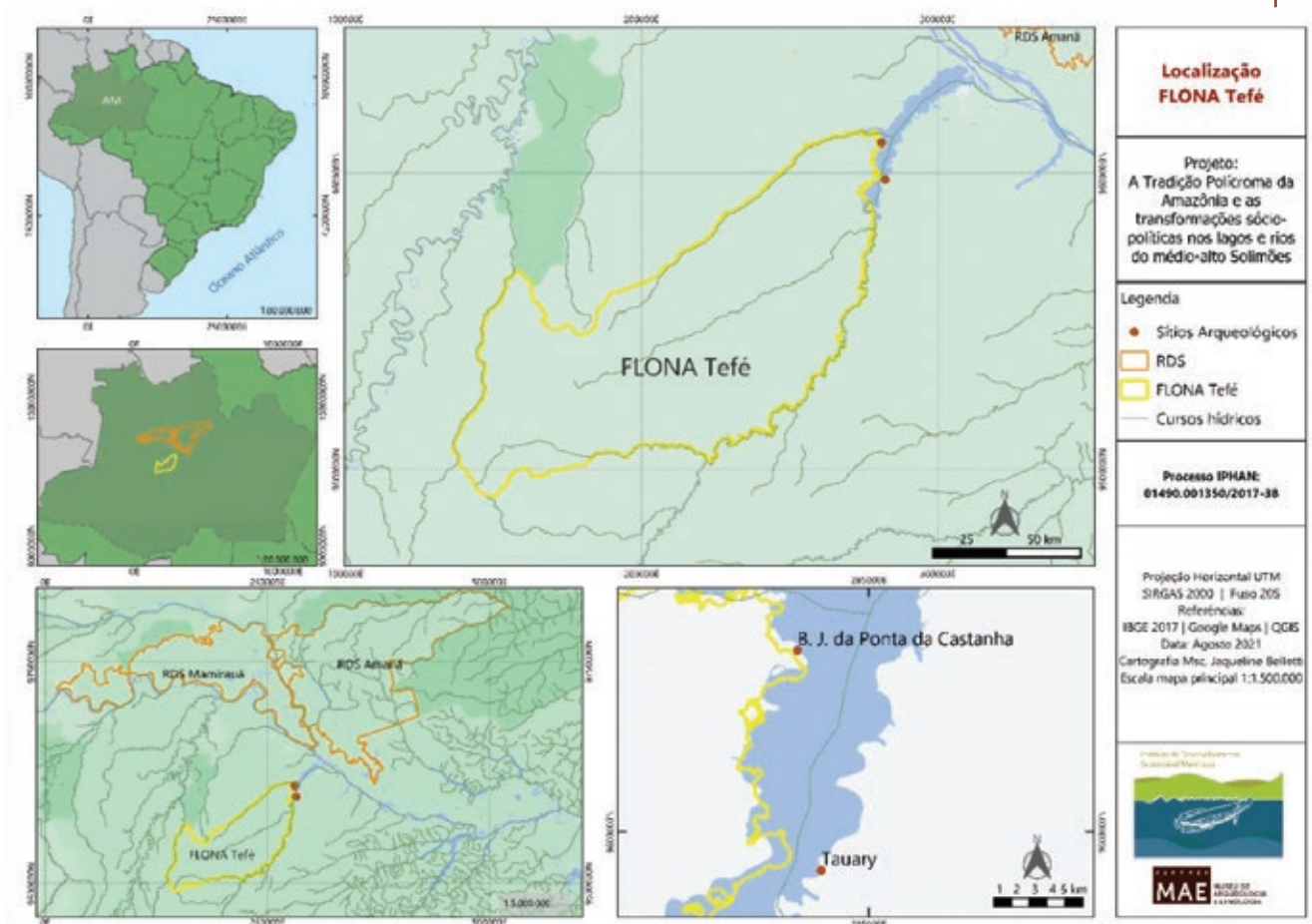
Anos depois dessa pesquisa, Jaqueline Belletti, entre 2012 e 2015 dedicou seu mestrado a compreender a história do Lago Tefé, abordando menos diretamente a área da FLONA. Belletti foi responsável pela identificação de 22 sítios no Lago Tefé, incluindo sítios importantes da FLONA como o sítio Ponta da Castanha (já voltaremos a ele). A autora também realizou escavações arqueológicas em um dos sítios identificados, o sítio Conjunto Vilas, próximo ao encontro entre o Lago Tefé e o Rio Solimões. No fim de seu mestrado, Belletti ainda estudou 6 urnas funerárias antropomorfas, ou seja, com características visuais humanas, encontradas em 2014 na comunidade Tauary. Quem encontrou esse material foram os próprios comunitários durante uma obra de ampliação da escola da comunidade. Os comunitários registraram as urnas e rapidamente entraram em contato com Belletti que as levou para o Instituto Mamirauá para pesquisas. Em 2018 foi feita uma grande escavação nesse sítio com a equipe do Instituto que revelou mais 9 urnas enterradas.

A partir de 2018, comecei minha pesquisa da área do Lago Tefé, tendo como foco a área da FLONA. Nesse ano fiz um levantamento na foz do rio Bauana, onde identifiquei 4 sítios arqueológicos, tanto com material muito antigo, quanto com material mais recente, como vidros de remédio da década de 1920 e restos de vasos de louça. No ano seguinte, junto à equipe do Mamirauá e de pesquisadores de diversas regiões do Brasil, fizemos uma etapa de 30 dias para escavar o sítio Ponta da Castanha, na comunidade Bom Jesus da Ponta da Castanha.

É a partir dessas pesquisas sobre os sítios e os materiais arqueológicos que arqueólogos e arqueólogas podem reconstruir a história antiga dessa região. O principal vestígio estudado foi a cerâmica, mas outros vestígios como restos de sementes antigas e ossos de animais também foram abordados. Alguns desses vestígios foram datados, a partir da técnica do carbono-14, um procedimento físico-químico que nos dá uma noção da idade desses objetos, revelando mais ou menos a antiguidade de sua produção.

Mapa da FLONA-Tefé e seus dois principais sítios.

Adaptado de ICMBio, 2014.



O que se sabe até o momento da História antiga da FLONA-Tefé

Temos alguma noção da história antiga da região, embora ainda falte muito a conhecer. Sabemos que pessoas habitavam o Lago Tefé e, provavelmente, a FLONA-Tefé há mais de 2000 anos atrás. Esses primeiros habitantes que conhecemos parecem ter sido também os primeiros a alterar de forma significativa a paisagem da região, introduzindo novas plantas

no ambiente e iniciando o processo de formação das terras pretas, são as ocupações que chamamos de Pocó-Açutuba. Pouco após esse momento, ao redor de 1500 anos atrás, deixamos de encontrar vestígios da ocupação Pocó-Açutuba e temos a presença de uma outra ocupação também encontrada na área da FLONA, a fase Caiambé da Tradição Borda Incisa.

Na região do Lago Tefé outra ocupação aparece junto a fase Caiambé, a chamada fase Tefé da Tradição Po-

lícroma da Amazônia. Foram esses grupos indígenas que começaram a fazer urnas funerárias antropomorfas, como aquelas que encontramos no sítio Tauary. No Médio Solimões, como vimos anteriormente, essas relações parecem ter sido mais baseadas em trocas e na integração entre os grupos, o que pode ser percebido na cerâmica da região, onde algumas cerâmicas Borda Incisa tem aspectos da cerâmica Polícroma e vice-versa. Essas diferenças fazem da região do Lago Tefé e da FLONA-Tefé um local muito interessante para as pesquisas sobre a chamada Tradição Polícroma e entendê-las é um dos objetivos da minha pesquisa.

Tauary e Ponta da Castanha: os sítios arqueológicos estudados da FLONA-Tefé e suas comunidades

O sítio Tauary, no rio Tefé, acima do lago, tem características únicas na arqueologia da Amazônia, e sua pesquisa detalhada é importantíssima para entender o período associado a Tradição Polícroma e seu final. Apesar de possuir alguns vestígios ligados a outras atividades do cotidiano, o sítio Tauary parece ser especialmente um sítio ligado a atividades relacionadas ao enterramento dos mortos, indicado pelo grande número de urnas funerárias encontradas. As urnas da Tradição Polícroma tem decorações extremamente detalhadas que nos dão pistas interessantes sobre as vidas desses povos indígenas, suas crenças e as concepções que estes tinham sobre a morte e, portanto, sobre a vida. Algumas características, como os animais desenhados junto a corpos e rostos humanos e a presença de bancos, se destacam e indicam que esses mortos poderiam ser xamãs, pessoas importantes dentro dos grupos indígenas por sua capacidade de se comunicar com seres não-humanos, como animais e espíritos. Sabemos que uma das urnas encontradas em 2014 pelos moradores da comunidade foi produzida ao redor de 450 anos atrás, indicando que mesmo com as primeiras levas de europeus passando pela Amazônia, esses grupos se mantinham culturalmente ativos. Abaixo das ocupações da Tradição Polícroma foi encontrada uma ocupação ceramista local ainda pouco conhecida, e por isso ainda não nomeada, mas que possui mais de 2 mil anos de antiguidade.

Sítio Ponta da Castanha na comunidade Bom Jesus da Ponta da Castanha.

Foto: Bernardo Oliveira, Instituto Mamirauá.



Urnas funerárias escavadas em etapa de 2018 na comunidade Tauary.

Fotos: Acervo Grupo de Arqueologia, 2018

O sítio Ponta da Castanha, por outro lado, parece ter uma história distinta. O sítio se localiza entre a foz do rio Bauana e a altura do rio Tefé onde este se transforma no Lago Tefé. A posição entre os dois rios faz desse local muito valioso, em termos de acesso estratégico aos rios. As ocupações que encontramos no sítio dão conta dessa importância, pois encontramos materiais associados às ocupações Pocó-Açutuba, Borda Incisa e Polícroma, além da mesma ocupação local pouco conhecida encontrada no sítio Tauary. Também há vários indícios de ocupações durante o período colonial. Essas ocupações tiveram influência na composição das florestas da área, especialmente no grande castanhal que atravessa o sítio, que aparenta ser fruto do manejo milenar de indígenas e não indígenas. O sítio parece ter sido reocupado ao longo do tempo até hoje, com a comunidade Bom Jesus da Ponta da Castanha.



A ARQUEOLOGIA E AS PRÁTICAS FUNERÁRIAS

A Arqueologia amazônica ficou mundialmente conhecida ainda no século XIX por causa dos contextos funerários encontrados na Ilha de Marajó (Estado do Pará) e no Estado do Amapá (**Fig. 1**). Desde então, centenas de contextos funerários foram encontrados em toda a Amazônia, chamando cada vez mais atenção para a diversidade de maneiras de se tratar os mortos. O principal elemento que “saltou aos olhos” na época (e que ainda chama atenção) foram as Urnas Funerárias.

Como a Amazônia foi ocupada por mais de 12 mil anos, é comum que hoje em dia as pessoas ocupem locais que um dia já foram ocupados e encontrem diferentes urnas nos seus quintais e roças. Às vezes, quando estão bem preservadas, elas são reconhecidas como urnas automaticamente, em outras, elas são identificadas como vasos ou estatuetas, o que também não deixa de ser verdade.



Figura 1
Urna Aristé encontrada no Amapá.
Esta urna se encontra no NUPARQ IEPA.
Foto: Anne Rapp Py Daniel

Mas, ao final, o que são urnas funerárias?

Para responder a essa pergunta, antes precisamos conversar sobre algumas ideias.

Primeiro, alguns eventos são comuns a toda a humanidade. Todas as sociedades, de todos os locais e de todos os tempos tiveram de lidar com eles. Dentre eles dois eventos são muito importantes: o **nascimento** e a **morte**.

Como cada população lida com a vida e a morte depende do que chamamos de **cultura**. Não existem regras universais... por isso não existem regras para como as pessoas lidam ou lidavam com a vida e com a morte, mas uma coisa é certa: o tratamento dado aos entes queridos falecidos não é aleatório. Sempre que é realizável, as famílias e as sociedades em geral respeitam as normas sociais estabelecidas sobre como se relacionar com o morto e farão o possível para sepultá-lo da maneira que consideram como correta.

Temos que pensar que quando uma pessoa morre surge uma instabilidade social, às vezes essa instabilidade ocorre dentro só de uma família, quando falamos de lideranças a crise pode se estender para toda uma comunidade ou mesmo um país. Algumas sociedades optam por realizar enterros rápidos, acompanhados ou não de rezas e rituais; outras populações preferem manter o ente querido próximo o máximo possível; ainda há aquelas que sentem a necessidade de ficar visitando não só o local do sepultamento, mas o próprio morto e muitas vezes acabam mudando os restos mortais de lugar; também temos comunidades que acreditam que é preciso queimar os corpos para que os mortos atinjam a paz e possam descansar. Como dissemos antes, essa grande variedade de tratamentos funerários está ligada ao que as pessoas, dentro das diferentes sociedades, acreditam que é o melhor para elas e para o morto, seguindo suas culturas, suas religiões, suas situações financeiras, etc.



Figura 2
Urna Polícroma encontrada em Tauary em 2018.
Foto: Anne Rapp Py Daniel

Hoje em dia, no interior da Amazônia, é muito comum que as pessoas enterrem seus entes queridos em um cemitério comunitário ou os levem até a cidade mais próxima. Também é normal que os cemitérios de adultos e crianças sejam separados. Como ritual, normalmente, temos o velório, onde membros da família e da comunidade prestam respeito ao morto e à família e depois o enterramento. Mas isso nem sempre é assim. Outras maneiras de se despedir dos entes queridos existiam e ainda existem na Amazônia. Antigamente, muitas outras religiões, crenças e maneiras de ver a morte existiam. Algumas delas ainda permanecem em comunidades indígenas, normalmente mais afastadas dos centros urbanos ou das grandes rotas de circulação.

Assim, acabamos voltando às urnas funerárias, elas são de muitos tipos e formas, algumas decoradas, algumas grandes, outras pequenas (**Fig. 2**). Na maior parte das vezes essas urnas eram grandes potes feitos de barro, elas eram queimadas como vasos cerâmicos utilitários e depois utilizadas como **morada** final dos mortos. Algumas eram enterradas, enquanto outras eram depositadas na superfície. Dependendo do tamanho das urnas, era possível colocar um indivíduo inteiro dentro delas sentado. Nas menores, era necessário que a família fizesse pelo menos dois momentos de tratamento do corpo, o primeiro envolvia transformar o corpo em ossos ou ossos e cinzas, enquanto que o segundo momento seria o de juntar esses remanescentes e colocá-los nas urnas para depois enterrar ou deixar exposto. O tempo da exposição de um morto dependendo muito do que uma família precisava fazer antes de enterrar: esperar todos os familiares cheguem? Terminar os rituais? Preparar os vasos?

E a região de Tefé?

Através do estudo arqueológico aprendemos que em várias comunidades de Tefé existem relatos de “bocas de potes” aparecendo nos quintais, nas pontas, nas áreas das escolas, etc. Essas bocas de potes são, na grande maioria das vezes, urnas funerárias.

Os dois principais tipos de contextos e urnas conhecidas nessa região são:

- 1 Grandes urnas de quase 1m de altura e o mesmo de diâmetro, normalmente depositadas em grandes áreas e possuindo pouca decoração. Como por exemplo na comunidade da Boa Esperança, onde essas urnas foram depositadas uma de cada vez e, dentro delas, além dos indivíduos mortos, haviam também objetos como pratos e potes de cerâmica ou estatuetas. Na região do Lago Amanã foram escavadas várias urnas funerárias até o presente, provenientes do Sítio São Miguel do Cacau, Bom Jesus do Baré e Boa Esperança. Nesses casos o que vemos são cemitérios de urnas, em vez de caixões como fazemos hoje em dia, as urnas eram colocadas no solo marcando os locais definitivos dos sepultamentos (**Fig 3 e 4**).



Figura 3
Material encontrado dentro de uma urna do Lago Amanã.
Foto: Jaqueline Gomes



Figura 4
Urna do Lago Amanã.
Foto: Acervo Grupo de Arqueologia



2 Também existem urnas que variam de 20cm a 70cm e que possuem uma decoração muito rica, muitas vezes representando corpos de pessoas, animais ou desenhos geométricos. Elas podem ser pintadas de muitas cores (branco, vermelho, preto, marrom e laranja). Essas urnas foram normalmente encontradas aglomeradas, esses conjuntos podendo conter 2, 3, 4 até 9 urnas. Sendo todas elas colocadas ao mesmo tempo no mesmo local. A decoração dessas urnas está provavelmente ligada ao que as pessoas daquela sociedade achavam bonito, mas também representam símbolos importantes para os mortos. Até agora elas foram encontradas principalmente em comunidades em torno do Lago Tefé, como em Tauary. Esse material foi datado próximo da época dos primeiros contatos com os europeus, por volta do século XV, mas existem urnas parecidas ao longo dos Rios Madeira e Solimões que são mais antigas. Ainda não sabemos se todas pertenciam a uma só população ou se eram pessoas que compartilhavam de uma crença comum (**Fig 5 e 6**)



Figura 5
Urnas encontradas na comunidade de Tauary em 2018.
Foto: Acervo Grupo de Arqueologia

Figura 6
Urna Encontrada em Tauary em 2018.
As quebras foram causadas pelo peso da terra em cima do vaso que estava deitado.
Foto: Anne Rapp Py Daniel

E os estudos de remanescentes humanos? O que podemos aprender com os ossos?

O estudo dos sepultamentos traz muitas informações sobre o que as pessoas acreditavam e como elas agiam no momento da morte. Mas além disso, esses estudos trazem informações sobre quem eram essas pessoas no passado.

VOCÊ SABIA:

- Que com os ossos da bacia e do crânio podemos **identificar** se o indivíduo era biologicamente homem ou mulher?
- Que **crianças têm mais ossos do que um adulto**? E que esses ossos vão se juntando ao longo da vida para atingir o formato adulto? E por isso podemos saber as idades dos indivíduos sepultados.
- Que os **dentes** trazem muitas **informações** sobre a saúde e sobre o que as **pessoas comiam**? Por exemplo, cáries indicam alimentações ricas em açúcares, enquanto desgastes importantes dos dentes podem indicar a idade avançada, doenças (como bruxismo) ou que as pessoas comiam alimentos muito abrasivos.
- Que as **atividades** que nós fazemos **mudam** os **nossos músculos**, e os **nossos ossos**? Por exemplo, pessoas que passam muito tempo agachadas têm articulações maiores nos dedos do pé (principalmente o dedão); remadores têm os ossos dos braços e dos ombros mais fortes e desenvolvidos.
- Que **ossos quebrados**, podem ser identificados **muitos anos** depois?

Outra possibilidade hoje em dia são os estudos de DNA, através dessas análises sabemos que todas as populações americanas têm origens comuns e que elas começaram a ocupar o continente há mais de 15 mil anos atrás. Uma informação interessante é que na grande maioria das vezes, somente o material genético passado pelas mães se preserva no material ósseo antigo, é o DNA chamado de mitocondrial, por isso, em muitas regiões o que temos são as histórias das filhas, mães, avós e bisavós e como elas migraram e ocuparam o continente.

Para concluir...

O estudo de contextos funerários é sempre muito delicado, é preciso ter muita **responsabilidade** ao se mexer nesses locais. Hoje em dia, na grande maioria das vezes, arqueólogos/as na Amazônia só escavam esses locais se percebem algum risco para os sepultamentos (por exemplo, material exposto se degradando ou uma área que vai passar por grandes obras e os sepultamentos serão destruídos). Outras vezes esses profissionais estão atendendo a demandas das comunidades, que querem que os sepultamentos sejam retirados das áreas de circulação. Há também os casos em que se descobre um sepultamento depois de se ter iniciado a escavação, nesses casos é obrigatório cuidar do contexto e fazer uma escavação o mais detalhada possível. Visto o cuidado que temos que ter nessas situações, é necessário tempo (paciência!).

Apesar de diferentes sociedades se relacionarem de maneiras diversas com seus mortos (tocando; não tocando; lavando; perfumando; guardando os ossos ou as cinzas em casa; doando para a ciência; enterrando em cemitérios; deixando exposto, etc.), os arqueólogos/as SEMPRE devem partir do princípio que o local de um sepultamento é especial (ou foi especial para alguém no passado) e significativo, por isso deve agir de maneira ética com os remanescentes, com os objetos, com o local e com as pessoas que possam estar assistindo à escavação (**Fig. 7**).



Figura 7

Comunidade de Tauary observando a condução dos trabalhos arqueológicos solicitados por eles ao Mamirauá.

Foto: Acervo Grupo de Arqueologia

CONSERVAÇÃO ARQUEOLÓGICA - O LAGO AMANÃ E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Sabemos que objetos ou coisas quando deixadas ou abandonadas por muito tempo no sol e chuva, às vezes se deterioram e noutras se preservam. Porém, quais os fatores que agem sobre os objetos provocando danos ou ajudando para sua conservação? Como é que acontecem esses processos de deterioração? Como que os diferentes materiais com os quais as coisas são feitas interagem com o ambiente e as pessoas? E o que podemos fazer para conservar melhor aquilo que queremos preservar para nós e para o futuro? Como restaurar coisas que já sofreram diferentes perdas?

Essas são perguntas que a área chamada Ciência da Conservação tenta responder. Através do diálogo com diferentes conhecimentos, tradicional e científico, como a arte, o artesanato, a física, a química, a biologia, a história e a arqueologia, o/a conservador/a-restaurador/a busca compreender diferentes processos de degradação. Essas ações podem acontecer com objetos históricos e arqueológicos - vasos, fragmentos, estatuetas, vidros, tecidos, pinturas, construções, coisas que contam histórias e trazem informações sobre o passado e valores do presente - que encontramos e estudamos. Sabe aquele objeto antigo que você tem em casa e está todo gasto? Então, ele passou por esse processo.

O objetivo desses estudos é entender como as coisas são feitas e como elas se relacionam com o ambiente onde estiveram no passado e no que estão inseridas no presente. Entender o que acontece e como os materiais envelhecem é importante para pensarmos qual o tratamento necessário para 'desacelerar' processos que podem estar provocando a deterioração dos materiais (quebra, perda de partes ou fragilização) de forma mais acelerada. Esse conhecimento também é importante para decidir como conservar as coisas de maneira mais adequada e, assim, preservá-las para futuras gerações. Em outras palavras, podemos dizer que o objetivo da Conservação é encontrar um modo de dar estabilidade para as coisas se preservarem,

respeitando sua forma, seus valores e significados, preservando as múltiplas informações que guardam quando reconhecidas como patrimônio da gente.

Muitas vezes, para que os significados e informações associados aos objetos sejam valorizados, é necessário que o tratamento realizado pelo/a conservador/a-restaurador/a, além de conservar preventivamente novas perdas através do monitoramento do ambiente, também restaure partes já perdidas ou degradadas. A restauração é uma ação delicada, que deve ser realizada de acordo com princípios e métodos estudados, e tem a intenção de reconstituir características dos objetos para que eles sejam reconhecidos pelas pessoas que o produziram, e melhor compreendidos por aqueles que convivem ou estudam sua história. A restauração está relacionada com a valorização de características estéticas, formais ou simbólicas, e deve ser definida levando em consideração os diferentes grupos ou pessoas que se identificam, estudam ou trabalham com o patrimônio.



Vasilha em processo de restauração no Laboratório de Arqueologia do Instituto Mamirauá.

Foto: Acervo Grupo de Arqueologia

Quando discutimos sobre a gestão do patrimônio arqueológico, a ciência da Conservação é uma das disciplinas que se dedicam ao estudo das coisas e pode colaborar no monitoramento das condições adequadas para a preservação dos materiais e histórias, tanto dentro de lugares fechados, como propondo estratégias de conservação compatíveis com ambientes abertos. De um jeito ou de outro, as coisas se conservam quando nós as conhecemos, estudamos e protegemos.

Portanto, quando falamos em conservar, devemos sempre nos perguntar como, porque e para quem, pois a responsabilidade pela preservação da cultura material – coisas as quais conferimos um valor cultural, ressignificando-as para além de sua condição de vestígio ou fragmento – é algo que perpassa várias esferas sociais e áreas do conhecimento.

Atualmente, tem-se dado maior atenção para ações que buscam a preservação ou gestão do patrimônio envolvendo um conjunto amplo de atividades, pesquisas, coisas, paisagens e pessoas. Para a elaboração e realização de um projeto de preservação e gestão, não existe um único profissional, ao contrário, é necessária uma abordagem multidisciplinar, na qual uma série de pessoas que se vêem representadas ou interessadas, podem ser envolvidas: educadores/as, moradores/as, arqueólogos/as, conservadores/as, historiadores/as, museólogos/as, documentalistas, turistas, gestores/as, entre outros/as. Ações para a preservação ou gestão do patrimônio (seja arqueológico, histórico ou atual) devem ser pensadas através do diálogo entre os diversos grupos envolvidos para a troca de experiências e uma compreensão ampla dos significados e valores da cultura material e imaterial, para a comunidade, a região e o território brasileiro.



Monitoramento, estudo e curiosidade sobre o patrimônio arqueológico, atividades realizadas na comunidade da Boa Esperança e do Kalafate.

Foto: Acervo Grupo de Arqueologia

Por que o monitoramento pode ajudar a entender o passado, valorizar o presente e preservar o patrimônio?

Para preservar e estudar os potes e cacos antigos, muitas vezes os/as arqueólogos/as precisam levar esse material para um laboratório, onde é possível observar mais detalhes, e o/a conservador-restaurador pode também tratar partes perdidas ou danificadas. Depois as coisas são expostas ou guardadas em lugares monitorados, para manter o patrimônio arqueológico em condições de estabilidade e acessível para outras pessoas olharem e estudarem. Porém, nem sempre tirar os potes do lugar onde estão há tanto tempo é a melhor e, principalmente, não é a única alternativa para conservá-los e protegê-los.

Falamos várias vezes que na Amazônia é comum que sítios arqueológicos estejam localizados nas áreas que são atualmente ocupadas pelas comunidades. A relação das pessoas com as coisas e suas histórias pode variar muito de um lugar para o outro, então precisamos pensar estratégias e soluções locais para fortalecer e preservar essa relação.

Mas a relação das coisas com o ambiente geralmente é bem parecida. Os potes e cacos de antigos normalmente começam a aparecer quando a terra da comunidade começa a ir embora junto com as mudanças da cheia e da seca, principalmente nos lugares que não tem mais vegetação protegendo o solo. Quando o pote aparece na superfície, acontece sempre de ficar mais frágil, sujo e fácil de quebrar quando está molhado. Também é comum que em alguns lugares da comunidade encontremos mais potes e cacos de cerâmica do que em outros.

O mapeamento das diferentes áreas arqueológicas da comunidade e a atividade de monitoramento dos vestígios arqueológicos no local onde eles aparecem, nos ajuda a coletar uma série de informações importantes para a pesquisa arqueológica, mesmo sem retirar os cacos e potes da terra. Com o monitoramento é possível visualizar como eram muitos desses potes, seus desenhos, o tipo de argila, sua localização, se estavam enterrados juntos, enfim, informações e significados que nos permitem pensar na história das populações que viveram e vivem nesses lugares.



Observação de vasilha arqueológica 'in situ' na comunidade Boa Esperança.

Foto: Sílvia Cunha Lima.

Ao mesmo tempo, quando elaboramos soluções para proteger e preservar os potes antigos, também estamos preservando a comunidade e sua terra, ou vice-versa, pois quando colocamos barreiras para evitar que a terra seja lavada após as chuvas ou replantamos a vegetação para segurar o solo, também estamos protegendo o patrimônio mantendo os potes enterrados.

Todos esses conhecimentos sobre a história, as coisas e o ambiente, que é de quem mora na comunidade, pode ser organizado na atividade de monitoramento e é muito importante para conseguirmos elaborar ações de conservação e gestão dos sítios arqueológicos que correspondam às expectativas dos/as moradores/as, alimentem as pesquisas, e sejam adequados perante a legislação.

Para concluir, é importante lembrar que todo projeto ou estratégia adotada para a conservação e gestão do patrimônio, além de partir de um estudo multidisciplinar, deve ter suas ações monitoradas, assim como atualizadas continuamente, pois a relação entre as coisas, as pessoas e o ambiente segue acontecendo cotidianamente, agindo direta ou indiretamente sobre a preservação da história de nossos lugares e nossos povos.



Documentação fotográfica da vasilha denominada BE.06 (2014), posteriormente identificada C. 15-A (2015):

2014 BE.06

nº de fragmento	13
área exposta	bojo superior
diâmetro	60 cm
altura	15 cm
espessura	2 cm comprimento
maior fragmento	50 cm
resistência ao risco	sim
contexto	úmido
cor da pasta	alaranjada
decoração	acanalado com incisão dupla e engobo vermelho

Obs: Área recentemente exposta (5cm) não apresenta formação de liquem. Camada espessa de liquem recobrindo a superfície exposta a mais tempo. Área úmida da cerâmica próxima do solo não apresenta resistência ao risco.

2015 C.15 – A

nº de fragmento	5
área exposta	bojo superior (carena)
diâmetro	70 cm
altura	4 cm
espessura	1,5-2, 5 cm comprimento
maior fragmento	25 cm
cor da pasta/superfície	clara (creme)
cor da pasta/núcleo	cinza escuro
resistência ao risco	média
decoração	não observável
contexto	úmido

Obs: vaso exposto no talude, com algumas áreas esmigalhadas. Área exposta bojo inferior e parte do bojo superior. Superfície cerâmica corresponde à uma fina camada oxidada com núcleo escuro.

Exemplo de documentação realizada na atividade de monitoramento do patrimônio arqueológico realizada em 2014 e 2015 na comunidade Boa Esperança.

Foto: Sílvia Cunha Lima

OS ESTUDOS ICONOGRÁFICOS NA ARQUEOLOGIA

O que é iconografia?

Iconografia é o nome que se dá ao estudo das imagens, e às possíveis formas de linguagem relacionadas a elas. **Ícono** vem do grego eikon, que significa **imagem** ou ícone e **grafia** é a **escrita**. Mas isso não quer dizer que a iconografia é o estudo da escrita através das imagens. Nem todas as imagens podem ser “lidas” e interpretadas como um texto.

Algumas imagens são apenas imagens, sem um significado oculto; produzidas apenas com o intuito de embelezar ou de diferenciar um objeto. Por isso o estudo da iconografia, na Arqueologia, é o estudo das imagens e da arte de um povo sem considerá-las uma forma de escrita. As duas principais formas de entender a iconografia são:

- 1 Considerar as imagens como uma “linguagem”, ou seja, um modo de comunicar determinadas coisas. Elas podem passar uma mensagem específica, contando uma história ou um mito ou elas podem representar personagens, pessoas, animais, importantes no imaginário e no cotidiano de um coletivo de pessoas.
- 2 Podemos também entender a criação de imagens (sejam abstratas ou figurativas) como um jeito de enfeitar e diferenciar os objetos, tornando-os uma referência visual do povo que os produziu ou definindo uma função para aquele objeto (objetos usados em ocasiões específicas como festas e cerimônias podiam ter características diferentes dos demais objetos).

Por isso, o estudo iconográfico, na Arqueologia, se preocupa atualmente em entender as decorações dos artefatos e as formas de Arte produzidas pelas pessoas do passado, e como isso expressava aspectos de suas culturas, seus modos de vida, em que acreditavam e como entendiam o mundo.

Hoje em dia nós também temos o costume de decorar as coisas. Seja para enfeitá-las e deixá-las mais bonitas, seja para diferenciá-las das coisas dos outros. Por exemplo: materiais como panos de prato e peças de enxoval são geralmente bordados com desenhos que representam flores, frutas, animais ou mesmo iniciais e nomes de pessoas. A arte de se fazer o bordado e as imagens que bordamos são ensinadas por nossas mães e avós ou por pessoas próximas. Isso é uma forma de se passar o conhecimento de determinada arte por gerações e entre diferentes pessoas. As cerâmicas feitas por povos indígenas, hoje em dia, têm desenhos (que chamamos de “grafismos”) que podem imitar características de animais (como as pintas da onça ou o casco do tracajá) ou contam histórias de personagens míticos e de cenas do dia a dia, desde a origem do mundo até a caminhada das formigas. Neste caso os desenhos são uma forma de ensinar as coisas sobre o mundo e sobre a existência das pessoas e dos animais.

Por isso que, ao estudar a iconografia dentro da Arqueologia, estamos estudando as imagens produzidas pelas sociedades do passado e o que estas poderiam dizer, expressar e comunicar.



Urna funerária encontrada na comunidade de Tauary, com desenhos e partes esculpidas que mostram rostos humanos, serpentes e pássaros como o urubu-rei, outro personagem importante nas memórias e histórias indígenas sobre a criação do mundo. Abaixo, o desenho das pinturas na tampa da urna mostram um rosto humano e uma serpente.

Foto: Erêndira Oliveira,
Acervo Grupo de Arqueologia



As urnas funerárias

Em Tauary, as “urnas funerárias” encontradas pelos moradores locais e estudadas junto com arqueólogas/os do Instituto Mamirauá ficaram famosas e apareceram em sites e revistas pelo Brasil. Essa fama das urnas não se deu apenas pela sua natureza, como um “recipiente” para os mortos, mas também porque elas tinham a forma de corpos humanos, com desenhos bem elaborados e em diferentes cores. O corpo de barro da urna, que era como um vaso do tamanho de um filtro de água, tinha sido modelado com rosto, barriga, tronco, braços e pernas e pintado por todas essas partes, da mesma forma que os povos indígenas pintam seus corpos.

A pintura, entre os povos indígenas, pode servir para outras coisas além de enfeitar e embelezar o corpo. Ela pode representar a identidade de um povo e diferenciá-lo de outro. Será que as urnas eram então pintadas para enfeitar seus corpos, do mesmo jeito que quem estava enterrado pintava seu corpo? E será que essa pintura representa a identidade visual de um povo? Por que será que os indígenas decoravam com tanto cuidado um objeto que ia ser enterrado e não ia ser mais visto?

Como nós, arqueólogos e arqueólogas, podemos interpretar esses objetos em sua forma, decoração e função? Nós podemos pedir ajuda para os atuais parentes dessas pessoas. Os povos indígenas do presente guardam muito conhecimento de seus antepassados e embora seus costumes tenham mudado no decorrer da história eles ainda podem nos ajudar a interpretar os povos antigos. Por isso o diálogo com essas pessoas é importante para os arqueólogos, principalmente aqueles que estudam as formas de arte do passado. Os indígenas atuais ainda decoram muito seus objetos e conhecem técnicas ancestrais de produzir imagens.

Por exemplo: As urnas funerárias de Tauary têm vários desenhos que parecem representar uma cobra. O que isso poderia dizer? Será que a cobra era um animal importante? Como? Por quê?

Não sabemos, mas podemos propor algumas hipóteses. Para muitos povos indígenas atuais a cobra é um animal extremamente importante. Isso porque ela é o personagem principal de vários mitos diferentes que dizem respeito à origem dos humanos e do próprio mundo. Alguns veem as serpentes como sabias que

ensinaram aos humanos como pintar e desenhar. Isso não quer dizer que a cobra representa a mesma coisa para os povos do passado. Mas, se compararmos com o que sabemos hoje, podemos pensar que o fato de uma cobra estar desenhada nas urnas onde eram enterrados os mortos a torna um animal importante para aquelas pessoas. A cobra poderia até mesmo ser parte da identidade visual daquele povo.

Por que então é importante estudar a iconografia?

O estudo da iconografia, na Arqueologia, nada mais é que o estudo da arte dos povos antigos e como estes se expressavam através de seus objetos e de suas criações. A decoração de uma panela é tão importante quanto à sua função, inclusive porque alguns povos acreditam que se a panela não for bonita, ela não irá cozinhar bem. Em resumo o estudo iconográfico é importante porque:

- 1 As formas de decorar os objetos podem nos contar sobre a relação entre diferentes povos no passado. Por exemplo: As imagens desenhadas sobre as cerâmicas de Tefé também estão desenhadas em objetos arqueológicos encontrados na foz do Amazonas, em Marajó e até no Equador! Talvez porque um mesmo grupo ou família foi se dividindo e viajando pela Amazônia no passado, fazendo um mesmo tipo de cerâmica e ensinando a outras pessoas a sua arte;
- 2 Através da iconografia, nós podemos entender melhor os povos do passado em comparação com os povos do presente. No exemplo anterior, a imagem da cobra era provavelmente um animal sagrado no passado, como é hoje em dia para muitos grupos indígenas. Talvez essa seja uma memória destes povos que sobreviveu ao tempo e às mudanças culturais;
- 3 O estudo dos objetos e das formas de arte do passado podem ajudar os povos do presente a entender sua história e recuperar memórias de suas tradições artesanais;
- 4 Por fim, através dessas formas de expressão podemos entender as maneiras pelas quais as pessoas entendiam e experimentavam o mundo e as coisas ao seu redor e os modos pelos quais escolheram expressar essas experiências.



Mais uma urna encontrada na comunidade de Tauary, nesta a tampa tem esculpida uma coruja. Na parte de baixo das urnas também são modelados bancos, com formatos diferentes e pinturas coloridas.

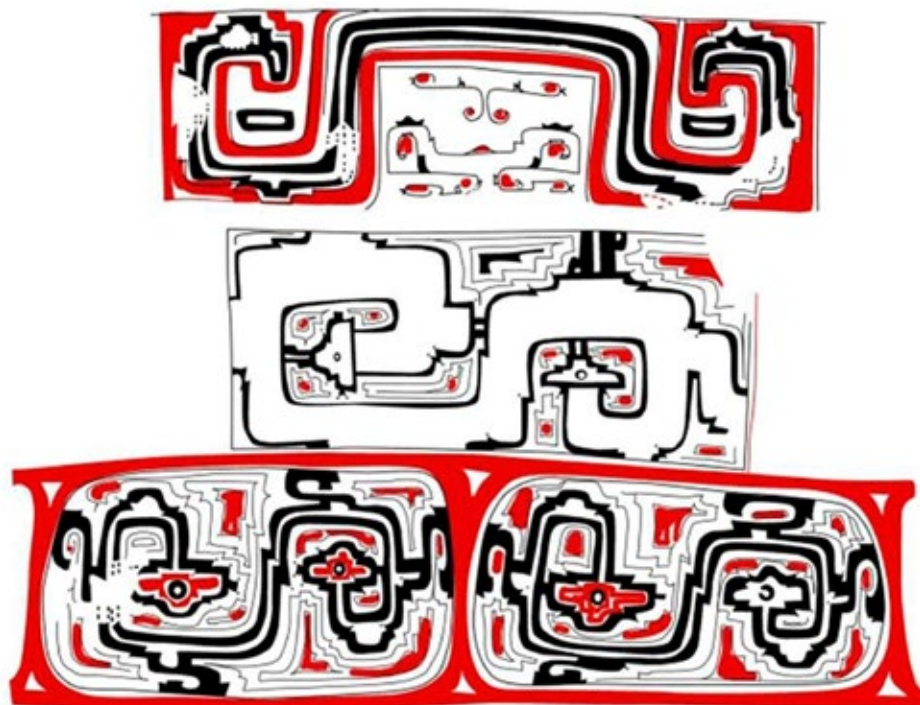
Foto: Erêndira Oliveira,
Acervo Grupo de Arqueologia

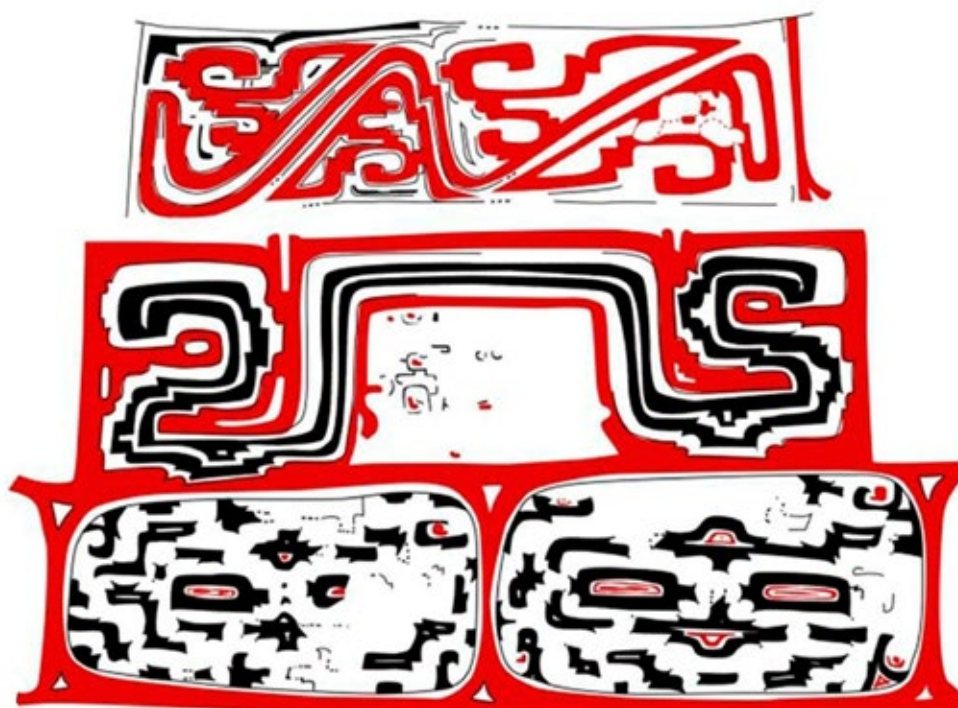




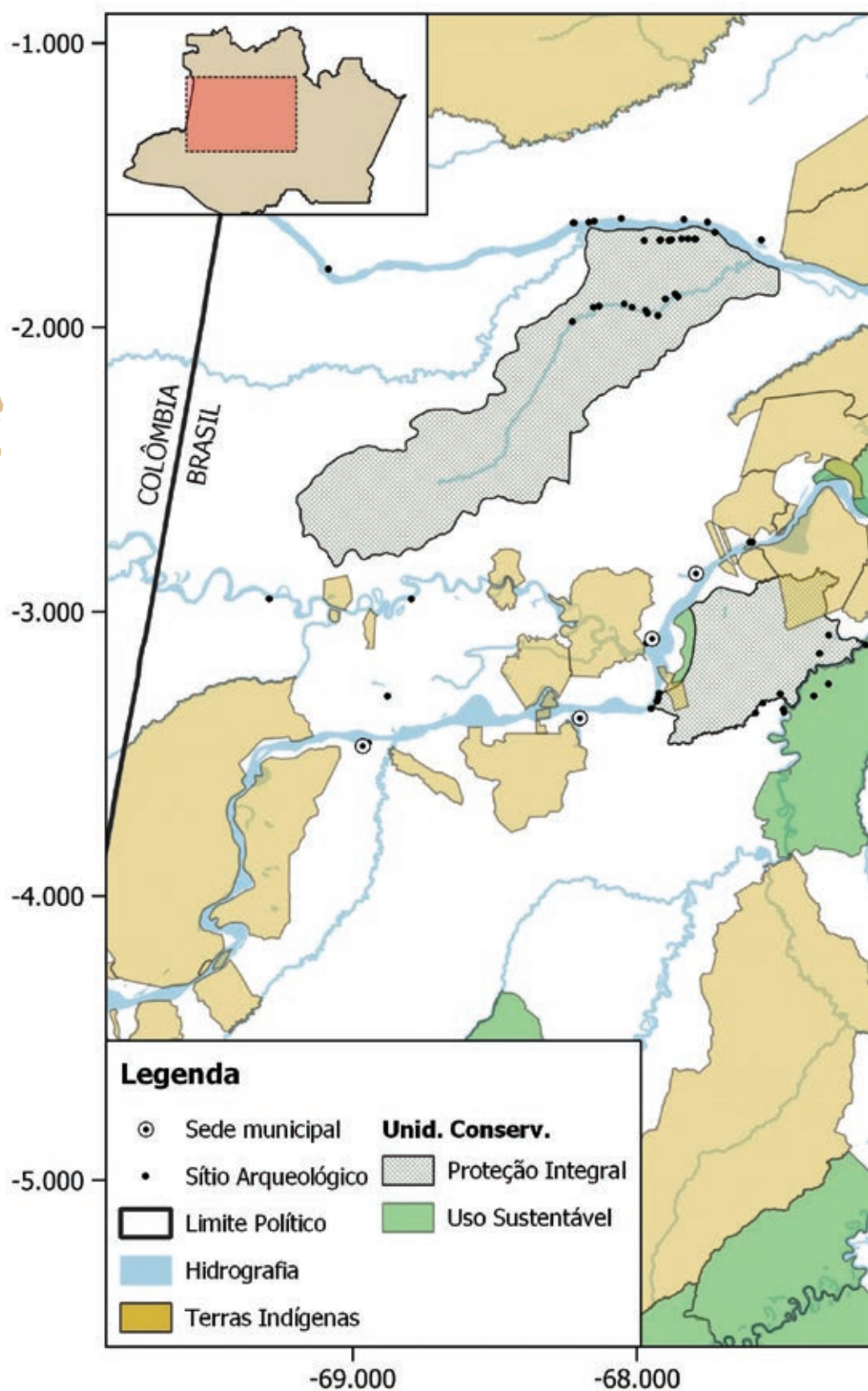
Urna de cerâmica usada para enterrar entes falecidos. No desenho reproduzido do corpo da urna (abaixo) é possível ver imagens de rostos e animais como serpentes.

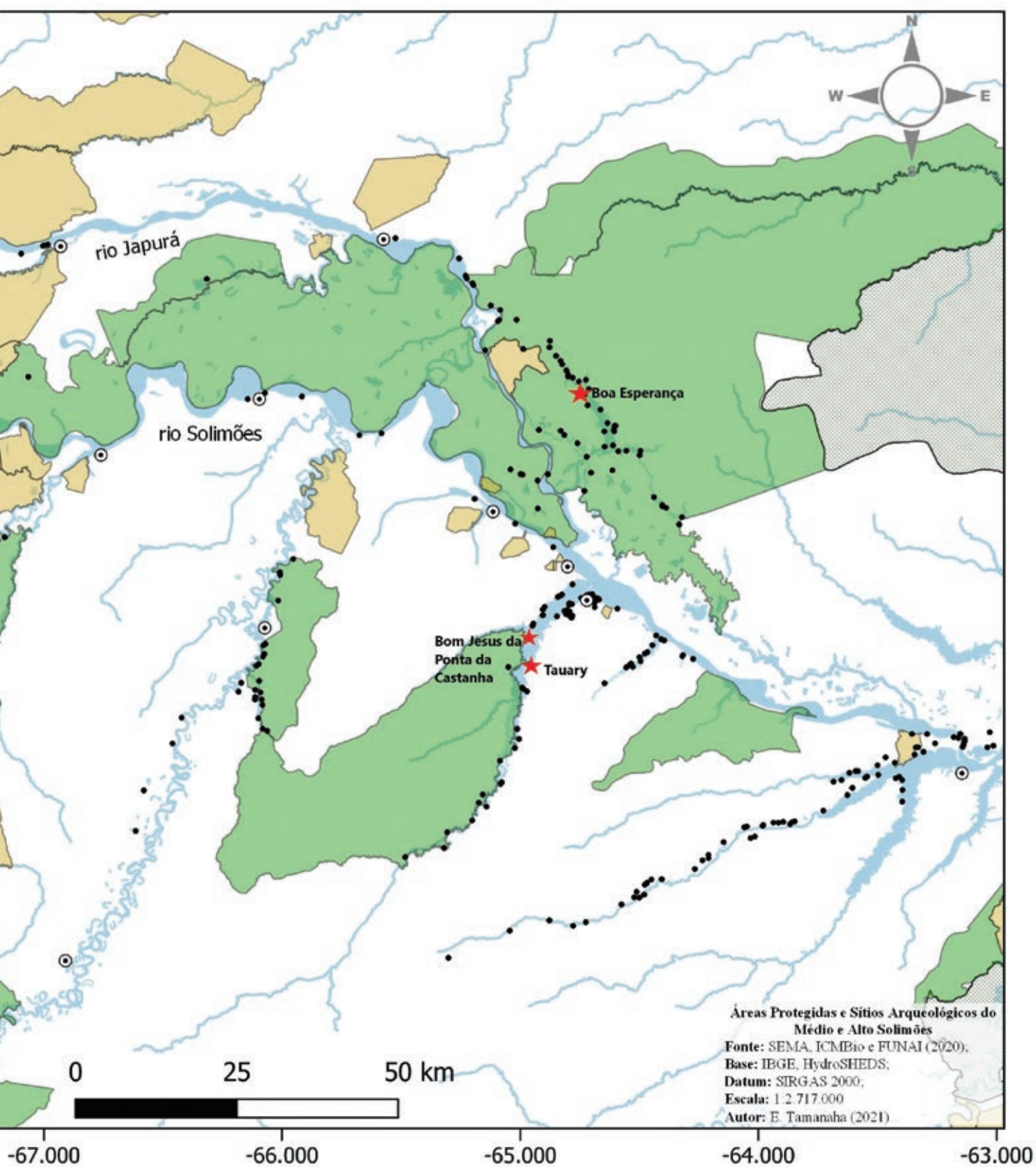
Foto: Erêndira Oliveira, Acervo Grupo de Arqueologia





Mapa com a localização de sítios arqueológicos identificados pelo Grupo de Pesquisa de Arqueologia do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá.







Professores/as da Escola Municipal Prof. Christiano
Tramontini da comunidade Boa Esperança, RDS Amanã.
Foto: Grupo de Arqueologia do Instituto Mamirauá



4

ORIENTAÇÕES GERAIS PARA PROFESSORES/AS

Professor/a indicamos a seguir algumas sequências didáticas que vocês podem utilizar em sala de aula de acordo com a disciplina. Sugerimos ler previamente o material antes da aula, realizar anotações e posteriormente fazer uma exposição ou leitura em voz alta de trechos para seus/suas estudantes. Você pode adaptar as sequências didáticas, aplicar somente em aula, acrescentar outras atividades, etc.

Quem fará o melhor uso deste material será você, então não limite a sua criatividade.

O livro também é um ótimo recurso para conversar com todos os membros da comunidade sobre a história do lugar e as pesquisas arqueológicas desenvolvidas.

Boa atividade!!!





Atividade educativa com a Escola Criança
Esperança, da comunidade Tauary.
Foto: Maurício André da Silva

ARQUEOLOGIA, PLANTAS, DOMESTICAÇÃO E O PIQUIÁ

Quais anos escolares posso trabalhar o conteúdo:

- Fundamental I e II
- Ensino Médio e Tecnológico

Quais disciplinas que podem abordar o tema:

Biologia, Ciências, Geografia, História, Língua Portuguesa.

Sugestão de quantidade de aulas:

2 a 3

Objetivo:

Trabalhar o conhecimento ancestral indígena e tradicional presente na alimentação, no manejo das plantas e na caça de animais.

Algumas indicações BNCC:

(EF01LP17); (EF03LP16); (EF03GE09); ; (EF15AR25); (EF69AR34); (EF06HI05); (EF06HI08); (EF08HI14); (EF07GE03); (EM13CHS306); (EM13CHS302).

DICA

Falar de alimentos é um tema que mobiliza a participação e as memórias afetivas. É uma forma de lançar um outro olhar para a comunidade e para os conhecimentos locais das populações com os alimentos e as histórias das famílias por meio das receitas.

AULA 1

- 1 Antes da sequência, sugerimos ler atentamente os textos. “Arqueologia e as plantas” de Mariana Cassino; “Domesticação de plantas: a relação entre as pessoas e o piquiá” de Rubana Palhares e “Manejo de fauna em defesa da Sociobiodiversidade” de Lislei Lemos.
- 2 Proponha que todo mundo fale o que comeu naquele dia, no café da manhã ou no almoço. Anote as palavras na lousa e conforme forem repetindo marque a pontuação. No final veja o alimento que mais foi indicado.
- 3 Escreva em outra parte da lousa Industrializado ou da Roça/Mata. Junto com os/as estudantes separe cada um dos alimentos e avaliem se a base da alimentação tem sido mais alimentos industrializados ou colhido por eles/elas na roça ou floresta.
- 4 A partir da reflexão dos textos, explique sobre a importância dos conhecimentos tradicionais para uma alimentação saudável e rica em nutrientes e sabedoria.



Casa de Farinha - farinha, colher e cuia - 2009.

Foto: Marilene Ribeiro, Instituto Mamirauá

AULA 2

- 1** Levante com os/as estudantes todos os animais de caça que eles/as já provaram, como tracajá, cotia, queixada, jacamim, etc. Anote na lousa.
- 2** Na sequência solicite que façam um texto sobre um ou mais dos animais elencados e elaborem uma reflexão sobre suas características, onde vivem e como caçadores fazem para caçá-lo.
- 3** Peçam para, em casa, perguntarem para os pais todos os animais de caça que já comeram e qual mais gostam.
- 4** Professor/a se quiser você junto com os/as estudantes pode fazer um livro de receitas tradicionais com os animais de caça da região, e o seu respectivo período de defeso, que não pode ser caçado.

AULA 3

- 1** Na aula anterior solicite que cada um explore no entorno da sua casa quais são as plantas e árvores que fornecem frutos comestíveis, peçam para anotar o nome da planta; qual parte comestível ela fornece, quando foi plantada e por quem. Se precisarem peçam para que os pais ajudem.
- 2** Com essas informações em sala, solicitem que falem sobre suas pesquisas e na lousa organize essas informações.
- 3** Faça uma explanação a partir dos textos sobre a relação dos vestígios de plantas que a arqueologia encontra nas escavações e a relação entre o que os indígenas comiam no passado e o que as comunidades comem hoje.

ARQUEOLOGIA, CULTURA MATERIAL E ARTE

Quais anos escolares posso trabalhar o conteúdo:

- Fundamental I (4º ano e 5º ano)
- Fundamental II (6º ano ao 9º)
- Ensino Médio e Tecnológico

Quais disciplinas que podem abordar o tema:

História; Geografia; Sociologia; Biologia;
Artes, Língua Portuguesa.

Sugestão de quantidade de aulas:

3 ou 4

Objetivo:

Compreender que as pessoas em diversas culturas, espaços e tempos produzem objetos que expressam suas ideias, emoções e seus modos de vida. Aproximar a cultura material dos povos indígenas do passado com o contexto cultural dos/as estudantes.

Algumas indicações BNCC:

(EF15AR25); (EF69AR34); (EF06GE11); (EM13CHS306); (EF06HI01); (EF06HI02); (EF06HI03); (EF06HI04); (EF06HI05); (EF06HI06).

AULA 1

- 1 Converse sobre o cotidiano dos/as estudantes mostrando de que forma os objetos estão presentes. Cite ambientes que façam parte da realidade e instigue a pensar sobre quais objetos podemos encontrar em cada um desses espaços e o que isso significa. Por exemplo, objetos usados na cozinha, nas atividades da roça, etc.
- 2 Solicite que cada um cite um objeto que é produzido por um membro de sua família ou da sua comunidade. Na lousa faça uma lista enumerando cada objeto e converse sobre os objetos que se repetem.
- 3 A partir das falas explique que dependendo do lugar onde moramos e dos nossos costumes os objetos que nos rodeiam podem ser diferentes. Peça para que copiem a lista e escrevam do que cada um desses objetos é feito, por exemplo madeira, barro, ferro, plástico, etc.

DICA

O tema favorece a reflexão de assuntos como cidadania, memória, linguagens artísticas, formas de usos dos recursos naturais e território. Falar sobre cultura material em diversos contextos promove a alteridade, possibilita atuar sobre o preconceito e o racismo enfrentados pelas minorias, em especial, os povos indígenas.



Escola Criança Esperança da comunidade de Tauary, FLONA Tefé - Amazonas.

Foto: Maurício André da Silva

AULA 2

- 1 Inicie lembrando o que foi falado na última aula sobre como os objetos podem indicar quem somos, o que imaginamos, como e onde vivemos.
- 2 Convide uma pessoa do contexto cultural que trabalha com algum ofício como marcenaria, carpintaria, fabricação de peças cerâmicas etc. Solicite para o/a palestrante que se apresente e fale um pouco sobre sua vida e como aprendeu tal técnica. Se for possível, faça uma visita na oficina com a turma. Solicite que anotem sobre a história de vida do/da palestrante e e como aprendeu essa atividade.
- 3 A partir das anotações e falas explique como essa técnica está associada à história de vida do/da palestrante, de sua família e da comunidade onde nasceu ou mora atualmente.

AULA 3

- 1 Relembre a aula anterior e explique a importância de ter conversado com o/a palestrante para conhecer o contexto em que ele/ela realiza sua produção. Fale que o mesmo não pode acontecer

com os artefatos arqueológicos, já que as pessoas que produziram já morreram. Proponha a leitura em voz alta de dois textos: o primeiro - **Caco de pote, pote de gente** da arqueóloga Márjorie Lima; e o segundo - **Os estudos iconográficos na arqueologia** da arqueóloga Erêndira Oliveira. Antes de iniciar a leitura explique que os textos apresentam informações produzidas a partir dos estudos de artefatos arqueológicos.

- 2 Na lousa faça ilustrações dos objetos representados nas fotografias dos textos ou mostre as fotografias no livro, explore as informações produzidas pelas arqueólogas e associe ao contexto local. Pergunte se estes objetos poderiam ter sido produzidos na comunidade? Converse sobre a presença e ausência da argila na comunidade, dos ingredientes para o tempero, dos elementos utilizados na decoração das peças e dos saberes tradicionais associados à técnica de produção cerâmica.
- 3 Solicite que em conjunto com seus familiares compare o modo de fazer cerâmica do presente e do passado. Como atividade poderá solicitar um texto ou a produção de uma escultura que possa representar o resultado da comparação realizada. A peça deverá ser produzida com elementos que podem ser encontrados no território da comunidade. Realize uma exposição e convide outras turmas para visitar.

ARQUEOLOGIA E AS PRÁTICAS FUNERÁRIAS

Quais anos escolares posso trabalhar o conteúdo:

- Fundamental II (6º ano ao 9º)
- Ensino Médio e Tecnológico

Quais disciplinas que podem abordar o tema:

História; Geografia; Português; Sociologia; Biologia; Artes; Filosofia.

Sugestão de quantidade de aulas:

2 a 3

Objetivo:

Explorar a morte como um elemento que conecta todas as espécies no planeta e todas as culturas, no caso dos grupos humanos. Aproximar a cultura indígena da cultura ribeirinha, beradeira, amazonense, por meio da passagem.

Algumas indicações BNCC:

(EF04ER03); (EF08ER03); (EF09ER04); (EF07GE03); (EF05HI08); (EF06HI08).

DICA

Falar abertamente sobre a morte com crianças e jovens na escola é a melhor maneira de lidar com o tema, as crianças acompanham tudo e interpretam o que acontece ao seu redor. Quando um ente querido falece é fundamental falar a verdade e explorar o tema. Muitas vezes a incompreensão leva ao medo, o que pode causar reações emocionais difíceis nas crianças.

AULA 1

- 1 Realize uma roda na sala e proponha um debate sobre o ciclo da vida que todos os seres e pessoas passam, como nascer, crescer, tornar-se adulto, envelhecer e morrer. Explique a importância do luto, para superar a perda de quem se foi e continuar a vida. Converse de forma aberta, sobre o que é a morte e o ciclo da vida.
- 2 Anote na lousa palavras chaves que os/as estudantes falarem, os sentimentos, como por exemplo saudade, dor, tristeza, etc. Estimule para que conversem se já viram na televisão, novelas, jornais esse assunto, assim como na família.
- 3 Divida a turma em grupos e peça que conversem sobre como é realizado o enterro de um ente querido na comunidade. Sugira anotar todos os detalhes, quantos dias demora o velório, onde e como o corpo é enterrado. Como é feita a cerimônia, o que acontece na comunidade, etc.
- 4 Em casa peçam para que conversem com as famílias como é realizado o enterro de um ente querido na comunidade.



Desenhos das urnas funerárias das crianças da Escola Criança Esperança da comunidade de Tauary, FLONA Tefé - Amazonas.

Foto: Maurício André da Silva

AULA 2

- 1 Com os mesmos grupos de estudantes peçam para que apresentem o que levantaram sobre os sepultamentos e enterros na comunidade. Anote palavras-chaves na lousa.
- 2 Em seguida leia em voz alta ou realize uma exposição sobre a forma como os sepultamentos indígenas eram realizados no Lago Amanã e no Lago Tefé no passado pelos grupos indígenas no texto **A arqueologia e as práticas funerárias** da professora Anne Rapp Py-Daniel.
- 3 Conversem sobre diferenças e semelhanças dos sepultamentos indígenas no passado e como se realizam hoje.
- 4 Conversem sobre quais informações os/as cientistas conseguem obter por meio do estudo dos remanescentes humanos. Discutam o que os alunos acham se no futuro seus ossos forem utilizados para realizar alguma pesquisa.

AULA 3

Após esse ciclo de ações finalize com alguma atividade prática, como:

- 1 Elaboração de uma redação sobre a morte de um ente querido e como foi todo o processo de sepultamento.
- 2 Realização de um desenho com os materiais disponíveis sobre como os/as indígenas do Amanã e da Flona Tefé eram sepultados no passado.
- 3 Convidar alguma liderança mais velha da comunidade para falar dos entes queridos que se foram e como eles/as fazem para manter a memória viva.

PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA CULTURA MATERIAL

Quais anos escolares posso trabalhar o conteúdo:

- Fundamental II (6º ano ao 9º)
- Ensino Médio e Tecnológico

Quais disciplinas que podem abordar o tema:

História; Geografia; Sociologia; Biologia;
Artes, Ciências, Língua Portuguesa.

Sugestão de quantidade de aulas:

3 ou 4

Objetivo:

Despertar outros olhares para o patrimônio arqueológico, fomentar a preservação de objetos, lugares e conhecimentos considerados importantes para a comunidade.

Algumas indicações BNCC:

BNCC: (EF15AR25); (EF69AR34); (EF05GE11); (EF06GE11); (EM13CHS306).

DICA

O tema abre espaço para falarmos da história de longa duração das comunidades. Mobiliza assuntos como referenciais históricos, identidade cultural, território e preservação.

AULA 1

- 1 Converse sobre os objetos que estão no ambiente escolar e instigue a perceber a existência de outros objetos no cotidiano familiar e comunitário. Explique que as pessoas ao longo de suas existências produzem e colecionam objetos com intenções diversas. Porém há aqueles objetos que “vivem” bem mais tempo do que as pessoas os produziram, esses objetos são reconhecidos pelo Estado Brasileiro como “artefatos arqueológicos”.
- 2 Convide para conhecê-los e proponha a leitura do texto - **As coisas que viram patrimônio. Importância da legislação Patrimonial.** Em seguida leia o texto **Conservação Arqueológica - o Lago Amanã e a preservação do patrimônio.**
- 3 Divida a lousa em três partes. Na primeira, escreva palavras-chave sobre as informações produzidas pelas pesquisadoras e pelo pesquisador. Solicite que indiquem os lugares e objetos que mais gostam na localidade. Com essas informações preencha a segunda parte da lousa. Em seguida, pergunte o que acham sobre preservar e conservar estes bens. Com as ideias preencha a última parte da lousa e instigue refletirem como estes bens contribuem para o entendimento da história de longa duração das comunidades. Explore as histórias e vivências dos/das estudantes com os lugares, os objetos e os artefatos arqueológicos.
- 4 Antes de finalizar a aula, explique e leia em voz alta o trecho do texto 1 e solicite que escrevam no caderno: *“A legislação proíbe a destruição de sítios arqueológicos, assim como a venda de materiais. Uma possibilidade de uso é seu aproveitamento cultural, turístico, social, entre muitos outros. O chamado patrimônio arqueológico pode contribuir*



Desenhos de observação de fragmentos arqueológicos e pedaços de potes pelas crianças da Escola Criança Esperança da comunidade de Tauary, FLONA Tefé - Amazonas.

Foto: Maurício André da Silva

com a população local de muitas formas, pode ser usado como a base de trabalho de ações de professores e professoras nas escolas; como mais um elemento local para atrair visitantes de fora; politicamente como elemento do direito à terra; como fonte de inspiração para o artesanato local, entre outras frentes de atuação". Divida a turma em cinco grupos e solicite que cada um elabore uma proposta de atuação para preservação do patrimônio arqueológico, podendo incluir outros objetos e lugares. Solicite que os grupos tragam na próxima aula o esboço de suas propostas e indique que eles devem dialogar com outros moradores para identificar ou reafirmar lugares, objetos e conhecimento considerados como patrimônio pela comunidade.

AULA 2

- 1 Fale que durante a apresentação da proposta deve ser incluído o que é patrimônio; patrimônio arqueológico e sua importância para a comunidade. Indique que devem trazer nas suas apresentações ilustrações autorais dos objetos e lugares que constam no livro e/ou comunidade.
- 2 Discuta com os grupos a viabilidade de cada proposta e o modelo de apresentação para cada

membro ter participação nessa fase. Possibilite o diálogo entre os grupos para que as propostas não se repitam.

- 3 Os grupos deverão apresentar essas propostas na próxima aula. Convide as famílias, as lideranças, os professores e outras turmas. Pode propor um lanche comunitário e colaborativo.

AULA 3

- 1 Antes da apresentação dos grupos realize uma introdução explicando o contexto no qual esse trabalho com os/as estudantes foi desenvolvido. Fale um pouco de cada tema trabalhado.
- 2 Os grupos podem organizar suas apresentações nas paredes de uma sala na escola deixando o espaço do centro para circulação dos visitantes. Mas fique à vontade para ocupar outros espaços da comunidade que sejam interessantes para realização das apresentações.
- 3 Como atividade final, solicite que cada um produza um texto refletindo sobre os bens citados nas apresentações, sua proposta e o que pode ter mudado após a apresentação.

INTRODUÇÃO À ARQUEOLOGIA

Quais anos escolares posso trabalhar o conteúdo:

- Fundamental II
- Ensino Médio e Tecnológico.

Quais disciplinas que podem abordar o tema:

História; Geografia; Português; Sociologia; Biologia; Artes; Filosofia.

Sugestão de quantidade de aulas:

2 a 3

Objetivo:

Introduzir a área da arqueologia para os/as estudantes a partir da realidade local.

Algumas indicações BNCC:

(EF04GE06); (EF15AR25); (EF69AR34); (EF09CI12); (EF06GE11); (EM13CHS306); (EF07GE03); (EF06HI01); (EF06HI02); (EF06HI03); (EF06HI04); (EF06HI05); (EF06HI06).

DICA

A arqueologia é um campo do conhecimento interdisciplinar, pode ser explorado por todas as áreas, especialmente pela História. Nas comunidades ribeirinhas no contexto amazônico o convívio com os sítios arqueológicos geralmente é muito próximo, aproveite essa realidade.

AULA 1

- 1 Realize a leitura prévia dos textos da segunda parte do material que abordam a arqueologia amazônica; o que a arqueologia tem a ver conosco; caco de pote, pote de gente; etc.
- 2 Elabore uma aula que apresente os principais dados de ocupação da floresta amazônica e da região do Médio Solimões. Explore as imagens do material com seus/suas estudantes.
- 3 Na lousa coloque as datas mais antigas de ocupação da Amazônia e o ano de criação da sua comunidade.
- 4 Discuta com os/as estudantes essas temporalidades e como elas podem dialogar.
- 5 Peça para os/as estudantes em casa elaborarem um pequeno texto sobre quem eram essas pessoas de antigamente e quem são as pessoas que criaram a comunidade. Elas possuem alguma relação?



Validação da proposta desse material didático com o professor Edinaldo Barbosa Gomes da Escola Criança Esperança da comunidade de Tauary, FLONA Tefé - Amazonas.

Foto: Rubana Palhares

AULA 2

- 1** Leia com seus/suas estudantes o texto “Histórias de índios: do passado ao presente, tudo parente”.
- 2** Na lousa divida o quadro em duas partes, uma com a palavra indígenas e a outra com ribeirinhos/beradeiro. Solicite que os/as estudantes coloquem o seu nome com qual coluna se identificam.
- 3** Realize um debate sobre a relação que temos com os grupos indígenas. Solicite que perguntem para a família se possuem algum parente indígena.

AULA 3

- 1** Se prepare previamente a partir da leitura dos textos da terceira parte do material.
- 2** Em sala leia com seus/suas estudantes o texto “Tempo da Borracha, Tempo dos patrões, Tempo das comunidades”.
- 3** Faça uma roda e peça para que os/as estudantes falem o que lembram do trabalho arqueológico realizado em suas comunidades, como ele era feito, o que os/as arqueólogos/as realizam em campo.
- 4** Solicitem que elaborem um pequeno texto sobre “para que serve o trabalho arqueológico realizado nas comunidades”.



Conversa com as crianças e moradores da comunidade Tauary sobre o conteúdo das urnas.
Foto: Grupo de Arqueologia do Instituto Mamirauá







AGRADECIMENTOS



O material que você tem em mãos é resultado de muitas horas de conversas nas casas, varandas, sítios, roçados, salas de aulas, laboratório e frente ao computador. Muitas pessoas motivaram essa empreitada, seja nos oferecendo um sorriso amigável na chegada em suas casas e vidas, seja encorajando sua produção e nos ensinando sobre os lugares que circulam e habitam. Sempre com muita gentileza. Esse livro não existiria sem isso e somos verdadeiramente agradecidos/as. Esperamos que ele inicie um ciclo de novas conversas e muito aprendizado.

Institucionalmente, o material foi possível graças aos recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e sua chegada às comunidades teve o apoio do Instituto Mamirauá e Prefeitura do Município de Tefé. Todos os projetos tiveram apoio logístico do Instituto Mamirauá.

Dedicamos este material a todas e todos que partiram neste processo e não puderam vê-lo pronto, mas incentivaram sua efetivação, especialmente seu Mimi, Lene e a senhora Conceição.

Fotos: Adriano Gambarini, Alícia Choo, Alex Socci, Amanda Lelis, André Antunes, Anne Rapp Py-Daniel, Bernardo Oliveira, Bruno Kelly, Bruno Pastre, Caetano Franco, Edu Coelho, Eduardo Tamanaha, Ismar Santana, Guilherme Freire, Jaqueline Gomes, Marcelo Nicollato, Mariana Cassino, Marilene Ribeiro, Márjorie Lima, Maurício André da Silva, Nara Nascimento, Rubana Palhares, Silvia Cunha Lima Auvaart, Instituto Mamirauá, Grupo de Arqueologia do Instituto Mamirauá e Museu Amazônico.











CRÉDITOS

Convênio de Cooperação Técnica Científica entre o IDSM e o MAE-USP

Dr. Eduardo Góes Neves - Coordenador

Dr. Eduardo Kazuo Tamanha - Coordenador

Organizadores/as da publicação:

Maurício André da Silva, Educador do MAE-USP e Pesquisador colaborador do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá

Eduardo Kazuo Tamanha, Coordenador do Grupo de Pesquisa em Arqueologia e Gestão do Patrimônio Cultural na Amazônia do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá

Marjorie do Nascimento Lima, Doutoranda do MAE-USP e Pesquisadora colaboradora do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá

Diagramação

Karen Martinez - W5 Publicidade - w5.com.br

Fotos capa e verso

Marcelo Ismar Santana, Bernardo Oliveira,

Marcelo Ismar Santana e Maurício André da Silva





Comunidade Tauary, Lago Tefé.

Foto: Maurício André da Silva





O arqueólogo Márcio Amaral registrando escavação
na companhia das crianças de Maria.

Foto: Caetano Franco, Acervo Grupo de Arqueologia



ISBN-13: 978-65-993062-2-8



9 786599 306228